

República Democrática de São Tomé e Príncipe
Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul



**MANUAL DE PROJEÇÕES
MACRO-FISCAIS**

Sao Tome, Junho 2020

UNIDADE MACRO-FISCAL

Com o apoio técnico da missão de assistência técnica do AFRITAC CENTRAL

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ASD	Análise de Sustentabilidade da Dívida
AT	Autoridade Tributária
B&S	Bens e Serviços
BCSTP	Banco Central de STP
BM	Banco Mundial
CAB	<i>Current Account Balance</i>
CFG	Crise Financeira Global
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CMF	Comitê Macro-fiscal
DA	Direcção das Alfândegas
DI	Direcção dos Impostos
DNT	Direcção Nacional do Tesouro
DO	Direcção Nacional de Orçamento
DP	Direcção Nacional do Planeamento
EdMP	Estratégia de Médio Prazo
EF	Estratégia Fiscal
ETR	<i>Effective Tax Rate</i>
FDP	Financiamento da Dívida Pública
FMI	Fundo Monetário Internacional
GFP	Gestão de Finanças Públicas
IBS	Imposto sobre Bens e Serviços
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MDTs	Ministério e Departamentos de Tutelas
MPFEA	Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
MTDS	<i>Medium-Term Debt Strategy</i>
OGE	Orçamento Geral do Estado
OLS	<i>Ordinary Least Squares</i>
PB	<i>Primary Balance</i>
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PPMF	Processo de Programação Macro-Fiscal
QDMP	Quadro de Despesa a Médio Prazo
QDS-MP	Quadro de Despesas Setoriais a Médio Prazo
QFMP	Quadro Fiscal a Médio Prazo
QMF-STP	Quadros macro-fiscais de São Tomé e Príncipe
QOMP	Quadro Orçamental a Médio Prazo
RNB	Rendimento Nacional Bruto
RNBD	Rendimento Nacional Bruto Disponível
RNDB	Renda Nacional Disponível Bruta
SAF	Sistema de Administração Financeira
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SG	Saldo Global
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
UMF	Unidade Macro-fiscal
VP	Valor Presente
VPD	Valor Presente da Dívida
VPL	Valor Presente Líquido

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	3
ÍNDICE	5
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE CAIXA	6
LISTA DE GRÁFICOS	6
LISTA DE FIGURAS	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I. ESTRUTURA INSTITUCIONAL E PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DE QUADRO MACRO-FISCAIS	9
Objetivos e utilidade dos quadros macro-fiscais	9
Estrutura institucional para o desenvolvimento de quadros macro-fiscais	10
Aspectos legais relacionados aos Quadros macro-fiscais	10
Calendário para o desenvolvimento dos quadros macro-fiscais	14
CAPÍTULO II. PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS	15
Estatísticas do Setor Real	15
Estatísticas do Setor Público	17
Dívida pública	19
Estatísticas do setor externo	20
Estatísticas do setor monetário	21
CAPÍTULO III. MODELIZAÇÃO MACRO-ECONÓMICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS	23
Princípios básicos e horizontes temporais	23
Entendendo os Dados	24
Abordagens Simples de Previsão	26
Abordagens Econométricas	28
Contributos Adicionais no Processo de Previsão	30
Características dos modelos utilizados para previsão macroeconômica	31
CAPÍTULO IV. FERRAMENTAS DOS QUADROS MACRO-FISCAIS	33
Modelo QMF-STP	33
Projeção do setor real	34
Projeção Setor Fiscal	42
Projeção da balança de pagamentos	52
Projeção da situação monetária	57
Testes de verificação e consistência	59
CAPÍTULO V: QFMP/QOMP/QDMP	63
Elaboração do quadro fiscal de médio prazo	63
Conceitos básicos relacionados com o quadro fiscal plurianual	63
Interação entre os instrumentos orçamentais plurianuais	64
Metodologia de projecção	65

Estrutura da nota de estrategia fiscal do medio plazo _____	72
CAPÍTULO VI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO QUADRO MACRO-FISCAL _____	75
Reforçar a coordenação e validação _____	75
Desenvolver a capacidade da UMF _____	75
Reforçar o modelo MME-STP _____	76
BIBLIOGRAFIA _____	77
ANEXO _____	79
anexo 1: Estrutura do QFMP _____	79
Anexo 2: Cálculo de elasticidades _____	81
Anexo 3: bases metodológicas para o enquadramento do sector real _____	82
Anexo 4: Quadro conceptual da balança de pagamentos _____	87
Anexo 5: Quadro conceptual das finanças públicas _____	91
Anexo 6: Quadro conceptual das agregados monetários _____	100
GLOSSÁRIO _____	1

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: - Plano de trabalho da UMF 2020 - 2022 _____	12
Tabela 2: - Participação % do PIB segundo a ótica da despesa: ano-base 2008 _____	16
Tabela 3: - Estrutura do Consumo do IPC - 2014 _____	17
Tabela 4: Quadro resumo da análise de sustentabilidade da dívida – 2019 _____	20
Tabela 5: Setor real: documentos utilizados _____	41
Tabela 6 :- Exemplos de variáveis proxy _____	43
Tabela 7 :- Exemplos de quantidades e preços que explicam as despesas _____	46
Tabela 8 : Impacto na Variação da Dívida (Dívida/PIB) _____	49
Tabela 9 - BDP: Fontes e variáveis para projeção _____	57
Tabela 10: Situação monetária: Balanço consolidado: banco central e OSD _____	58
Tabela 11 : Resumo das inter-relações macroeconômicas _____	60
Tabela 12:- Roteiro para um guia de elaboração do QFMP* _____	69
Tabela 13: - Roteiro para elaboração do QDMP _____	71
Tabela 14: - Produtos de uma UMF _____	72
Tabela 14:- Atribuições e rotinas de uma UMF _____	75
Tabela 15: - Plano de formação para os membros da UMF 2020 - 2022 _____	76

LISTA DE CAIXA

Caixa 1:- O modelo do quadro macroeconómico de São Tomé et Príncipe (QMF-STP) _____	33
Caixa 2:: Diferenças entre o deflador do pib e o ipc _____	40
Caixa 3: – QFMP/QOMP/QDMP _____	64
Caixa 4: –Exemplo de estrutura do documento de estratégia fiscal _____	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais quadros contabilísticos _____	15
Gráfico 2: Evolucao da participacao no PIB real de setores selecionados _____	15
Gráfico 3: - Evolução mensal do IPC 2018 - 2010 _____	17

Gráfico 4: - Participação % das receitas e despesas em relação aos totais _____	18
Gráfico 5:– Evolução da dívida pública 2012 - 2019 _____	20
Gráfico 6: Gráfico – Exportação de cacau e óleo de palma (USD milhões) _____	21
Gráfico 7: Gráfico – Importações (USD milhões) _____	21
Gráfico 8: PIB real de STP, taxa de crescimento . _____	25
Gráfico 9: <i>Inflação de STP, taxa de crescimento</i> . _____	40
Gráfico 10 :– Perfil das amortizações das dívidas contratadas _____	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: - Calendário proposto para 2020 pelo DO para elaboração do OGE _____	10
Figura 2 : Calendário para o exercício dos quadros macroeconômicos em STP _____	14
Figura 3: - Ciclo Orçamental de STP _____	19
Figura 4: - Fontes de informação das estatísticas de Balança de Pagamentos _____	21
Figura 5: - Fontes de informação das estatísticas monetárias _____	22
Figura 6: Caminho de projeção no modelo _____	34
Figura 7: - Cálculo do Financiamento e Fecho da Diferença Fiscal _____	47
Figura 8: Processo interativo que interliga as estratégias fiscais às dotações orçamentais ____	65
Figura 9:: Diagrama de incorporação da programação do investimento no QDMP _____	67
Figura 10 : Diagrama de incorporação da programação salarial no QDMP _____	68
Figura 11:– Articulação entre o QFMP, o QOMP e o QDMP _____	71

INTRODUÇÃO

1. Este guia descreve a metodologia usada para a preparação de projeções macroeconómicas e orçamentárias em São Tomé e Príncipe. O guia faz parte da reforma das finanças públicas que visa fortalecer a credibilidade do processo de desenvolvimento da estrutura macroeconómica e a apropriação da ferramenta de modelagem macroeconómica pela administração pública, em particular, e por toda a população, em geral. O objetivo do guia é servir como um documento de referência para o fortalecimento das capacidades nacionais no campo da modelagem macroeconómica e responder à necessidade do país de buscar a credibilidade no processo de previsão macroeconómica para a gestão racional das finanças públicas com base em resultados.
2. A preparação deste guia foi realizada através de um processo amplamente participativo, sob a supervisão do Comitê MacroFiscal (UMF), a coordenação da Direção de Planeamento e o suporte técnico do Centro AFRITAC.
3. A abordagem metodológica para o desenvolvimento deste guia foi baseada em requisitos e normas internacionais nessa área, através de: (i) definição dos objetivos perseguidos considerando a estrutura macroeconómica do país ;e (ii) descrição das etapas fundamentais e ferramentas utilizadas para garantir a robustez do processo de enquadramento macroeconómico em qualquer país, enfatizando a especificidade de STP com base na experiência desenvolvida no campo da modelagem macroeconómica. Assim, este guia analisa a configuração institucional e o processo de enquadramento macroeconómico em STP, descreve os principais agregados e suas fontes de dados e, finalmente, analisa os desafios antes de propor perspectivas para otimizar o processo de enquadramento macroeconómico em STP.
4. Além de seu caráter metodológico, este guia identifica os desafios e propõe perspectivas suscetíveis de serem otimizadas em relação à estrutura macroeconómica e orçamentária em STP, com vistas a promover uma melhoria contínua e a responder à crescente necessidade de planeamento para a promoção do seu desenvolvimento.
5. As cinco principais áreas prioritárias para melhoria são: (i) fortalecimento da coordenação da UMF e validação do modelo macro-fiscal; (ii) fortalecimento das capacidades humanas e logísticas da UMF; (iii) operacionalização e fortalecimento das ferramentas utilizadas no modelo macro-fiscal; (iv) melhoria da coleta e do tratamento de dados estatísticos; (v) ancoragem dos quadros macro-fiscais anuais e plurianuais ao processo de elaboração do OGE. Essas melhorias permitirão uma melhor quantificação das políticas macroeconómicas, a fim de garantir que a gestão pública possa ser realizada com base em resultados que visam o desenvolvimento.
6. Além da introdução e do glossário, este manual está estruturado em seis capítulos:

Capítulo I. Estrutura institucional e processos de elaboração de quadros macro-fiscais

Capítulo II. Principais agregados macroeconómicos, fontes de dados e métodos de previsão

Capítulo III. Modelização macro-económica: Considerações gerais

Capítulo IV. Ferramentas para os quadros macro-fiscais utilizados em STP

Capítulo V: QFMP/QOMP/QDMP

Capítulo VI: Desafios e perspectivas para fortalecimento da elaboração dos quadros macro-fiscais

CAPÍTULO I. ESTRUTURA INSTITUCIONAL E PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DE QUADRO MACRO-FISCAIS

7. Este capítulo é dedicado à descrição da estrutura institucional e ao processo de desenvolvimento e monitoramento do quadro macroeconómico em STP. Quatro pontos são destacados aqui, respectivamente: i) os objetivos e a utilidade dos quadros macro-fiscais; ii) a estrutura institucional para o desenvolvimento de quadros macro-fiscais ; iii) os aspectos legais relacionados aos quadros macro-fiscais ; e iv) o calendário para o desenvolvimento dos quadros macro-fiscais..

OBJETIVOS E UTILIDADE DOS QUADROS MACRO-FISCAIS

8. Em geral, o objetivo dos quadros macro-fiscais é definir um cenário de equilíbrio macroeconómico no qual as políticas do Estado estão definidas, levando em consideração as reais potencialidades da economia e os objetivos setoriais dentro de um programa económico ou em um plano de desenvolvimento do governo.
9. Atualmente, o QFMP é uma ferramenta que mostra o conjunto de agregados macroeconómicos dos quatro principais setores da economia nacional em rigorosa consistência contábil e econômica. O setores são:
 - setor real, relacionado à produção e distribuição de bens e serviços;
 - setor público, vinculado a transações governamentais;
 - setor externo, referente às relações entre o país e o resto do mundo;
 - setor monetário, referente a meios de pagamento.
10. Como ferramenta de modelagem macro-orçamentária, o QFMP permite estimar o nível de recursos do governo compatíveis com a atividade produtiva e em coerência com os outros três principais setores (real, monetário e externo) da economia nacional.
11. Além disso, o QFMP é essencial para preparar o Documento da Estratégia de Planeamento a Médio e Longo Prazos, do OGE, para a tomada de decisões orçamentais, bem como para gerir as expectativas dos agentes económicos (setor privado e famílias, em particular). O QFMP também é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento e implementação do Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDPM), bem como para a análise da sustentabilidade da dívida.
12. A estrutura macroeconómica subjacente à estrutura fiscal de um país é muito útil, pois garante a coerência dos vários objetivos económicos do governo, definidos nos quatro setores básicos da análise macroeconómica.
13. Em relação ao Programa Económico do Governo, o QFMP serve como uma ferramenta de auxílio à decisão das Autoridades e é particularmente útil para orientar a formulação de políticas macroeconómicas críveis. Portanto, lança luz sobre as principais direções das políticas públicas a curto, médio e longo prazos e estimula o desenvolvimento de melhores políticas setoriais, consistentes com os objetivos de crescimento económico e de desenvolvimento.
14. O quadro macroeconómico também serve de referência para os parceiros de desenvolvimento, em particular o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), no contexto de discussões para a conclusão de um programa económico formal com o Governo da República. De facto, o Quadro Macroeconómico tem a

vantagem de apresentar, por um lado, o contexto e as realizações recentes e, por outro lado, os resultados e recomendações das previsões macroeconómicas.

15. Em relação à gestão das finanças públicas, a elaboração do quadro macroeconómico constitui, portanto, o primeiro passo na elaboração da Lei das Finanças, bem como das decisões sobre o orçamento. A utilização do QFMP/QOMP e do QDMP ainda não se tornou vinculativa pela lei das finanças públicas.
16. O QFMP apresenta a situação dos quatro principais setores macroeconómicos, através de suas tabelas-resumo, que são: as contas nacionais (para o setor real), a balança de pagamentos (para o setor externo), a situação monetária integrada (para o setor monetário) e a Tabela de Operações Financeiras do Estado – TOFE (para o setor público).
17. O QOMP baseia-se na estrutura do TOFE, projetado por meio do QFMP, e apresenta a evolução de todas as receitas, despesas, saldo orçamental e seu financiamento. Este exercício é usado como base para a elaboração do QDMP, que define a estrutura das despesas de médio prazo. Essas ferramentas ajudam os especialistas a propor alocações interministeriais ou intra-ministeriais de recursos, projetadas ao nível do TOFE e incluídas no OGE.

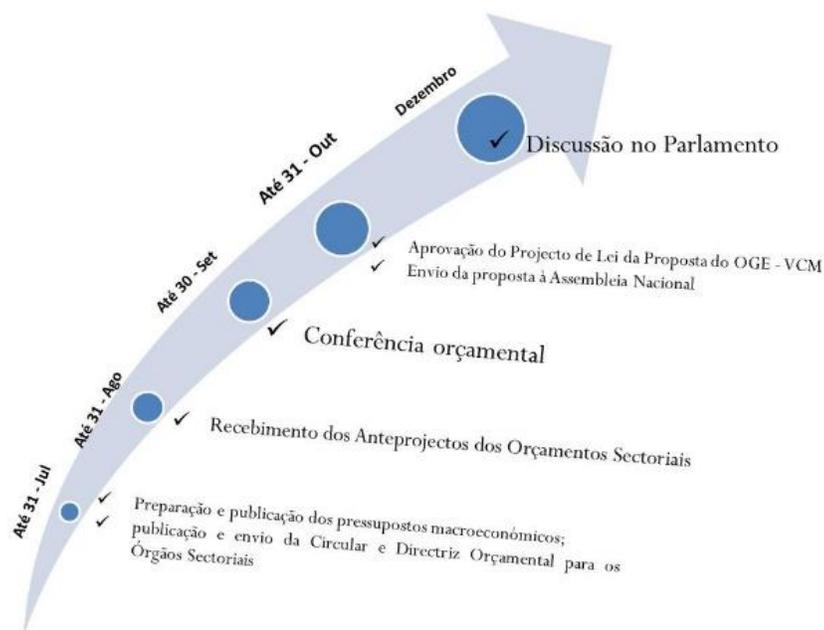
ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE QUADROS MACRO-FISCAIS

18. Para garantir a coerência dos objetivos económicos de um país, o exercício do quadro macroeconómico deve assumir uma natureza multissetorial e multidimensional, que requer uma estrutura institucional interministerial, operacional e melhor coordenada. O quadro macroeconómico deve, portanto, ser elaborado pelas estruturas que se preparam efetivamente para a tomada de decisões macroeconómicas.
19. Na maioria dos casos, ele é liderado por uma estrutura de longo prazo dentro de um ministério e, na prática, frequentemente se reporta a uma diretoria do ministério encarregada de Planejamento, Economia ou Finanças.

ASPECTOS LEGAIS RELACIONADOS AOS QUADROS MACRO-FISCAIS

20. A Lei SAFE n. 3/2007, que rege o sistema de administração financeira do Estado, disciplina a elaboração, apresentação, discussão, aprovação, alteração e execução do orçamento, assim como o funcionamento dos subsistemas orçamentais. A Lei não prevê documentação preparatória ou anexa que apoie as projeções de receita, despesa e endividamento incluídas na proposta de OGE a ser encaminhada à Assembleia. A Lei também não prevê ferramentas que apoiem o trabalho de laboração e análises de políticas macro-fiscais a médio prazo.
21. O Art. 24 da Lei SAFE dispõe que o governo submeterá, até o dia 30 de Setembro de cada ano, posteriormente alterado por despacho nº xx/ para 31 de Outubro, a proposta de OGE à Assembleia Nacional. O art 25 da lei SAFE estipula que, para aprovação do OGE, a Assembleia delibera sobre a proposta de Lei do OGE até o dia 15/12 a cada ano.
22. Anualmente, o MPFEA define um calendário para preparação do OGE pelo Poder Executivo por meio de Circular, emitida a cada ano (figura 1). A legislação atual não prevê calendário fixo na fase preparatória do OGE.

CICLO ORÇAMENTAL



23. O Decreto Lei n. 06/2017, que estabelece os conceitos de planeamento a médio prazo, define o QDMP como um “instrumento de planeamento de médio prazo que estabelece, descendentemente ou de cima para baixo, os plafonds plurianuais e, ascendentemente ou de baixo para cima, uma estimativa das despesas plurianuais das políticas actuais contidas nos programas, de forma a compatibilizar tais previsões com a disponibilidade de recursos”.
24. Há um projeto de lei, em elaboração pelo Poder Executivo, que define as normas e os procedimentos necessários para a elaboração, monitoramento, avaliação e atualização do Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP). O projeto de lei define que o QDMP e os QDS-MP são instrumentos que orientam a elaboração do Orçamento do Estado quanto às prioridades de despesas. O projeto de lei também define que o processo de elaboração do QDMP deva ser coordenado e consolidado pela Direção de Planeamento e com a colaboração da Direção de Orçamento. O calendário proposto deve ser revisto para que ambos calendários do QDMP e do OGE estejam alinhados.

Estrutura orgânica da Unidade Macrofiscal

25. O MPFEA instituiu a Unidade Macro-fiscal (UMF), por meio do Despacho no 81/2019, composto por um comité técnico intersectorial, com objetivo de assessorar o Ministro na formulação e monitorização da implementação de políticas fiscais que esteja em completa harmonia com os objetivos macroeconómicos.
26. Cabe ao Comité: i) elaborar projeções de indicadores macroeconómicos, analisar a sua evolução e submeter os relatórios ao Ministro, sempre que se justificar; ii) elaborar projeções para os agregados de receita e despesas em consonância com os indicadores de sustentabilidade fiscal e sustentabilidade da dívida pública estabelecidos na Estratégia da Dívida.
27. A Unidade Macro-fiscal não é parte integrante da estrutura organizacional do MPFEA. A UMF é um comité composto por técnicos da DP, DO, DT, DI, D Alfandegas, INE, Gabinete

de Estudos e Políticas Económicas e técnicos da Área de Estudos, Estatísticas e Mercados do BCSTP. A UMF se reúne até 15 dias após o final de cada trimestre e a coordenação está a cargo da Diretora do Planeamento.

28. Há uma proposta de regulamento interno que estabelece as regras de funcionamento da UMF, com periodicidade das reuniões e principais atribuições, ainda por ser revisto e aprovado.
29. Há um plano de atividades plurianual aprovado pelo Comité e pelas respectivas chefias, com detalhamento das atividades e indicação de responsáveis. Os prazos previstos no plano de atividades para elaboração do QFMP e o documento de estratégia fiscal estão em linha com o calendário orçamental (Tabela 1), para que sirvam de base para a elaboração do OGE.

Tabela 1: - Plano de trabalho da UMF 2020 - 2022

Atribuições	Atividades	Instituições responsáveis pela elaboração	Instituição participante (fornecimento de dados)	Produto	Período
Examinar e validar as projeções das receitas, despesas e financiamento em consonância com a meta fiscal	-Examinar e validar as projeções dos principais indicadores macroeconómicos	BCSTP;	INE - PIB, inflação, comercio externo, BCSTP-dados monetários, balança de pagamentos e cambio DT- TOFE, oc contratos de financiamento; DO-Execução orçamental D.I-receitas fiscais DGA-receitas aduaneiras Gab.Div - Stock de divida	Quadro orçamental de médio prazo	1º TRIM
	-Assegurar a elaboração da estratégia fiscal de médio prazo	DP, DO	INE-Boletim de conjuntura económica BCSTP-Boletim económico Gab Divida -Relatório da divida pública DO-Execução orçamental DP- Memorando de política económica com FMI, Relatório de conjuntura económica	Estratégia fiscal de médio prazo elaborada	2 Trim
	-Validar as projeções de receitas	DI, DGA	BCSTP, INE	Projeções das receitas apresentadas e validadas	trimestral
	-Validar as projeções de despesas de médio prazo	DP	DAFs, Gab de planeamento sectorial; DCP-Execução orçamental	QDMP validado	anual
	analisar o relatório de acompanhamento fiscal	DCP	DT- TOFE mensal	Relatório trimestral analisado	trimestral
	analisar a estratégia de divida pública	DT	BCSTP, INE, DO, DCP, DT	Estratégia da divida pública analisada	anual
	Desenvolver e reforçar as ferramentas de análise e de previsões macro-fiscais	Aperfeiçoar o modelo de previsão macrofiscal -desenvolver um modelo de previsão de massa salarial -desenvolver um modelo de previsão da receita -desenvolver um modelo de previsão de inflação mensal	DO, DI, DGA	BCSTP, DP, GEPE	Modelo de previsão aperfeiçoado
Elaboração do relatório de implementação das atividades		DP	Membros UMF	Relatório elaborado e validado	anual

Fases de desenvolvimento e validação dos quadros macro-fiscais

30. A elaboração do QFMP serve de base para a produção de nota técnica que analisa a evolução dos grandes agregados macroeconómicos. A produção da nota técnica – ou relatório de estratégia fiscal - passa pelas diferentes fases de desenvolvimento e validação.

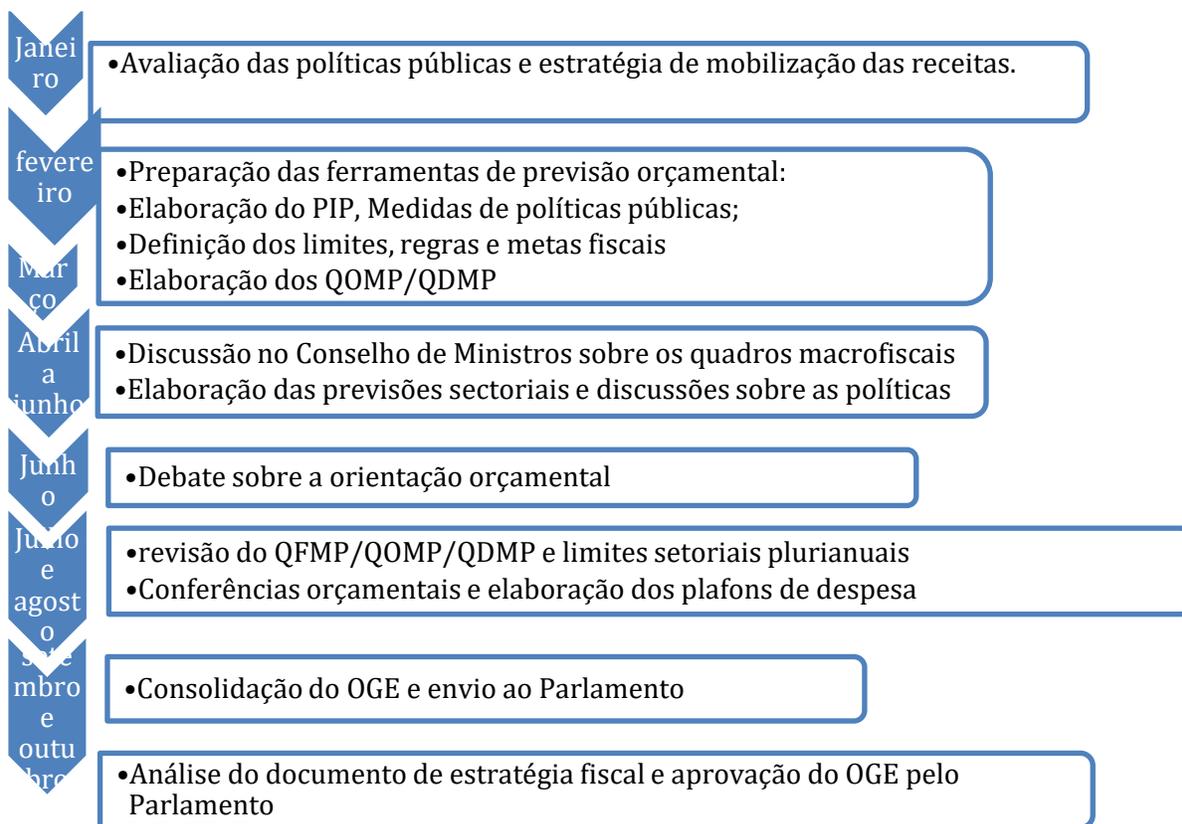
31. A primeira fase consiste na recolha de dados estatísticos produzidos para os quatro setores macroeconómicos e o registo dos dados históricos coletados.
32. A segunda fase consiste na análise prévia dos dados históricos, seguida de análises setoriais e globais da trajetória recente da economia (nos últimos três ou cinco anos), a fim de identificar a dinâmica vigente no país. Esse trabalho é realizado pela secretaria técnica da UMF, com o apoio de especialistas setoriais dos vários ministérios e instituições, a fim de se compreender melhor a evolução das estatísticas coletadas na primeira etapa.
33. A terceira fase consiste em formular hipóteses sobre o desenvolvimento esperado da economia nacional, regional e mundial, além de estabelecer objetivos macroeconómicos. Essas hipóteses são então documentadas, listando-se o conjunto de medidas adotadas e as ações prioritárias adotadas em nível global e setorial para alcançar os objetivos estabelecidos no curto e médio prazos.
34. A quarta fase diz respeito à projeção dos agregados macroeconómicos, levando em consideração as inter-relações entre os setores real, público, externo e monetário; verificação da consistência contábil e económica dos dados e projeções e, finalmente, o desenvolvimento do cenário do programa (básico: tendência da economia sem alterações de política económica)) no modelo utilizado.
35. O quinto passo é focado na análise dos riscos e da sustentabilidade das hipóteses, bem como no desenvolvimento e avaliação de cenários alternativos (otimista e pessimista para comparação com o básico).
36. A sexta etapa é dedicada à preparação da nota de estratégia fiscal a ser submetida à validação técnica do secretariado da UMF. Essa nota técnica tem as seguintes partes principais:
 - contexto económico internacional e nacional;
 - Desenvolvimentos recentes no cenário macroeconômico;
 - Premissas de simulação para o período de previsão;
 - Análise de projeções do setor real;
 - Análise de projeções do setor público;
 - Análise de projeções do setor externo;
 - Análise de projeções do setor monetário;
 - Análise de riscos macroeconômicos e sustentabilidade de políticas
37. Essa etapa também inclui a validação da referida nota pela coordenação da UMF, antes de sua remissão à autoridade governamental competente e a todas as partes interessadas. Note-se que o processo de validação técnica e política é iterativo. A revisão dos diferentes cenários é acompanhada de recomendações, que são processadas e levadas em conta na estrutura macroeconómica revisada.
38. Por fim, a sétima etapa consiste no monitoramento e na revisão do QFMP para avaliar a qualidade das metodologias de projeção e rever os objetivos estabelecidos no curto e médio prazos.
39. Essa revisão pode ser feita se: (i) o banco de dados usado para a previsão macroeconômica sofrer mudanças significativas; (ii) os objetivos do programa de ação do governo se alterarem, à luz das recomendações feitas após as missões de avaliação;

(iii) não sejam observados os impactos de choques exógenos e endógenos inicialmente estimados; e (iv) há ocorrência de novos choques.

CALENDÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS QUADROS MACRO-FISCAIS

40. O calendário para elaboração do OGE deve estar integrado ao calendário para elaboração dos quadros macroeconómicos e ao documento de estratégia fiscal. O cronograma para o desenvolvimento do quadro macroeconómico é apresentado de acordo com o caminho temporal interativo descrito na figura 2 abaixo.

Figura 2 : *Calendário para o exercício dos quadros macroeconómicos em STP*



CAPÍTULO II. PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS

41. Este capítulo apresenta uma descrição dos principais quadros contábilísticos, dos principais agregados macroeconomicos e das fontes de dados.

ESTATÍSTICAS DO SETOR REAL

42. As CNA (Contas Nacionais Anuais) são elaboradas pelo INE pela ótica da produção, em termos anuais, a preços correntes e constantes do ano-base 2008, com base na metodologia do Manual SCN93. Em 10/06/20, o INE compilou as contas nacionais de 2001 a 2016 realizados, 2017 dados semidefinitivos e 2018 e 2019 dados provisórios. Os dados do exercício são disponibilizados no 1º trimestre do ano seguinte.

43. Os principais setores da economia são o comércio e a administração pública, que vem perdendo sua participação para o setor de transportes, armazenagem e comunicações desde 2005. Para a compilação das CNA, o INE utiliza dados da administração pública (BCSTP, TOFE, OGE, IMPOSTO, Alfândegas, além de áreas setoriais da Educação, Saúde, Turismo e SMF, entre outras) e inquéritos e ressenciamentos, como RGPH, IOF, MICS e Inq.CI.

44. Os dados são coletados em valor bruto da produção e é realizado um inquérito para se captar os dados do Consumo Intermediário, obtendo-se o PIB nominal.

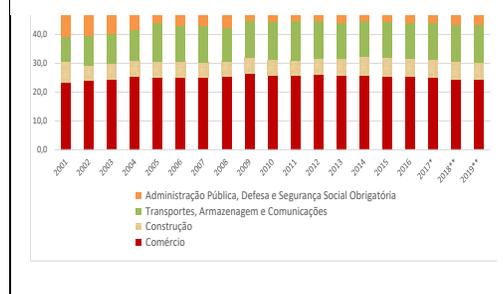
45. Em 2019, foi elaborado um trabalho de conciliação do PIB segundo as óticas da produção e da despesa, com assistência técnica do FMI, para o período de 2008 – 2018, em termos de valor e volume. Também há um trabalho em desenvolvimento de compilação de dados mensais, para uma futura construção do PIB nominal em bases mensais.¹ Nessa mesma missão de AT, os dados do comércio externo e de preços foram organizados em um formato compatível com as contas nacionais trimestrais. Estão ainda a ser desenvolvidos indicadores de alta frequência, como um índice de produção industrial e de volume de negócios.

46. Segundo o ano-base de 2008 das CNA, o consumo das famílias representou 113,9% do PIB total, seguido da administração pública (21,5%). Destaca-se a representatividade das importações (-63,5%). Quatro produtos representam cerca de 54% das despesas de consumo final das famílias: produtos agroalimentares (24%), manufaturados (18,2%), serviços de transporte e comunicação (18,2%) e outras prestações de serviços (10%) (Tabela 2).

Gráfico 1: Principais quadros contábilísticos



Gráfico 2: Evolucao da participacao no PIB real de setores selecionados



¹ Missão de Assistência Técnica de Contas Nacionais do Afritac Central em novembro de 2019.

Tabela 2: - Participação % do PIB segundo a ótica da despesa: ano-base 2008

Discriminação	part%	Valor (milhões de dobras)
Consumo Famílias	113,9	3.147.465
Consumo governo	21,5	592.800
FBCF	18,4	509.640
estoques	0,3	9.413
Exportações	9,3	257.626
Importações	-63,5	-1.753.935
PIB	100,0	2.763.009

Fonte: Missão Afritac Central, Contas Nacionais, Nov 2019.

47. Para os produtos de consumo final fortemente importados (produtos das indústrias agroalimentar e manufatureira), o cálculo do consumo das famílias foi realizado obtendo-se um índice de volume através da relação entre o índice de valor das importações e o índice de preços dos produtos. Acrescenta-se a esse índice a taxa de crescimento anual da população (como proxy da produção local). Cada indicador tem peso de 50% no cálculo do indicador de volume final. Utiliza-se a taxa de crescimento da população na falta de outro indicador pertinente (Eq 1).

$$\text{Índice de volume do consumo final das famílias} = 0,5 * \text{índice da população} + 0,5 * (\text{índice valor da importação} / \text{índice de preço}) \quad \text{Eq. 1}$$

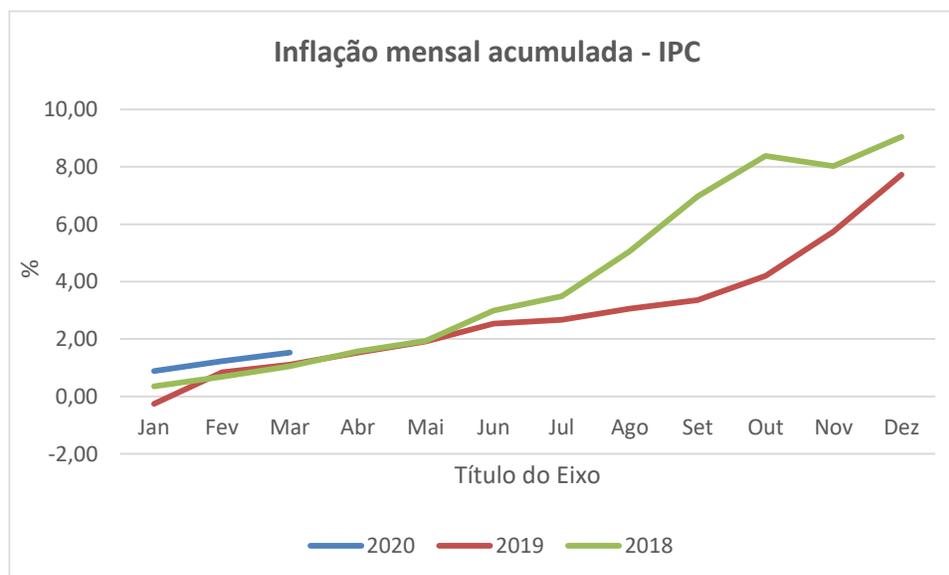
48. Para os demais produtos (transporte, comunicação e outros serviços), em que predomina a produção doméstica, foi estimada uma arbitragem entre a evolução da produção em volume e os índices de volume da população e das importações.

Índice de preços de STP

49. O IPC é o indicador de preços de STP, com série histórica desde 2005 (ano-base 1996), atualizado a partir de 2016 (ano-base 2014 e após inquérito IOF em 2010). O IPC tem como referência geográfica o distrito de Água-Grande.

50. O BCSTP divulga mensalmente as taxas de variação do IPC, com dados referentes a três meses anteriores ao mês da divulgação (Gráfico 3).

Gráfico 3: - Evolução mensal do IPC 2018 - 2010



Fonte: BCSTP

51. A cesta de bens da amostra populacional para fins de coleta é concentrada nos itens referentes a produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (72,69%), sendo os demais itens de menor relevância relativa (Tabela 3).

Tabela 3: - Estrutura do Consumo do IPC - 2014

Código da COICOP	Designação	Ponderador
1	Produtos Alimentares, bebidas não Alcoólicas	72,69
2	Bebidas Alcoólicas, tabaco e narcóticos	3,77
3	Vestuário e Calçado	3,28
4	Mobiliários, Mater.Electrod. e artigos de Habitação	5,53
5	- Mobiliários, Artigos de Decoração, Equi.Domésticos	3,80
6	Saúde	0,41
7	Transporte	4,04
8	Correios e serviços de telecomunicação	1,92
9	Lazer, Recreação e Cultura	0,55
10	Educação	0,44
11	Restauração, Hotéis, Cafés de Similiares	1,79
12	Bens e Serviços Diversos	1,78

Fonte : INE

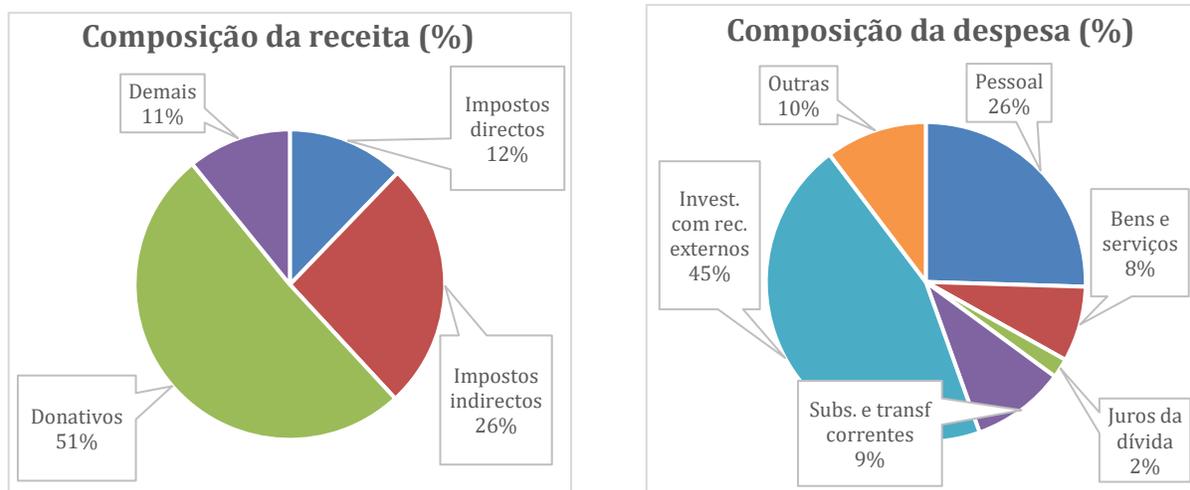
ESTATÍSTICAS DO SETOR PÚBLICO

52. O setor público de STP inclui o governo geral (governo central, as autarquias locais, a região autônoma do Príncipe e o INSS), as 6 empresas públicas (incluindo o BC) e as entidades extra-orçamentais. Os dados referentes ao governo central e os governos regionais e locais são compilados no TOFE (Tabela de Operações Financeiras do Estado), compatível com o OGE

por categoria económica para as despesas. O INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) não está incluído nessa cobertura.

53. O TOFE é elaborado mensalmente pelo Departamento do Tesouro (DT) e utilizado para as projeções anuais de receitas e despesas durante a elaboração do OGE, coordenado pela DO, e para as projeções de médio prazo nas negociações com o FMI, de acordo com a estrutura do Manual de Finanças Públicas de 1986. Embora não haja uma rotina de revisão das projeções anuais do TOFE para o exercício em curso, os registros mensais do TOFE pelo Tesouro possibilitam essas revisões pela UMF, dentro de seu plano de trabalho, para o acompanhamento da meta fiscal.
54. O Sistema de informação SAFEe dá o suporte técnico à elaboração do TOFE. O SAFEe é o instrumento de registro do orçamento anual e sua execução ao longo do ano. O sistema pode gerar reportes sobre receitas e despesas que permitem a avaliação da execução orçamental em relação às metas fiscais, assim como o histórico de despesas, que pode ser utilizado para a elaboração de projeções.
55. As finanças de STP são fortemente dependentes de donativos, sendo em grande parte destinadas a investimentos públicos (Gráfico 4).

Gráfico 4: - Participação % das receitas e despesas em relação aos totais



Fonte : OGE 2019/DT

Processo orçamental

56. O processo de preparação do OGE é interativo e começa com a publicação, pelo MPFEA, de uma circular a todas as partes envolvidas. A Direcção do Orçamento (DO) define os limites orçamentais e comunica, a todos os serviços ou unidades orgânicas, as regras que orientam a elaboração do projecto de orçamento e as instruções enquadradas com o Programa do Governo e Grandes Opções do Plano (GOP), tendo em conta a necessária relação entre previsões orçamentais e a evolução provável da conjuntura política, económica e social.
57. De acordo com o calendário aprovado, os Ministérios (Unidades Orgânicas), através das DAFs, dispõem de 4 a 5 semanas para preparar e submeter à DO os respectivos anti-projectos, anexando os elementos de recolha de informações a serem respeitadas que devem acompanhá-los. Uma vez consolidadas as informações sectoriais, é elaborada a proposta de lei para apresentação ao Conselho dos Ministros pelo Ministro responsável pela área das Finanças. Na ocorrência de atrasos na transmissão das informações dos ministérios

sectoriais, as projecções de externos até o momento do envio do projecto de OGE ao Parlamento.

Figura 3: - Ciclo Orçamental de STP



Fonte: Departamento de Orçamento, 2020.

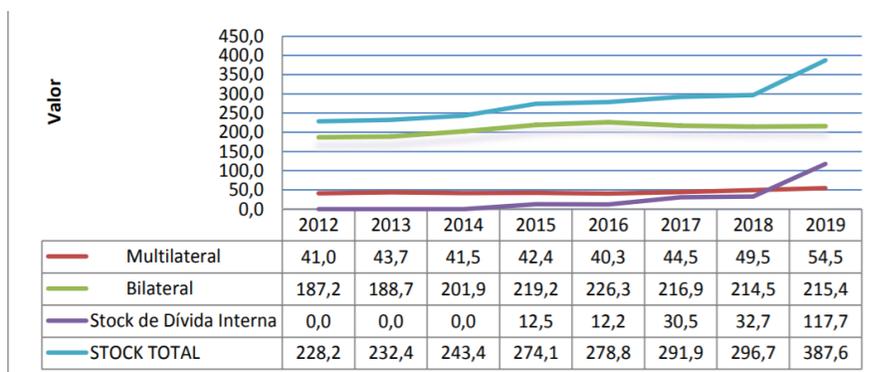
58. Para as projecções do OGE anual, o BCSTP elabora e repassa à DO a inflação e o PIB projetados para o ano seguinte. As projecções de receita são realizadas pelo Departamento de Impostos e pelas Alfândegas. Para essas projecções, toma-se por base a média histórica dos valores realizados, os indicadores de PIB e inflação. Não se calculam elasticidades, nem se utilizam de variáveis explicativas outras que não o PIB.
59. . Para as despesas com salário, toma-se por referência o número de efectivo para cada categoria e quadros remuneratórios, e a expectativa de aumento salarial e promoções. Para a projecção de bens e serviços, toma-se por base os dados históricos do consumo do governo, bem como os contratos de fornecimentos pré existentes e os eventuais contratos previstos. A conta de juros da dívida é fornecida pelo Gabinete da Dívida, baseada nas projecções das prestações futuras dos contratos de créditos existentes, tanto interno como externo. As transferências (para outros poderes e entidades) são projectadas tendo em conta o número de efectivo para cada categoria e diferentes quadros remuneratórios dos poderes legislativo e judiciário.
60. As despesas com investimento dependem das negociações sobre o montante de donativos a receber; tais despesas são baseadas em estudo prévio, como também nas promessas de financiamento por parte dos nossos parceiros de desenvolvimento. Por fim, as despesas de capital são calculadas pelo Gabinete da Dívida, baseadas nas projecções das prestações futuras dos contratos de créditos existentes, tanto interno como externo.

DÍVIDA PÚBLICA

61. O Gabinete da dívida divulga boletins trimestrais de seguimento da dívida pública e o “Relatório anual sobre a gestão da dívida pública” no fecho do exercício, que apresenta a composição e o perfil da dívida interna e externa. Em 2019, a dívida pública aumentou cerca

de 30% em relação ao ano anterior, em decorrência de novos desembolsos do FMI, BAD e KUWAIT FUND e à expansão da dívida pública interna em 167,9% (Gráfico 5).

Gráfico 5:– Evolução da dívida pública 2012 - 2019



Fontes: GABINETE DE GESTÃO E SEGUIMENTO DA DÍVIDA

62. O Gabinete da dívida também calcula os juros da dívida, elabora uma análise de sustentabilidade (tabela 4) e divulga a programação de amortizações.

Tabela 4: Quadro resumo da análise de sustentabilidade da dívida – 2019

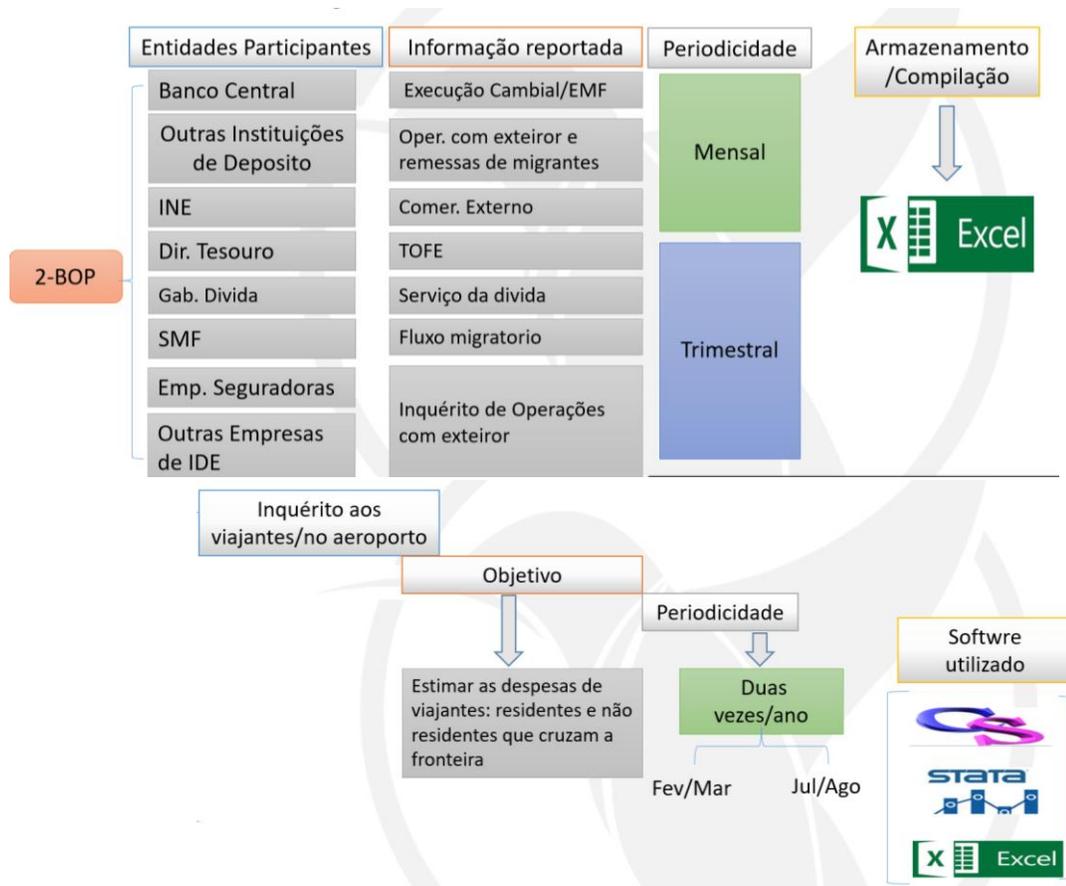
INDICADORES	Limite padrão conforme boas práticas			Caso S.Tomé e Príncipe					
	FRACO	MÉDIO	FORTE	Calculado segundo o STOCK		Calculo segundo Valor Presente		Excl. atrasados	
Calculado segundo o VALOR PRESENTE				2018	2019		2019		
VA DIV/PIB	30%	40%	50%	STOCK / PIB	69,2%	87,3%	VA/PIB	98,2%	82,2%
VA DIV/EXP.	100%	150%	200%	STOCK / EXP	3217,4%	3997,5%	VA/EXP	4499,5%	3763,9%
SERV. DIV/EXP	15%	20%	25%	SD/ EXP	46,0%	84,5%	SD/E	84,54%	84,5%
VA, DIV/RO	200%	250%	300%	STOCK / RO	467,2%	582,6%	VP/RO	667,69%	548,5%
SERV. DIV/R. Cor.	25%	30%	35%	SERVIÇO / RO	6,7%	12,3%	SD/RO	12,32%	12,3%
PIB					427,9	444,40	VALOR PRESENTE	436,45	365,1
EXPORTAÇÃO					9,2	9,7			
SERVIÇO DA DÍVIDA					4,2	8,2			
RECEITAS CORRENTES					63,4	66,6			

Fontes: MINISTÉRIO DO PLANO FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

ESTATÍSTICAS DO SETOR EXTERNO

63. O BCSTP é reponsável pela compilação trimestral da Balança de Pagamentos, que resume as transações realizadas entre entidades residentes e não residentes, de acordo com o Manual BoP 6th ed., IMF, 2009. A figura 4 a seguir resume as entidades participantes e as informações fornecidas para tratamento e registro na Balança de Pagamentos pelo BCSTP.

Figura 4: - Fontes de informação das estatísticas de Balança de Pagamentos



64. O BCSTP também faz a compilação mensal da balança comercial por produto e por região, a posição de investimento internacional trimestral e o serviço da dívida externa do governo central em bases mensais (em conjunto com o Departamento do Tesouro). O principal item da pauta exportadora do País é o cacau. Nos meses de janeiro de fevereiro de 2020, o óleo de palma ultrapassou a exportação do cacau em termos de valor (USD). Em termos de importações, destacam-se os bens de consumo, que contribuíram para um déficit na balança comercial de USD 10 milhões em março/2020.

Gráfico 6: Gráfico – Exportação de cacau e óleo de palma (USD milhões)

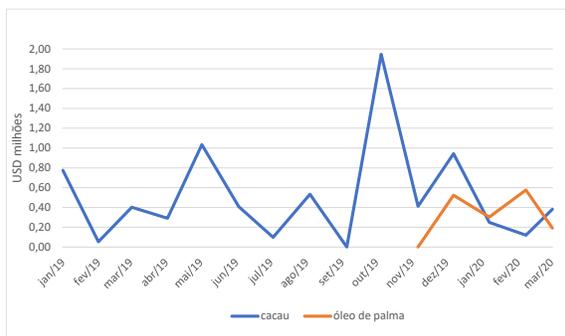
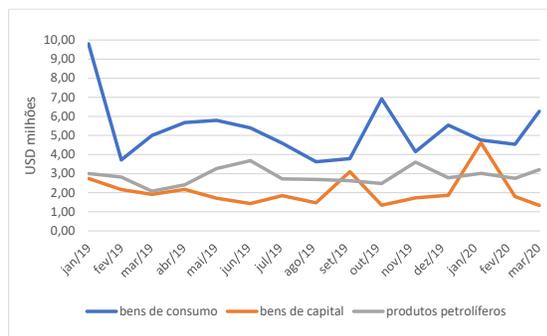


Gráfico 7: Gráfico – Importações (USD milhões)



ESTATÍSTICAS DO SETOR MONETÁRIO

65. As Estatísticas Monetárias e Financeiras (EMF) são compiladas pelo BCSTP, conforme o Manual de Estatísticas Financeiras do FMI, 2000. As EMF medem a atividade

financeira de todas as unidades institucionais pertencentes ao sector financeiro de uma economia. O BCSTP divulga em seu sítio da web: i) base monetária diária; ii) Situação Monetária mensal do Banco Central ; iii) Situação Monetária mensal das outras instituições de depósito ; iv) Síntese Monetária mensal; v) Agregados monetários mensais; e vi) Depósito mensal bancário por moeda e tipo.

66. A principal informação é o balanço do Banco Central e das instituições financeiras, conforme a figura 5 a seguir.

Figura 5: - Fontes de informação das estatísticas monetárias



CAPÍTULO III. MODELIZAÇÃO MACRO-ECONÓMICA: CONSIDERAÇÕES

GERAIS

67. O presente capítulo apresenta as metodologias de previsões das principais variáveis macroeconômicas no quadro macro-fiscal. Propõe diferentes abordagens para aprimorar as estimativas de variáveis macroeconômicas, nomeadamente: as previsões do PIB pela óptica da produção e a despesa, do deflator do PIB e do IPC, dos indicadores do mercado de trabalho, da taxa de câmbio e dos indicadores do sector externo (conta corrente e balança de pagamentos). Esta secção é composta por duas partes: (1) modelos de previsão em geral, com base na análise de séries temporais; (2) definições fundamentais, relações contabilísticas e sugestão de metodologias práticas por variável, incluindo a verificação da consistência das estimativas.

PRINCÍPIOS BÁSICOS E HORIZONTES TEMPORAIS

68. Fazer previsões macroeconômicas é uma arte que envolve a teoria económica, o tratamento de dados, a estimativa econométrica e estatística, as técnicas de previsão e juízo de valor. A teoria económica fornece aos analistas relações comportamentais e identidades contabilísticas que podem ser usadas para ver como as variáveis económicas estão relacionadas entre si ao longo do tempo. Com a ajuda de métodos econométricos e estatísticos, o analista calibra ou estima os parâmetros das relações fornecidas pela teoria económica para chegar aos valores razoáveis para o país em causa.
69. Nesse processo, o bom senso desempenha um papel importante porque os economistas geralmente não têm um entendimento completo ou claro das relações quantitativas entre as variáveis. Os avanços e retrocessos nas relações económicas muitas vezes são específicos de cada país e variam com o tempo. O erro de medição, devido às fragilidades dos sistemas estatísticos, aumenta as incertezas que os analistas macroeconómicos e os formuladores de políticas têm enfrentado no dia a dia.
70. Num mundo de incertezas, os analistas e formuladores de políticas macroeconómicas têm de dispor de uma grande variedade de fontes de dados e outras informações qualitativas para poderem avaliar a qualidade das suas projecções. Os analistas apresentam frequentemente previsões macroeconómicas diferentes. É, também, muito provável que não concordem sobre muitas coisas, entre as quais a trajectória futura das políticas e o impacto quantitativo de uma determinada política sobre a economia.
71. Basicamente, a previsão macroeconómica é um exercício para antecipar o comportamento futuro das variáveis macroeconómicas a partir de todas as informações passado e presente disponíveis. Essa antecipação é feita para informar a tomada de decisões pelas autoridades políticas para agir no futuro e não sofrer com isso.
72. Com base nas premissas utilizadas, as previsões representam estados possíveis e concebíveis do futuro desenvolvimento da economia nacional. Essa previsão utiliza várias ferramentas, como a estatística, a econometria e a teoria económica.
73. As estatísticas permitem coletar, apresentar, analisar e medir fenômenos económicos de maneira metódica, enquanto a econometria usa análise matemática, estatística inferencial e teoria económica para processar esses dados estatísticos, destacando

relações significativas entre várias variáveis. Esses relacionamentos refletem a definição, o comportamento, a identidade, a técnica, os relacionamentos institucionais ou o equilíbrio entre uma variável dependente e outras variáveis, denominadas variáveis independentes, das quais depende. Além disso, o uso da ferramenta de computador facilita a preparação de projeções macroeconómicas e resulta numa economia de tempo.

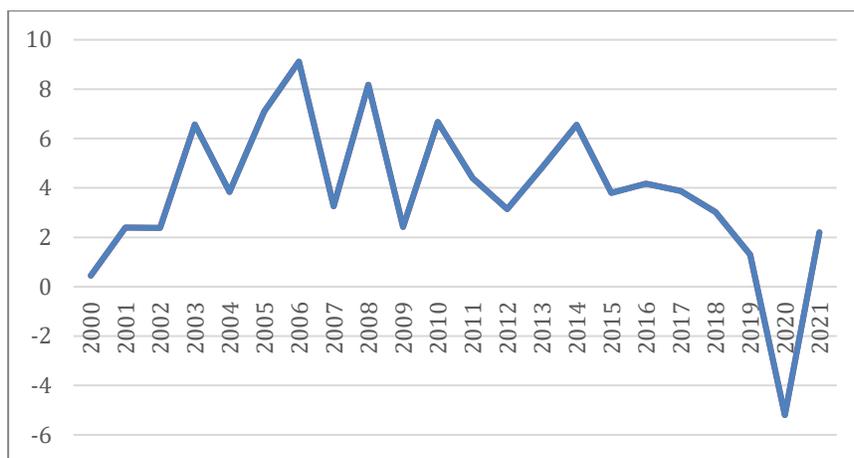
74. Finalmente, a teoria económica oferece diagramas explicativos mais ou menos completos da realidade económica nacional para uma melhor análise e uma boa interpretação dos dados.
75. O estudo das diferenças entre previsões e realizações possibilita identificar deficiências em termos de ferramentas utilizadas, reflexões teóricas ou séries estatísticas, e leva a melhorias ou novas pesquisas. Além disso, o estudo de previsão é orientado pelas preocupações do usuário de acordo com os problemas de política económica que ele deseja esclarecer.
76. Com relação ao horizonte temporal, podem ser feitas previsões macroeconómicas de curto, médio e longo prazos. Cada horizonte temporal induz técnicas específicas de análise e previsão:
 - Quando é uma previsão de curto prazo (menos de 2 anos), as técnicas de projeção usadas são baseadas em suposições de estabilidade de curto prazo dos parâmetros, que descrevem as estruturas fixas (exemplo: capacidade de produção);
 - A projeção de médio prazo (3 a 5 anos) possibilita a hipótese de que é possível uma ação de relaxamento das restrições consideradas rígidas no curto prazo. É o caso das restrições ligadas ao aumento das capacidades de produção. Note-se que a revisão da previsão de médio prazo pode ser feita anualmente, dependendo da evolução observada;
 - Finalmente, projeções de longo prazo (mais de 5 anos, 10 a 20 anos e mais) usam técnicas que exigem raciocínio em termos de possíveis cenários que podem permitir a evolução na direção desejada.

ENTENDENDO OS DADOS

Representação Gráfica dos Dados Macroeconómicos

77. Antes de criar modelos de previsão, é importante entender os dados que serão projetados. Para começar, pode ser útil representar graficamente as variáveis macroeconómicas que pretendemos projectar. Uma análise gráfica determinará se as variáveis estão a crescer ou são constantes ao longo do tempo, se o crescimento ocorre a uma taxa constante ou crescente, se os padrões cíclicos estão em evidência e assim por diante.
78. Uma análise gráfica também pode revelar discrepâncias, que terão de ser discutidas com a Autoridade de Estatísticas. As discrepâncias podem revelar anomalias ou reflectir erros na série de dados que, se não forem corrigidos, podem gerar resultados falaciosos.

Gráfico 8: PIB real de STP, taxa de crescimento .



79. Os gráficos 1 e 2 mostram que o PIB real de STP aumentou de forma acentuada ao longo do período em análise e que o crescimento na década de 1990 foi consideravelmente mais volátil do que as taxas de crescimento mais recentes. O PIB real também retraiu consideravelmente nos últimos dois anos.
80. Tomar o logaritmo natural de uma variável macroeconómica - a chamada transformação de log - é útil, visto que a inclinação do logaritmo da variável é igual à taxa de crescimento da variável original. Além disso, ao estimar a relação entre duas variáveis macroeconómicas, o coeficiente pode ser interpretado como a elasticidade. Uma parte considerável da série de dados macroeconómicos com que lidamos parece comportar-se de maneira logarítmica ou exponencial.

Propriedades dos Dados Macroeconómicos

Dados Macroeconómicos são Cíclicos

81. Normalmente, a medida real de muitas variáveis económicas exhibe ciclos em torno de uma tendência linear. Esse padrão cíclico é chamado de ciclo económico e pode ser útil para informar a previsão de futuros desenvolvimentos económicos a curto prazo. O entendimento das tendências subjacentes nas variáveis económicas é importante para prever desenvolvimentos de médio prazo.
82. O conceito de tendência subjacente de uma economia, ou produto potencial, é discutido em detalhe na Caixa B: Ancorando a previsão do PIB real, estimando o produto potencial. Por vezes, a série de dados apresenta desvios acentuados em relação à tendência subjacente, que não reflectem simplesmente flutuações cíclicas, mas representam uma quebra estrutural, ou seja, mudanças nas características básicas

da economia. A ocorrência de uma quebra estrutural numa série de dados terá implicações na previsão.

Os Dados Serão Estacionários ou Não Estacionários e Podem Exibir Tendências Comuns

83. Outra distinção importante em relação aos dados macroeconómicos consiste na diferenciação entre séries estacionárias e não estacionárias. Intuitivamente, uma série de dados é estacionária se tende a voltar ao seu valor médio de longo prazo após sofrer um choque. Por outro lado, quando atingida por um choque, a série de dados não estacionária tende a não retornar ao seu valor médio de longo prazo.
84. Foram desenvolvidos testes estatísticos para verificar se uma série de dados é estacionária. Os mais comuns são o teste alargado de Dickey-Fuller (1979)² e o de Phillips-Perron (1988)³. Todos os pacotes de *software* econométricos incluem esses testes, logicamente além de vários outros testes. A conclusão mais frequente será que os dados macroeconómicos que usamos são não estacionários, mas as taxas de crescimento são estacionárias.
85. De maneira semelhante, muitas variáveis macroeconómicas tendem a aumentar (ou a diminuir) com o tempo. Contudo, apenas algumas delas partilham uma tendência comum. Por exemplo, a teoria do consumo propõe que, no longo prazo, o consumo e o rendimento estejam intimamente relacionados e que, portanto, devem partilhar uma tendência comum ou uma relação de equilíbrio. Outro exemplo seria o emprego e a produção económica.
86. Em termos das propriedades dos dados das variáveis, se eles não forem estacionários, mas partilharem uma tendência comum, o resíduo da relação estimada (modelo) será estacionário. Essa é uma característica desejável de qualquer modelo econométrico desenvolvido para fins de previsão, pois os relacionamentos não são considerados espúrios, o que levaria a previsões imprecisas. A especificação dos modelos de previsão deve ser orientada pela teoria económica e pelo teste de tendências comuns.

ABORDAGENS SIMPLES DE PREVISÃO

87. Os métodos de previsão geralmente usados dependem das necessidades de informações da previsão, ditadas pelo período escolhido (curto, médio e longo prazo), os detalhes desejados (produtos, setores, agências, etc.) e a abordagem apropriada (por exemplo, solicitar julgamento "abordagem qualitativa" ou que exija formalização "abordagem quantitativa").
88. Os principais métodos geralmente aplicados nas projeções da maioria dos agregados económicos incluem o seguinte: o método de tendência, o método de elasticidade, o método de razão, o método de ponderação e o método baseado em julgamento.
89. No entanto, deve-se notar que esses diferentes métodos podem ser combinados especialmente porque são considerados complementares entre si, e que sempre há uma margem de incerteza quanto ao melhor método a ser utilizado.

² David A. Dickey e Wayne A. Fuller. (1979). "Distribution of the Estimators for Autoregressive Time Series with a Unit Root", Vol. 74, N.º 366;

³ Phillips, P. C. B.; Perron, P. (1988). "Testing for a Unit Root in Time Series Regression", Vol. 75, N.º 2.

90. Esta secção analisa diversas abordagens simples que podem ser adoptadas para prever variáveis macroeconómicas. As abordagens em questão podem ser úteis, pois são rápidas de programar, fáceis de implementar e documentar. Embora se tratem de técnicas simples, também poderão integrar um conjunto mais amplo de ferramentas de previsão com níveis de complexidade diferentes.

O Nível Histórico ou Taxa de Crescimento

91. O pressuposto mais simples sobre o comportamento futuro de uma variável macroeconómica é que este assumirá o mesmo valor que o seu valor actual (referido como modelo simples). Esse pressuposto é razoável se acreditarmos que os desvios futuros da variável em relação ao valor actual são puramente aleatórios ou imprevisíveis. Por vezes, esta abordagem é usada para prever variáveis como a taxa de câmbio ou preços de *commodities*.

92. Uma extensão desta abordagem consiste em prever uma variável macroeconómica usando a taxa de crescimento média histórica da variável em questão. O censo deve informar o período durante o qual uma média histórica é considerada representativa das prováveis taxas de crescimento futuro.

93. Certas variáveis macroeconómicas são projetadas de acordo com o prolongamento de sua tendência de curto ou médio prazo. A taxa de crescimento ($g(V_i(t+1))$) projetada no tempo t para o período $(t+1)$ para a variável i é calculada como a taxa média de crescimento do volume V_i no último T períodos; T sendo uma função da disponibilidade de dados. Daí a seguinte fórmula simples de tendência aritmética:

$$g(V_i(t+1)) = [(V_i(t)/V_i(t-T))^{1/T}] - 1 \quad \text{Eq. 2}$$

Métodos de elasticidade

94. Como parte do exercício de enquadramento macroeconómico, as projeções desenvolvidas pelo método da elasticidade são feitas de acordo com a seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} \text{Taxa de crescimento :} & \quad g(Y(t)) = E(Y/X) * X(t) & \text{Eq. 3} \\ \text{Nível :} & \quad Y(t) = Y(t-1) * (1 + g(Y(t))) = Y(t-1) * [1 + E(Y/X) * X(t)] & \text{Eq. 4} \end{aligned}$$

Relação Constante para uma Outra Variável (proporção ou ponderação)

95. No caso de algumas variáveis macroeconómicas, uma maneira fácil de fazer uma previsão é supor que a variável cresça na mesma taxa que outra variável, de modo que a razão entre as duas permaneça constante ao longo do tempo. Por exemplo, pode ser razoável supor que os gastos do governo em algumas áreas aumentem de acordo com o tamanho da economia. Nesse caso, a previsão de gastos do governo pode ser feita usando a previsão do PIB nominal.

96. As vantagens desse método são o facto de ser simples de usar e de em algumas situações fornecer uma previsão razoável. A desvantagem deste método é que requer uma previsão confiável do PIB nominal ou de outro agregado macroeconómico.

97. O método de razão ou ponderação permite projetar os níveis "estratégicos" de certas variáveis a partir de taxas médias. Os índices são calculados como médias móveis nos últimos anos ou como premissas de política económica.

98. O procedimento para o método da proporção é descrito pelas seguintes equações:

$$\text{Nível :} \quad Y(t) = r * X(t) \quad \text{Eq. 5}$$

Ponderação:

$$r = Y(t-1)/X(t-1)]$$

Eq. 6

Método baseado em julgamento

99. Para realizar esse exercício de enquadramento macroeconómico, o modelador, na ausência de dados quantitativos, utiliza métodos de julgamento (Reuniões de especialistas para coletar suas opiniões, abordagem qualitativa, valorização pessoal de pessoas-alvo específicas, etc.) devido às fraquezas do sistema estatístico do país.

100. De um modo mais geral, esses métodos são particularmente úteis em todas as situações caracterizadas por informações quantitativas deficientes (dados não mensuráveis, pouco confiáveis ou muito poucos) quando uma certa quantidade de conhecimento, informação qualitativa está disponível.

ABORDAGENS ECONÓMICAS

101. Os economistas desenvolveram várias técnicas estatísticas (económicas) práticas para a previsão de variáveis macroeconómicas. A seguir, são elencadas algumas abordagens económicas mais simples.

Abordagem de Tendência Linear

102. O modelo de regressão linear pode ser usado para identificar uma tendência numa série temporal, sendo mais rigoroso do que apenas um gráfico visual. O modelo de tendência linear pode ser expresso da seguinte forma:

$$\ln Y_t = \beta_0 + \beta_1 \text{Time}_t + u_t \quad \text{Eq. 7}$$

103. A variável explicativa *Tempo* assume o valor de um (1) para o primeiro ano do período de amostra, o valor de dois (2) para o segundo ano e assim sucessivamente. Se a variável dependente *Y* é o logaritmo natural, então o coeficiente estimado de *Tempo* pode ser considerado a taxa de crescimento de *Y*.

O Modelo Auto-regressivo com Desfasamentos Distribuídos

104. A auto-regressão é um modelo que relaciona uma variável de série temporal com os seus valores passados. O modelo mais simples deste tipo é uma auto-regressão de primeira ordem, ou AR (1), em que “1” indica que se trata de uma regressão da série no seu primeiro valor desfasado. O modelo auto-regressivo com desfasamentos distribuídos (ADL) acrescenta não apenas os valores desfasados das variáveis dependentes do lado direito da equação, mas também os valores actuais e desfasados de outras variáveis explicativas. A título ilustrativo, o modelo ADL de primeira ordem formula-se como se segue:

$$\ln Y_t = \beta_0 + \beta_1 \ln Y_{t-1} + \beta_2 \ln X_t + \beta_3 \ln X_{t-1} + u_t \quad \text{Eq. 8}$$

105. A especificação exacta dos desfasamentos dependerá do teste de comprimentos diferentes de desfasamentos de *Y* e *X*.

106. Os economistas também empregam uma variedade de abordagens mais sofisticadas para modelar variáveis macroeconómicas e, desse modo, produzir previsões.

Modelos VAR

107. Os modelos vectoriais auto-regressivos (VAR) estimam estatisticamente as interacções dinâmicas entre um conjunto de variáveis sem impor uma estrutura específica às interacções. Por conseguinte, os modelos VAR são úteis para capturar as principais características das correlações dinâmicas entre as variáveis económicas sem restrições impostas pela teoria económica ou pelas preferências do modelador. Por exemplo, um

modelo de duas variáveis com defasamentos p assumiria o seguinte formato, que pode ser estimado usando OLS:

$$\ln Y_t \beta_{10} + \beta_{11} \ln Y_{t-1} + \dots + \beta_{1p} \ln Y_{t-p} + \gamma_{11} \ln X_{t-1} + \dots + \gamma_{1p} \ln X_{t-p} + u_{1t} \quad \text{Eq. 9}$$

$$\ln X_t = \beta_{20} + \beta_{21} \ln Y_{t-1} + \dots + \beta_{2p} \ln Y_{t-p} + \gamma_{21} \ln X_{t-1} + \dots + \gamma_{2p} \ln X_{t-p} + u_{2t} \quad \text{Eq. 10}$$

108. Uma das vantagens deste método é ser fácil e rápido. Normalmente, não tem variáveis exógenas (e, assim, não padece do problema da subjectividade dos modeladores, que afecta os modelos estruturais). Uma das suas desvantagens é o facto de precisar de uma amostra grande, sobretudo caso se o objectivo for prever mais do que quatro ou cinco variáveis. No exemplo acima há oito parâmetros a estimar, no entanto para um modelo VAR (4,2), ou seja, um modelo com quatro variáveis endógenas, cada uma com dois defasamentos — há um total de 32 parâmetros a estimar! Outra desvantagem importante é que não há uma “história” económica para contar, embora a escolha de variáveis possa estar associada a uma interpretação económica.

109. Os modelos VAR estruturais (SVAR) representam um método intermédio entre um modelo VAR básico e a abordagem mais estrutural dos modelos macroeconómicos tradicionais discutidos acima: conjugam o método estatístico do modelo VAR básico com um número de restrições amplamente aceites derivadas da teoria económica, e visam, portanto, tirar proveito das vantagens de ambas as abordagens.

O Modelo de Correção de Erros

110. Conforme discutido acima, determinadas variáveis macroeconómicas, como consumo e rendimento das famílias, podem partilhar uma tendência comum, que pode ser utilizada para fins de previsão⁴. O modelo de correcção de erros (ECM) oferece uma abordagem a partir da qual podemos modelar uma variável que contém dinâmica de crescimento de curto prazo e uma âncora ou equilíbrio de longo prazo devido a uma tendência comum entre as variáveis. Um modelo típico de correcção de erros seria especificado da seguinte maneira:

$$\Delta \ln Y_t = \beta_0 + \beta_1 \Delta \ln X_t - \gamma \cdot (\ln Y_{t-1} - \delta \ln X_{t-1}) + u_t \quad \text{Eq. 11}$$

111. onde $(\ln Y_{t-1} - \delta \ln X_{t-1})$ é chamado termo de correcção de erro. De notar que o termo da primeira diferença seria zero num equilíbrio de longo prazo, de modo que o termo de correcção de erro, juntamente com o termo na ordenada de origem, pode ser considerado como um termo que descreve um equilíbrio de longo prazo.

112. O coeficiente da inclinação no termo de correcção de erros captura a velocidade do ajustamento no equilíbrio de longo prazo.

113. Essa relação pode ser explorada para produzir previsões. Uma das vantagens desta abordagem é que, tomando esse comportamento em consideração através de um modelo económico, os analistas podem fazer uma interpretação económica às suas previsões. Por exemplo, pode-se dizer que é provável que o consumo caia porque o rendimento cai durante uma recessão, permanecendo os outros aspectos inalterados. Uma das desvantagens deste método é que precisamos de previsões fiáveis das variáveis explicativas. Por exemplo, no caso de uma previsão de consumo, é necessário

⁴ Não há regras definidas sobre as variáveis macroeconómicas que podem ser modeladas como uma especificação de correcção de erros. Essencialmente, tal como acontece em todas as previsões, tudo se resume à junção do que a teoria económica nos diz com o que os dados reais nos dizem. Normalmente, os analistas encontram modelos estáveis de correcção de erros para consumo e rendimento, emprego e produção (e salários reais), exportação de produtos manufacturados e procura de parceiros comerciais (e uma taxa de câmbio real).

dispor de uma previsão de rendimento geralmente produzida a partir das perspectivas do mercado de trabalho, ou seja, previsões de crescimento do emprego e dos salários.

Modelos Macroeconômicos

114. Os modelos macroeconômicos usam a teoria econômica para ancorar o longo prazo da economia, mas permitem que os dados determinem o caminho de ajustamento dinâmico de curto prazo da economia para o estado estacionário de longo prazo. Estes modelos variam em tamanho e complexidade. São úteis para produzir previsões consistentes dentro do modelo e podem ser usados para testar uma previsão de linha de base através da alteração de variáveis exógenas, a fim de produzir cenários que possam afectar o equilíbrio de riscos para as previsões.
115. Uma das vantagens destes modelos é o facto de considerar as relações identificadas como relevantes pela teoria econômica.
116. Os modelos estruturais também apresentam desvantagens. Primeiro, não é fácil construir modelos estruturais, especialmente se o modelo tiver que descrever o conjunto da economia (o que normalmente é denominado de modelo macroeconômico). Segundo, quando a complexidade do modelo é maior, são necessárias muitas observações para estimar os parâmetros. Terceiro, são necessárias previsões das variáveis exógenas para gerar previsões das variáveis endógenas. Quarto, a estrutura do modelo pode ser bastante subjectiva; sendo que o tratamento das variáveis, quer endógenas quer exógenas, depende das preferências e da experiência anterior do analista.

CONTRIBUTOS ADICIONAIS NO PROCESSO DE PREVISÃO

117. Embora úteis, as previsões geradas por modelos econométricos são geralmente complementadas por análises aprofundadas dos principais sectores da economia, baseando-se numa série de outras informações, para produzir as previsões macroeconômicas finais.
118. Quando disponíveis, as pesquisas junto de consumidores e empresas fornecem informações úteis sobre despesas dos agregados familiares e decisões de investimento e contratação de negócios. Essas pesquisas geralmente são publicadas de maneira mais frequente que os dados oficiais. Dados econômicos parciais e indicadores principais, como os dados mensais de aprovação de construção, podem ajudar a informar previsões de curto prazo da actividade de construção.
119. A prática de manter um diálogo regular com a comunidade empresarial é vista como extremamente valiosa para identificar tendências emergentes na economia. Muitas agências alocaram recursos exclusivos, geralmente incluindo funcionários baseados fora das principais cidades, que interagem regularmente com a comunidade empresarial por meio de discussões individuais. As informações obtidas a partir dessas actividades são usadas para informar as previsões macroeconômicas finais. Algumas agências publicam regularmente os seus resultados, incluindo o Livro Bege da Reserva Federal dos EUA e o Relatório da Agência do Banco da Inglaterra.
120. A opinião de especialistas, como conselhos de agências especializadas, pode ser uma fonte útil de informações para informar sobre os aspectos específicos das previsões. Ainda neste âmbito, algumas agências de previsão submetem as suas previsões à análise de especialistas externos antes da sua finalização.

121.E, por último, a contribuição menos tangível para as previsões macroeconómicas é o discernimento, informado pela experiência e memória corporativa. Todas as agências de previsão confiam no juízo dos seus analistas, que tem demonstrado, de um modo geral, melhorar a precisão das previsões.

122.Em suma, a maioria dos analistas irá recorrer a uma conjugação de técnicas de modelagem, pesquisas, ligações com o mundo empresarial, opinião e discernimento de especialistas para produzir previsões macroeconómicas. As diferenças entre as agências residem nas técnicas de modelagem e no peso atribuído a cada uma das contribuições que, em grande parte, reflecte a disponibilidade e a cobertura de dados e os conhecimentos e recursos de modelagem.

123.Essa abordagem é idêntica à descrita acima, nos métodos simples que consistem em levar em consideração as opiniões dos especialistas.

CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS UTILIZADOS PARA PREVISÃO MACROECONÔMICA

124.O desenvolvimento do quadro macroeconômico de médio prazo e a simulação dos efeitos da política económica requerem instrumentos analíticos sofisticados. Estes devem fornecer formalizações coerentes da estrutura económica do país e entendimento das interações das várias variáveis relacionadas. O quadro macroeconómico apela, assim, às teorias para esquematizar as relações que ligam as diferentes variáveis económicas. Com isso em mente, um ou mais modelos adequados podem ser usados para explicar fatos económicos. Para uma dada situação, não existe um modelo único, mas tantos modelos quanto fenômenos a serem analisados.

125.Os resultados do modelo acabam traduzindo a consistência que acaba sendo estabelecida em um conjunto de múltiplas decisões. Dados os valores atribuídos aos parâmetros dos relacionamentos do modelo e aos dados de entrada (hipóteses e exógenos), geralmente ele fornece uma solução única para as variáveis a serem calculadas (endógenas). Assim, o modelo deve compreender / compreender variáveis, relações e parâmetros cuja natureza e papel deve ser especificado.

126.Note-se que:

- *Variáveis endógenas e variáveis exógenas*: falamos de variáveis endógenas, dependentes ou explicadas quando o seu valor é determinado no próprio modelo. Enquanto as demais variáveis, que não são obtidas do modelo e consideradas como "dados", são qualificadas como variáveis exógenas, independentes ou explicativas. Essas variáveis são consideradas como controle, decisão ou variáveis instrumentais.

- *Variáveis de estoque e fluxo*. É feita uma distinção entre as variáveis de estoque definidas em um determinado momento (valor acumulado até uma data determinada) e as variáveis de fluxo que representam a variação na quantidade de estoques durante esse período (variação entre duas datas).

- *Variáveis ex ante e ex post*. Também são mencionadas as variáveis "ex ante" quando os valores do fenômeno considerado são inseridos antes que as reações económicas apareçam (análise prospectiva) e as variáveis "ex post" quando os fenômenos são inseridos após a manifestação das reações económicas (análise retrospectiva). Portanto, há razões para distinguir a previsão "ex ante" e a previsão "ex post" para uma melhor interpretação de certos desequilíbrios macroeconômicos.

127.No que diz respeito aos relacionamentos, várias características permitem classificá-los da seguinte forma: relacionamento comportamental, relacionamento contábil, relacionamento de identidade, relacionamento técnico, relacionamento institucional, etc.

- Relações comportamentais descrevem como as decisões dos agentes económicos são baseadas.

- Os relacionamentos contábeis possibilitam garantir a consistência do modelo, descrevendo os saldos necessários entre recursos e usos para cada categoria de agente e operações.

- Os relacionamentos de definição ou identidade resultam da própria definição de variáveis.

- As relações técnicas resumem todas as restrições técnicas impostas à economia.

- As relações institucionais refletem as regras administrativas específicas de um país.

Em termos de parâmetros, é importante observar que cada relacionamento envolve parâmetros que podem assumir a forma de proporções ou elasticidades de uma variável em relação a outra variável x .

CAPÍTULO IV. FERRAMENTAS DOS QUADROS MACRO-FISCAIS

MODELO QMF-STP

128. Em setembro de 2018, uma missão do AFRITAC Central iniciou o desenvolvimento de um modelo de previsão macroeconômica simples (QMF-STP). Entre outras coisas, ela sugeriu uma arquitetura teórica e computacional do modelo e fortaleceu as capacidades dos gerentes no desenvolvimento de uma estrutura macroeconômica. O trabalho realizado durante essa missão tornou possível um modelo funcional (caixa 1), mas sua robustez ainda era fraca devido à falta de qualidade dos dados.

129. A missão recomendou que os executivos participantes do treinamento, unidos em um Comitê macrofiscal a ser criado, continuassem a se familiarizar com o modelo por meio de um roteiro deixado para esse fim e que incluísse, entre outras coisas, as seguintes atividades: i) atualizar os dados históricos do modelo; (ii) aprimorar as metodologias para projetar o modelo; (iii) integrar outros módulos, principalmente em dívidas; (iv) integrar as tabelas de saída relacionadas ao QFMP (v) fortalecer a consistência interna dos diferentes módulos (setor real, TOFE, balança de pagamentos, situação monetária e dívida), a fim de garantir a consistência geral do modelo.

Caixa 1: – O modelo do quadro macroeconômico de São Tomé et Príncipe (QMF-STP)

O QMF para São Tomé e Príncipe é um modelo contábil macroeconômico clássico do tipo "programação financeira", com quatro módulos: Setor real (de acordo com os princípios do SNA de 1968), Finanças públicas (TOFE), Balança de pagamentos e Situação monetária. O objetivo atribuído a esse modelo foi permitir a previsão, a consistência dos dados macroeconômicos, a definição de objetivos e as projeções macroeconômicas no curto e médio prazos. A incorporação de outros módulos (Dívida, CDMT, etc.) possibilita a realização de análises de sensibilidade e simulações de políticas macroeconômicas e orçamentárias.

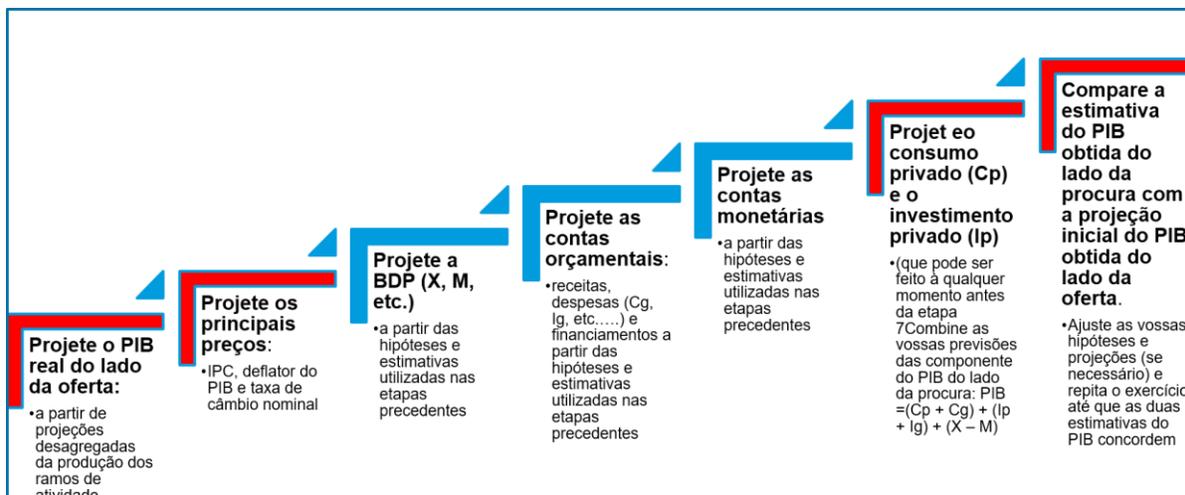
Nesse modelo, cada um dos componentes é dividido em duas partes: uma parte retrospectiva, com base em dados passados disponíveis ou estimados (contas finais, contas provisórias, estimativas) e uma parte prevista. Um ano "crucial" é encontrado entre essas duas partes e permite coletar as previsões iniciais e as várias atualizações do ano atual.

Os métodos de cálculo são diferentes nos dois casos:

- Na parte retrospectiva, trata-se de relacionar os dados existentes, o que possibilita o cálculo de razões características (coeficientes / parâmetros):

- taxa de imposto
- coeficientes técnicos
- taxa de comercialização
- taxa de consumo
- taxa de margem

Figura 6: Caminho de projeção no modelo



Fonte: AFRITAC

PROJEÇÃO DO SETOR REAL

130. O enquadramento do sector real permite fornecer indicações essenciais sobre as variáveis-chave da política económica: Produção, Preço, Salários, Empregos, Demanda doméstica, Demanda do exterior.

131. O sector real é avaliado através de estimativas e previsões do Produto Interno Bruto (PIB) por sector de actividade económica (primário, secundário e terciário), repartido por alguns ramos, e por tipo de despesa (procura interna e exportações líquidas de bens e serviços não relacionados com factores). É precisamente uma questão de construir o equilíbrio entre a utilização dos recursos e a economia.

PIB ou valor acrescentado bruto (Y) medido a preços de mercado =

- Óptica da produção = + soma do valor acrescentado pelos vários sectores da economia + impostos – subsídios
- Óptica da despesa = Consumo final (C) + Investimento (I) + Exportações (X) – Importações (M)
- Óptica do rendimento = remuneração dos empregados + excedente de exploração bruto das empresas + impostos – subsídios

132. O PIB real, igualmente chamado PIB à preços constantes, mede o valor da produção da economia em relação aos preços de um ano de referência (o ano de base). É a medida do rendimento real mais frequentemente utilizada. A variação do PIB real mede o crescimento real da produção.

133. O PIB nominal mede o valor da produção da economia a preços correntes. As variações do PIB nominal ao longo do tempo traduzem por conseguinte ao mesmo tempo as variações dos preços e as do volume da produção.

$$(1+y) = (1+g)(1+\mu)$$

- y taxa de crescimento nominal
- g taxa de crescimento real
- μ variação dos preços (deflator)

Os ramos de actividade das SCN são agrupados em oito grandes sectores:

- 1- Agricultura, caça, silvicultura, pesca.
- 2- Indústrias
- 3- Eletricidade, gás, água

- 4- Construção e obras públicas
- 5- Comércio, restaurantes, hotéis
- 6- Transportes, comunicações
- 7- Bancos, seguros, imobiliário
- 8- Serviços.

134. As estimativas e previsões são estabelecidas **a preços correntes e a preços de um ano base** (ou em termos reais ou a preço constante). Os dados a preços correntes e a preços constantes são calculados em função das informações disponíveis sobre os valores, dos volumes e dos preços para cada produto (ou sector).

135. Se as projecções e estimativas são realizadas para um só produto representativo, é necessário ter em conta, em detalhe, a evolução dos valores acrescentados dos diferentes ramos sectoriais.

136. Pode-se utilizar diretamente as informações disponíveis sobre os ramos mais importantes, e que pode-se dispor rapidamente, e tentar vincular a evolução dos ramos menos conhecidos (serviços, artesanato, sectores informais...) às dos ramos conhecidos (graças, por exemplo, a coeficientes fixos que traduzem as relações entre evoluções em volume).

Enquadramento do sector real de acordo com a perspectiva da oferta

137. Os recursos da economia são repartidos em vários ramos da oferta, de acordo com a agregação adoptada. Trata-se geralmente de agricultura de subsistência, agricultura de exportação, pecuária, pescas, silvicultura, minas e pedreiras, indústria transformadora, energia, edifícios e obras públicas, outras indústrias, transportes e telecomunicações, comércio, outros serviços mercantis, serviços não mercantis e impostos líquidos sobre os produtos (ITD e IVA).

138. Se as projecções são feitas para um único produto, devido ao nível de agregação utilizado, é ainda necessário considerar com algum pormenor a evolução do valor acrescentado dos diferentes ramos. A ideia básica é fazer uso directo da informação disponível sobre os ramos importantes, e que pode ser disponibilizada rapidamente, e tentar ligar a evolução dos ramos menos conhecidos (serviços, artesanato, sector informal, etc.) à dos ramos conhecidos (por exemplo, através de coeficientes fixos que reflectam as relações entre as variações de volume). A hipótese de base para a avaliação da evolução destes ramos é que a taxa de crescimento da produção e do valor acrescentado são idênticas, ou que a taxa de crescimento do valor acrescentado é a mesma.

Sector primário

139. *Agricultura de subsistência*: Para se obter o valor acrescentado deste subsector são feitas hipóteses sobre a evolução da produção em volume de acordo com as perspectivas climáticas. Caso contrário, a taxa de crescimento da população rural é frequentemente aplicada para obter a evolução do valor acrescentado a preço constante. O deflator utilizado é o índice de preços dos alimentos ou dos produtos alimentares produzidos pelo INE⁵.

⁵ Seria possível, como fazem os INE, elaborar um ficheiro para monitorar o valor acrescentado deste sector, incluindo os volumes dos principais produtos agrícolas monitorados, bem como os seus preços ao produtor, sendo as alterações avaliadas através de índices de volume e de preços construídos a partir dos dados recolhidos.

140. *Agricultura de renda*: A evolução agregada dos dados sobre a cultura de rendimento é calculada através de índices de volume do valor acrescentado a preços constantes. O deflator utilizado é também um índice agregado de preços ao produtor. Na ausência de dados, é considerado o índice de preços unitários de exportação dos produtos das culturas de rendimento.
141. *Pecuária*: Na ausência de estatísticas sobre a evolução do efectivo pecuário, o crescimento natural de cada categoria (bovinos, caprinos...) é utilizado para avaliar o crescimento em volume desse ramo, podendo ser melhorado através da construção de um índice de volume composto. Os preços utilizados são, geralmente, quando disponíveis, os preços ao produtor, ou seja, os preços cobrados pelos vendedores de gado no mercado. Sempre que adequados, são utilizados os preços de venda dos animais publicados pelo INE.
142. *Pesca*: É, geralmente, feita uma distinção entre pesca artesanal e industrial. Os dados sobre estas actividades são fragmentados. Por conseguinte, é aconselhável contactar os serviços do Ministério da Água e das Florestas para compreender melhor o nível de tonelagem desembarcada nas costas. A avaliação é feita através do preço do peixe ao consumidor, que se assume evoluir da mesma forma que o preço ao produtor, ou seja, a taxa de margem dos intermediários do sector é constante.
143. *Silvicultura*: Este ramo inclui carvão vegetal, lenha, madeira serrada, madeira de serviço, produtos de colheita, caça e capturas. A produção de toros pode ser discriminada por espécie. No entanto, no exercício de programação, a variação do volume da produção total de toros é utilizada como um indicador do crescimento real deste ramo. A evolução dos preços de exportação é utilizada como deflator. Em alternativa, poderiam ser utilizados os preços das espécies listadas nas estatísticas de alguns países.
144. *Minas e actividades extractivas*: A produção mineira ou extractiva (petróleo, etc.) é controlada através dos dados fornecidos pelas principais empresas do sector, pelos sindicatos de produtores ou pela administração nacional responsável pela gestão deste sector (Ministério das Minas). O crescimento em volume está, portanto, ligado à evolução de um indicador composto da produção passada. O deflator é aproximado pela evolução do preço unitário de exportação destes produtos.

Sector secundário

145. *Indústrias transformadoras*: O acompanhamento cíclico da produção e dos indicadores de preços das principais indústrias permite apreender o valor acrescentado do ramo. Ao construir um índice de produção industrial (IPI)¹¹, é possível estimar melhor este agregado. É igualmente de salientar que a produção industrial está fortemente ligada ao consumo de energia eléctrica de média tensão. Outros pressupostos a este nível sobre os quais existe pouca informação podem simplesmente corresponder às recomendações do SCN (por exemplo, crescimento em volume do sector artesanal "informal" igual à taxa de crescimento da população).
146. *Energia*: O crescimento do valor acrescentado neste sector baseia-se nas taxas de crescimento do consumo de electricidade fornecida pela companhia nacional de electricidade, combinadas com a taxa de crescimento da produção vendida da empresa de distribuição de água. A ponderação utilizada para a electricidade e a água no ramo "Energia" é obtida a partir das contas finais anteriores. O deflator é uma média

ponderada do preço por metro cúbico de água e do preço por quilowatt de electricidade.

147. *Construção e Obras Públicas*: A evolução do sector da construção está em consonância com o crescimento do investimento bruto (dados exógenos no modelo). Por exemplo, assume-se que a produção da construção representa uma quota constante da FBCF (excluindo a do sector petrolífero), e assegura-se que as hipóteses de crescimento assumidas para estas duas rubricas são consistentes. O deflator é aproximado pelos preços dos materiais de construção fornecidos pelos INE. É igualmente útil seguir a tendência das vendas (ou importações) de cimento e materiais de construção, um indicador relevante da actividade de construção. Além disso, é igualmente necessário acompanhar as licenças de construção, bem como os vários projectos de construção de infra-estruturas implementados no país.

Sector terciário

148. *Comércio* : A produção do serviço comercial é igual à soma das margens sobre os produtos locais ou importados. A margem de comercialização é a diferença entre o preço à saída da fábrica ou à saída da alfândega e o preço de compra, excluindo o IVA. Assim, é possível distinguir entre as margens sobre a produção local e as margens sobre as importações. Assumindo que a proporção dessas margens nas respectivas bases é constante, o movimento nas várias componentes depende, portanto, do movimento nessas bases. Em termos gerais, o ramo do comércio evolui em termos de volume com uma tendência semelhante à do valor acrescentado dos sectores onshore (excluindo as actividades de exportação). A taxa de variação do sector primário (excluindo produtos de exportação) e das indústrias transformadoras é aplicada ao valor acrescentado do ano anterior. Poderia ser efectuado um cálculo mais apurado de uma margem média para os vários sectores com base nos resultados das contas económicas anteriores, bem como de uma taxa de margem sobre os produtos importados. O crescimento do comércio seria assim obtido através da média ponderada do crescimento das margens de importação e das margens de produção. O deflator utilizado é o índice global de preços no consumidor.

149. *Transportes e Telecomunicações* : O valor acrescentado do ramo "Transportes" é uma agregação das suas principais componentes que são o transporte marítimo, ferroviário, aéreo e terrestre. O acompanhamento cíclico das principais empresas que operam neste sector, combinado com os dados brutos fornecidos pelas administrações nacionais, permite uma melhor compreensão deste agregado. Em termos de projecções, o valor acrescentado do ramo dos transportes medido um ano antes é aumentado pela variação esperada nos sectores cuja produção é susceptível de utilizar serviços de transporte. Assim, é calculada a taxa de crescimento do sector primário (excluindo produtos de exportação), das indústrias transformadoras e da construção. A taxa de crescimento anual do total de embarques e desembarques nos portos do país é o indicador do crescimento do volume da actividade marítima. Para o tráfego aéreo, a taxa média de crescimento das partidas e chegadas de passageiros, bem como das partidas e chegadas de carga, permite uma aproximação ao seu crescimento em volume.

150. Nas telecomunicações, as alterações no número de subscritores e vendas são os indicadores utilizados para avaliar o valor acrescentado desse sub sector.

151. A taxa de crescimento do ramo "Transportes e telecomunicações" é considerada como a média ponderada das várias taxas de variação das sub-ramos. O deflator deste ramo

composto é a média dos preços observados no acompanhamento dos elementos de transporte e comunicação do índice de preços no consumidor.

152. *Outros serviços mercantis*: Este ramo inclui serviços imobiliários, serviços financeiros (banca e seguros) e hotéis-restaurantes. Os "serviços imobiliários" são estimados a partir de rendas de sombras urbanas e rurais. As rendas-sombra são teoricamente o preço que os senhorios pagariam se arrendassem as suas habitações. As taxas de crescimento estimadas nas zonas urbanas e rurais são consideradas iguais ao crescimento populacional dos agregados familiares urbanos e rurais, respectivamente. O crescimento do volume é igual à média ponderada das taxas de crescimento. Quando está disponível uma série sobre o valor acrescentado do ramo do ano anterior a partir das contas nacionais, é aplicado um efeito volume e um efeito preço para obter o valor acrescentado nominal do ano em análise. O deflator é o índice de preços da rubrica "rendas" no índice de preços no consumidor.
153. É adoptada uma abordagem semelhante a nível dos bancos e das instituições financeiras. A hipótese de crescimento é feita sobre a evolução deste ramo. O crescimento do volume deste ramo é obtido utilizando como deflator o índice de preços no consumidor, que é considerado mais relevante.
154. A taxa de ocupação hoteleira derivada de inquéritos realizados pelas agências do Banco a uma amostra de empresas hoteleiras é utilizada para estimar o crescimento do volume da sub-sede "hotéis-restaurantes".
155. O deflacionador utilizado é o índice de preços no consumidor ou a sua componente mais adequada.
156. O nível global desta rubrica sobre os serviços de mercado está ligado à taxa de crescimento das actividades em terra, tal como acima indicado para o ramo dos transportes. O deflacionador dos outros serviços do mercado é a média ponderada dos preços dos serviços que compõem as sub-ramos.
157. *Serviços não mercantis* (Incluem os serviços domésticos e governamentais): No caso dos serviços domésticos, são constituídos por pessoal doméstico empregado pelas famílias. A taxa de crescimento da mão-de-obra está em linha com a da população urbana.
158. A nível da administração, o valor acrescentado é estimado a partir das rubricas "salários e vencimentos" e "subsídios e transferências" do Quadro de Operações Financeiras do Estado (TOFE). O cálculo do valor acrescentado a preços constantes tem em conta as mudanças de categoria e o efeito do índice. Para tal, é necessário encontrar um deflacionador adequado de salários e vencimentos em termos de valor. Este deflator é aproximado pelo movimento no valor dos salários e vencimentos.
159. *Direitos e impostos de importação e imposto sobre o valor acrescentado* : Raciocinamos da mesma forma que para o ramo do comércio. Os ITD baseiam-se nas importações e o IVA baseia-se na produção interna. Além disso, estas estatísticas são fornecidas pelo Quadro de Operações Financeiras do Estado (TOFE). Contudo, é necessário compreender o reprocessamento que é efectuado a nível dos serviços nacionais de contabilidade para passar dos dados TOFE para o balanço de utilização dos recursos, um tratamento que difere de acordo com o registo das receitas fiscais. Assume-se um rácio constante entre o PIB e os custos dos factores e os direitos e impostos de importação. Este rácio é utilizado na projecção desta rubrica.

Enquadramento do sector real de acordo com a perspectiva da procura

160.O Produto Interno Bruto, assim determinado a partir dos "Recursos", deve então ser discriminado por tipo de utilização. O cálculo do PIB pela ótica da procura só pode ser feito após a primeira interação (ou primeira entrada de dados) da Balança de Pagamentos e do TOFE. A partir destes últimos, dados sobre consumo público e investimento público. Assim, nesta fase, o balanço da utilização dos recursos é completado em volume e valor: (i) pela estimativa ou projecção do investimento do sector privado; e (ii) pela estimativa ou projecção da variação dos stocks.

Procura externa líquida

161.Os dados são provenientes da balança de pagamentos. Assim, as importações de bens e serviços não relacionados com factores (respectivamente exportações de bens e serviços não relacionados com factores) são deflacionadas pelo índice global dos preços de importação (respectivamente o índice global dos preços de exportação) calculado ao nível da balança de pagamentos.

Consumo e investimento públicos

162.O consumo público e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em termos de valor provêm da TOFE. Para o primeiro agregado, o deflator utilizado é globalmente o índice de preços no consumidor; se necessário, pode ser feita uma distinção entre os preços dos diferentes componentes (salários, bens e serviços). No que respeita à formação bruta de capital fixo do sector público, é igual ao total das despesas de capital. Corresponde geralmente aos investimentos em planos plurianuais, bem como aos registados na Lei das Finanças⁶ ; o deflator utilizado é uma combinação do índice de preços no consumidor e do índice de preços na importação.

Investimento privado

163.A FBCF é a denominação rigorosa do investimento no sentido da Formação Bruta (variação ou aumento) (incluindo a depreciação) do Capital Fixo (capital físico utilizado para a produção). O investimento é constituído por todos os bens não consumidos durante o ano, ou seja, aqueles que são reservados para aumentar a riqueza nacional.

164.A FBCF do sector privado é exógena e depende da taxa média de crescimento das famílias urbanas e rurais para a parte das famílias (para as quais o deflator adequado é o índice de preços das rendas), e depende de programas de investimento para as empresas petrolíferas e não petrolíferas. É de notar que é muito frequentemente utilizada a hipótese de um índice⁷ constante. Contudo, quando existem dados disponíveis, a formação bruta de capital fixo do sector petrolífero é calculada a partir dos documentos fornecidos pelos principais operadores do sector ou através dos planos de investimento elaborados por estes últimos.

Consumo privado

165.O consumo total é obtido numa base residual, é o resultado da diferença entre o PIB estimado, a perspectiva do lado da oferta e os investimentos totais, bem como as exportações líquidas. Uma vez que o consumo público provém do Quadro de Operações Financeiras do Estado, o consumo do sector privado é, portanto, o resíduo de todas as

⁶ Note-se que, nas estatísticas, não há coincidência directa entre a despesa de capital registada nos TOFE e a formação bruta de capital fixo no sector público, uma vez que apenas as aquisições de bens duradouros devem ser tidas em conta no primeiro, devendo o restante ser reportado no consumo final das administrações públicas.

⁷ Taxa de crescimento da taxa de investimento

projeções feitas até este nível, o que implica que o seu nível e, especialmente, a sua evolução deve ser objecto de particular atenção⁸. Mais precisamente, a sua evolução é conciliada com a do PIB nominal ou de outras variáveis apropriadas.

Variação de stocks

166. As variações de stocks representam apenas uma fracção ínfima do PIB. Além disso, raramente se dispõe de informação fiável sobre este agregado. Por esta razão, por exemplo, as alterações nos inventários podem ser consideradas como uma fracção da variação do PIB real. O deflator associado poderia ser o deflator da procura interna (FBCF + CFF). Esta abordagem pode ser aperfeiçoada através da assunção de alterações nas existências das principais mercadorias exportadas de forma coerente com os pressupostos de comercialização e exportação, bem como dos principais produtos importados (petróleo, alimentos, etc.).

Projeção da inflação

167. A inflação é medida pela variação média anual (ou homóloga) do Índice de Preços no Consumidor das Famílias desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (no Anexo 6 propõe-se um método para o seu cálculo). A previsão deste indicador tem em conta não só as projecções oficiais (no quadro da lei orçamental, os objectivos adoptados no âmbito dos programas de ajustamento estrutural, etc.) mas também as hipóteses de aumento dos preços dos produtos locais (tendo em conta as faltas, os aumentos salariais, etc.) e dos produtos importados (inflação nos principais países parceiros⁹).

Caixa 2:: Diferenças entre o deflator do pib e o ipc

Existem três (3) grandes diferenças entre o deflator do PIB e o IPC:

1. Cada índice abrange um conjunto diferente de bens e serviços. O IPC leva em consideração apenas um subconjunto do total de bens e serviços produzidos pela economia, ou seja, aqueles que os consumidores compram. Assim, um aumento nos preços de bens, como máquinas, compradas por empresas ou pela administração pública, aparecerá no deflator do PIB, mas não no IPC;

2. O deflator do PIB inclui apenas os preços dos bens produzidos no país. As importações finais não são cobertas; assim, uma mudança em seus preços não terá impacto direto no deflator do PIB. O IPC, por outro lado, leva em consideração os preços dos bens importados na medida em que esses bens fazem parte da cesta do IPC;

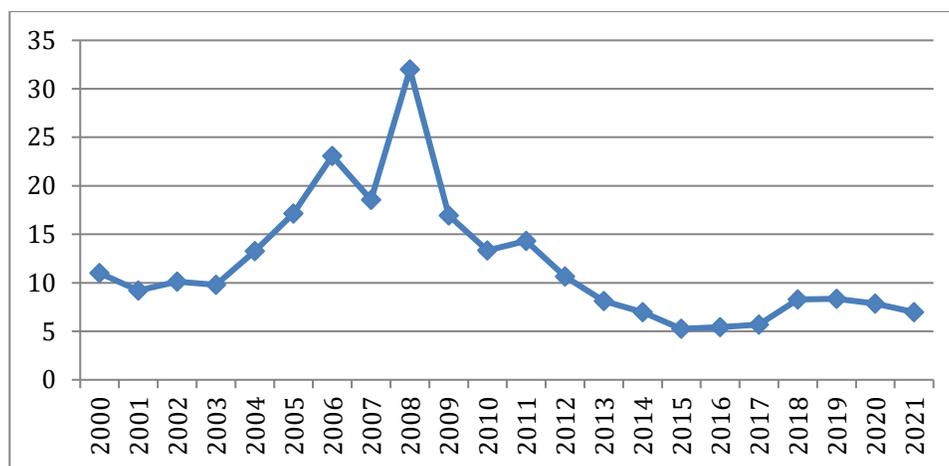
3. Os dois índices agregam os preços de diferentes mercadorias de maneiras diferentes. O CPI é calculado medindo o preço de uma cesta de bens e serviços a cada ano; a cesta é, portanto, fixa e apenas o custo da cesta é alterado. Com o deflator do PIB, a cesta muda com o tempo, à medida que a composição do PIB muda.

Fonte: AFRITAC Central (2018)

Gráfico 9: Inflação de STP, taxa de crescimento .

⁸ No entanto, poderia ser estimada com base em cálculos econométricos e na elasticidade em relação à evolução do PIB. O deflator poderia assim ser alinhado com a evolução do índice de preços no consumidor.

⁹ Deve ser tida em conta a evolução do índice de preços de importação calculado no processo



Fonte:

Fontes e natureza dos documentos utilizados

Tabela 5: Setor real: documentos utilizados

Agricultura, pecuária, caça e pesca	<ul style="list-style-type: none"> - Principais produções agrícolas (culturas de renda, agricultura alimentar, culturas industriais.) - produções animais (efetivo vivo e abate, haliêuticas...) - Preço de compra aos cultivadores; - Preço de exportação; - Preços mundiais
Silvicultura e exploração florestal	<ul style="list-style-type: none"> - Produção e exportação dos toros, madeiras debitadas de acordo com as espécies ; - Preço de exportação; - Preços mundiais
Indústrias extrativas	<ul style="list-style-type: none"> - Produções e exportações mineiras, petrolíferas, etc.; - Preço de exportação; - Preços mundiais
Indústrias de transformação	<ul style="list-style-type: none"> - Produção/exportação; - Programa de investimento; - Massa salarial, - Índice da produção industrial
Eletricidade, gás e água	<ul style="list-style-type: none"> -Produção/exportação; - Programa de investimento - Número de assinantes, número de assinaturas; - Preço /kWh, preço m3; - Estrutura do consumo de eletricidade (MT/BT)
Construção e obras públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Preço dos materiais de construção; - Início de obras de construções; - Licença de construção; - Obras de infraestrutura
Transporte e telecomunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de negócios; - números de assinantes, passageiros; - Entrada e saída das mercadorias; - Massa salarial
Comércio, restaurantes e hotéis	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de negócios; - Número de hotéis;

	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de construção; - Massa salarial; - Taxa de ocupação
Emprego, salários e preços	<ul style="list-style-type: none"> - Índices da função pública; - SMIG (salário mínimo interprofissional garantido), SMAG (salário mínimo agrícola garantido); - Número de assalariados do sector privado;

PROJEÇÃO SETOR FISCAL

168.As previsões orçamentais têm por base a estrutura do TOFE e se utilizam de um conjunto coerente de pressupostos macroeconómicos. Os componentes do orçamento afetam e são afetados por mudanças na situação macroeconómica — por exemplo, variações no crescimento real, na inflação e na taxa de câmbio. As receitas normalmente refletem o nível de atividade económica e as despesas dependem mais do arbítrio dos decisores políticos. Alcançar a uniformidade entre as projeções orçamentais e outras políticas e objetivos macroeconómicos exige um processo interativo de ajustamento das previsões.

Projeção das receitas

Abordagem da taxa efectiva

169.Uma taxa de imposto efectiva relaciona o valor do imposto a pagar com a base tributável. A base tributável de um determinado imposto é o evento que gera a tributação, por exemplo, a obtenção de salários. A lei também define a que taxa o evento será tributado, quais os itens que podem ser deduzidos no cálculo do imposto e se são permitidas isenções.

170.Para fins de previsão, há vários problemas relacionados com a base tributável, conforme estabelecida na lei. Normalmente, é necessária uma grande quantidade de informações detalhadas para avaliar desenvolvimentos nas várias bases tributárias existentes, sendo que esses dados podem não ser publicados. E mesmo se estiverem disponíveis, a estrutura de previsão a ser desenvolvida pode ser extremamente complexa.

171.Por esses motivos, os analistas costumam usar uma base tributária aproximada para analisar o comportamento da receita tributária e fazer previsões. Uma base tributária proxy é uma variável económica que está intimamente relacionada com a base tributária real e para a qual existem dados disponíveis. Por exemplo, embora não tenhamos informações sobre os lucros das empresas, podemos usar a medida do superavit operacional bruto das Contas Nacionais, que tem uma estreita relação com os lucros das empresas. Os dados económicos disponíveis, normalmente provenientes das Contas Nacionais, são referidos como bases tributárias proxy quando usados na previsão de receita. A tabela 6 a seguir apresentam alguns indicadores que podem substituir a base tributária.

Tabela 6 :- Exemplos de variáveis proxy

Substitutos da base tributável (B)	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	Rendimento pessoal, PIB nominal, salários servidor público
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	Lucros das empresas, PIB nominal, PIB exceto cacau
IVA, Imposto sobre as vendas	Consumo privado nominal, PIB nominal
Direitos aduaneiros	Importações
Direitos de exportação	Exportações
Outros impostos e receitas não fiscais	PIB nominal

172. Tendo sido identificada uma base tributária, é necessário, agora, identificar uma taxa tributária apropriada. **A taxa efectiva de imposto (ETR)** é obtida pela seguinte fórmula, que consiste no valor da receita tributária dividido pela base tributária proxy:

$$Taxa\ Efectiva\ do\ imposto = \frac{Receita\ tributária}{Base\ tributária\ proxy} \quad Eq. 12$$

173. A taxa efectiva de imposto mostra quanta receita é realmente colectada em termos de percentagem da base tributária proxy. O uso da taxa efectiva de imposto produz uma previsão mais realista do que a taxa de imposto definida na lei. O motivo é que factores como isenções tributárias e invasões fiscais são tomados em consideração no cálculo da taxa efectiva de imposto.

174. Se a ETR for relativamente estável ao longo do tempo, é fácil presumir que será estável durante o período de previsão caso não se verifiquem alterações em termos de políticas, sendo a nossa previsão de receita simplesmente a ETR multiplicada pela base tributária proxy.

175. Haverá casos em que a ETR não é estável e há várias razões para essa situação. Uma das razões mais óbvias é a mudança na legislação tributária que pode, por exemplo, resultar em mudanças na taxa legal. Outro motivo pode ser o facto de o imposto ser específico e não variar com o valor da base tributária proxy, resultando na queda da ETR ao longo do tempo. Por outro lado, se o imposto for progressivo, o que normalmente acontece com o imposto de rendimento, à medida que mais pessoas passarem para rendas mais altas, a ETR sobre o rendimento total irá aumentar.

176. Se a taxa efectiva de imposto não for estável, pode haver uma tendência previsível na ETR alvo de previsão. Se esse não for o caso, pode haver um padrão previsível com a taxa tributária marginal, definida como a razão entre a alteração nos impostos e a alteração na base tributária:

$$Taxa\ marginal\ do\ imposto = \frac{\Delta\ Receita\ Tributária}{\Delta\ Base\ tributária\ proxy} \quad Eq. 13$$

177. Se a taxa tributária marginal for estável, a previsão da alteração na receita será obtida multiplicando a alteração na base tributária proxy pela taxa tributária marginal.

Elasticidades e flutuabilidade

178. A elasticidade da receita tributária é definida como a razão entre a variação percentual da receita tributária sobre a variação percentual na base tributária, assumindo que não há alteração no sistema tributário durante esse período. Se o PIB for tomado como proxy da base tributária, então a elasticidade em relação ao PIB será expressa da seguinte maneira:

$$\text{Elasticidade} = \frac{\Delta T^*/T^*}{\Delta \text{PIB}/\text{PIB}}$$

Eq. 14

179. Onde T^* representa a receita tributária de um sistema tributário inalterado, ou seja, a receita tributária real é reajustada pelo impacto estimado das alterações no sistema tributário ao longo do período em análise. Uma estimativa da elasticidade pode ser obtida por uma média aproximada da proporção da variação percentual, mesmo em relação à variação percentual na base tributável, durante um período em que não se tenha registado uma alteração no sistema tributário.

180. Com uma estimativa da elasticidade do imposto em causa e uma previsão da taxa de crescimento da base tributária proxy, é possível obter uma previsão de receita, multiplicando a taxa de crescimento na base tributária proxy pela elasticidade.

181. Embora seja difícil obter estimativas precisas de elasticidades, muitas vezes é possível estimar um intervalo de valores de elasticidades, especialmente de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e colectivas. Essas informações podem ser obtidas a partir de experiência de países comparáveis em termos de níveis de renda e estrutura económica. As elasticidades observadas em relação às principais rubricas tributárias geralmente enquadram-se num intervalo de valores relativamente estreito. Tais estimativas das elasticidades feitas numa base subjectiva são úteis, especialmente quando não há dados históricos disponíveis para uma estimativa econométrica.

182. A principal desvantagem da abordagem da elasticidade é que não toma em consideração as mudanças futuras do sistema tributário. Uma vez que a lei define a base tributária, a taxa tributária e as deduções e isenções permitidas, qualquer alteração na lei que modifique essas disposições poderá ter um impacto significativo nas receitas. Quaisquer alterações na administração tributária, na eficiência com a qual a Autoridade Tributária trabalha ou na aplicação da legislação tributária também podem ter um efeito importante na receita tributária.

183. Outra abordagem é incluir mudanças no sistema tributário na estimativa. A flutuabilidade (tax buoyancy) refere-se à razão entre a variação percentual total da receita tributária, incluindo qualquer efeito das mudanças na política, e a variação percentual na base tributária. Se o PIB for tomado como um proxy da base tributária, a flutuabilidade em relação ao PIB será:

$$\text{Flutuabilidade} = \frac{\Delta T/T}{\Delta \text{PIB}/\text{PIB}}$$

Eq. 15

184. Onde T representa a receita tributária real (sem ajustar o impacto das alterações no sistema tributário). Uma flutuabilidade (ou elasticidade) igual a 1 significa que a receita tributária está a crescer à mesma taxa que a base tributária.

Modelos de regressão

185. A análise de regressão (econométrica) pode ser usada para prever a receita e há várias abordagens que vão desde o uso de tendências de tempo simples aos métodos de correcção de erros.

186. O estimador de mínimos quadrados ordinários (OLS) é o método dominante usado pelos econométricos, por ser simples e conveniente. O estimador OLS calcula a linha de melhor ajuste para os dados observados, minimizando a soma dos quadrados dos desvios verticais de cada ponto de dados da linha. O residual é a diferença entre o valor real da variável e o seu valor previsto de acordo com a estimativa de OLS. Se um ponto estiver exactamente na linha ajustada, o seu desvio vertical será zero.

187. Uma regressão simples da receita tributária (T) no tempo fornece uma abordagem simples de previsão.

$$\ln T_t = \beta_0 + \beta_1 \text{Ano}_t + u_t \quad \text{Eq. 16}$$

188. No entanto, esta abordagem, embora simples e fácil de implementar, tem como principal desvantagem o facto de a previsão de receita tributária não ter ligação com as previsões macroeconómicas. O mesmo acontece no caso dos modelos simples de auto-regressão (AR). E, como discutido acima, os modelos ARIMA também não capturam os factores económicos da receita tributária.

189. É importante incluir variáveis macroeconómicas na estrutura de previsão de receita para aferir a relação observada entre a receita tributária e o crescimento económico. Esta abordagem também garante que a narrativa da receita tributária seja consistente com a narrativa macroeconómica.

190. É possível usar a abordagem de regressão para estimar a elasticidade (flutuabilidade) entre a rubrica da receita e a base tributária proxy, conforme apresentado abaixo. A estimativa da elasticidade ou flutuabilidade é representada pelo coeficiente β_1 . É possível produzir uma previsão da rubrica de receita tributária para uma determinada previsão do PIB e estimativas dos coeficientes da regressão, .

$$\ln T_t = \beta_0 + \beta_1 \ln \text{PIB}_t + u_t \quad \text{Eq. 17}$$

191. Uma outra extensão, que não é comumente usada, consiste em especificar a regressão como um modelo de correcção de erros como se segue:

$$\Delta \ln T_t = \beta_0 + \beta_1 \Delta \ln \text{PIB}_t - \gamma \cdot (\ln T_{t-1} - \delta \ln \text{PIB}_{t-1}) + u_t \quad \text{Eq. 18}$$

192. A vantagem deste tipo de modelo é que permite a inclusão de factores de crescimento de curto prazo, ou seja, as variáveis de crescimento (neste exemplo $\Delta \ln \text{PIB}_t$), e o relacionamento de longo prazo entre a receita tributária e o PIB nominal. Isto irá garantir que a receita tributária evolua a par com o PIB nominal ao longo do tempo.

Projeção das despesas

193. As despesas, em sua grande parte, podem ser calculadas utilizando-se de um modelo incremental em que se leva em conta a sua evolução histórica. Tomando-se por base, por exemplo, os dados realizados no período anterior ou uma média histórica a preços do período anterior, pode-se acrescentar as variáveis estimadas referentes a variação da quantidade e a preços que explicam a evolução dessas despesas. A base de cálculo, assim como as variáveis de preços e quantidade, devem ser avaliadas e testadas pelos especialistas que conhecem os componentes de sua evolução (tabela 7).

$$\text{Despesa } t = \text{Despesa } t - 1 \text{ (ou média histórica)} * \Delta \text{Quantidade} * \Delta \text{Preços} \quad \text{Eq. 19}$$

Tabela 7 :- Exemplos de quantidades e preços que explicam as despesas

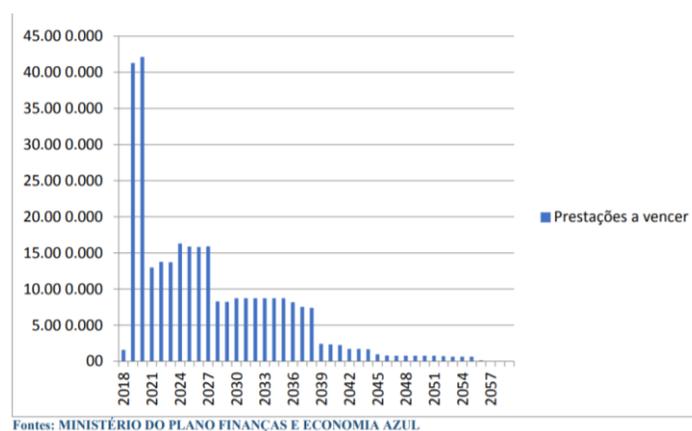
Categoria	ΔQ	ΔP
Salários	Política, demografia, carreiras	IPC ou política
Bens e serviços	PIB ou política	Deflador do PIB ou IPC
Pensões	Demografia	IPC ou políticas
Subsídios e transferências	PIB ou política	IPC, preços ou políticas
Despesas de capital	Projectos e compromissos actuais, financiamento externo	IPC, deflador do PIB ou deflador das importações
Pagamentos de juros	Stock da dívida, necessidades de financiamento correntes	Taxas de juro (internas e externas, inclusive com a variação do câmbio)
Aquisição de activos	Política	Valor de mercado

Juros da dívida

194. Os principais factores de custos para os encargos de juros são o *stock* existente da dívida, a taxa de juros actual e futura, as novas necessidades de financiamento (novos empréstimos), a amortização da dívida e a volatilidade da taxa de câmbio. Portanto, a dinâmica dos encargos da dívida pública dependerá dos pressupostos desses indicadores. O *stock* actual de dívida pública é um dado conhecido e o nível esperado para o ano zero¹⁰ pode ser facilmente estimado.

195. O Departamento de Gestão da Dívida prevê o perfil de amortização da dívida para os próximos anos para São Tomé e Príncipe (Gráfico 10.). Os défices projetados indicam o valor dos novos empréstimos. As projecções da taxa de câmbio podem ser fornecidas pelo BCSTP e as taxas de juros futura podem ser calculadas a partir das programação de amortizações das operações de crédito externas já existentes.

Gráfico 10 :- Perfil das amortizações das dívidas contratadas



196. Como opção para o cálculo dos juros, um atalho válido consiste em pressupor que se incorreu em novo endividamento em meados do ano:

$$I_t = i_t^{old} D_{t-1} + i_t^{new} \frac{\text{new borrowing}}{2}$$

Eq. 20

¹⁰ O ano até ao último ano das projecções.

197. Se as taxas de juros variam ao longo do período estimado, compute a taxa de juros “média” de modo que:

$$I_t = i_t^* \left[D_{t-1} + \frac{D_t - D_{t-1}}{2} \right] = i_t^* \left[\frac{D_t + D_{t-1}}{2} \right]$$

Eq. 21

Despesas de capital financiadas com Recursos Externos

198. A despesa de capital deve ser igual aos desembolsos esperados de empréstimos e doações de recursos externos. Neste caso, o foco será na previsão de desembolsos de empréstimos e subvenções, fornecidos pelo Gabinete da Dívida e unidades responsáveis por subvenções.

Investimentos financiados com recursos internos

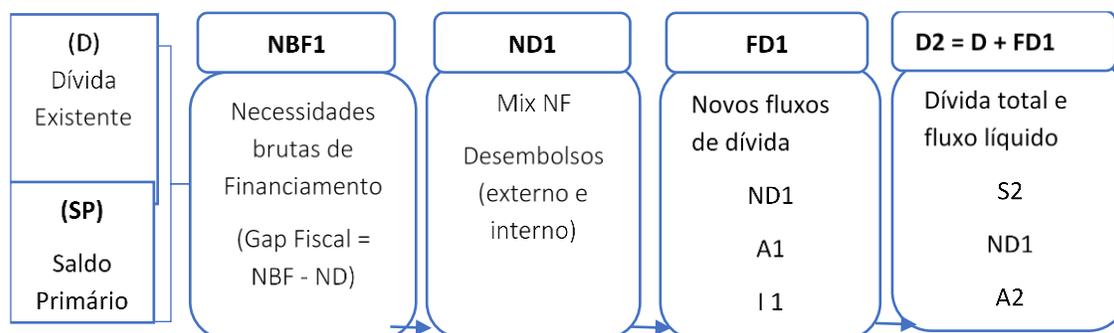
199. A previsão de despesas de investimento financiadas com recursos internos deve basear-se em duas metodologias. Primeiro, o custo dos projectos de investimento público existentes, novos projectos aprovados pelo governo e projectos com potencial que devem ser aprovados durante o período de previsão. Segundo, o nível projectado de despesas de investimento interno será o remanescente dos recursos disponíveis

200. Para garantir que o OGE seja totalmente financiado, a DO deverá prever um limite de despesa para capital interno como um remanescente. Em seguida, pode comparar se o nível previsto está alinhado com os fundos necessários para cobrir os projectos existentes e aprovar novos projectos. Caso exista alguma disparidade, o DO deverá informar a gestão do ministério e decidir como resolver o problema.

201. As previsões de despesa de investimento interno como um remanescente produzem um orçamento em que os recursos e o seu uso são consistentes: não há diferença entre acima e abaixo da linha. No entanto, deve-se verificar a consistência das fontes de financiamento. As fontes de financiamento provêm de dois sectores económicos diferentes: monetário e externo. A UMF deverá garantir que os seus dados de financiamento na tabela fiscal sejam consistentes com os dados da tabela da balança de pagamentos e da tabela monetária. O cálculo das necessidades de financiamento é um exercício interactivo que deve ser feito período a período, começando com o primeiro ano de projecção.

202. O processo geral para calcular o financiamento é resumido na Figura .

Figura 7: - Cálculo do Financiamento e Fecho da Diferença Fiscal



Nota: D = dívida existente, incluindo S = stock, A = amortizações, I = pagamento de juros; SP= saldo primário, NBF = necessidades de financiamento brutas, ND = desembolsos; FD = fluxo líquido de dívida.

203. O processo descrito acima é simples, mas útil para ter uma ideia dos futuros saldos fiscais. A determinação detalhada e precisa da combinação de financiamento, as características dos diferentes tipos de financiamento interno e externo e o cálculo do serviço da dívida por empréstimo e instrumento, além do fecho do *gap* automático, são considerados na elaboração do QFMP.

Dinâmica da dívida pública e sustentabilidade da dívida

204. A dinâmica da dívida explica os factores pelos quais o rácio em termos de PIB (Dívida/PIB) aumenta ou diminui. A acumulação de dívida pública ocorre em função das Receitas menos as Despesas (excluindo pagamentos de juros) mais os pagamentos de Juros mais os Outros factores. Conforme a equação abaixo, se as taxas de juros forem mais elevadas, também serão maiores os pagamentos de juros e o excedente do saldo primário.

Saldo Primário =

Dívida pública $t + 1$ - Dívida pública $t = (\text{Receitas} - \text{Despesas primárias}) + \text{Juros} + \text{Outros factores}$
Eq. 22

De forma simples, o ponto de partida é a equação da restrição orçamentária para uma economia fechada:

$$D_t = (1+i_t)D_{t-1} - SP_t \quad \text{Eq. 23}$$

D_t : nível (*stock*) da dívida no período actual,

i : taxa de juros no período actual,

D_{t-1} : stock da dívida no período anterior,

SP : saldo primário no período actual.

205. À primeira vista, a dívida D_t cresce pelos factores do lado direito da equação, ou seja, a taxa de juros, o stock de dívida do período anterior D_{t-1} , os juros $(1+i_t)D_{t-1}$ e o saldo primário. Se esse saldo for um superavit a dívida diminui, se for um défice a dívida aumenta.

206. O desenvolvimento da equação (24) e expressando-a em termos do PIB, obtém-se a equação básica da dinâmica da dívida:

$$\Delta d = \frac{r-g}{(1+g)} d_{t-1} - sp \quad \text{Eq. 24}$$

Onde Δd : aumento da dívida em percentagem do PIB,

r : taxa de juros real,

g : taxa de crescimento real do PIB,

SP : saldo primário em percentagem do PIB.

207. Esta equação implica que, dado um saldo primário sp , a dívida aumentará se $r > g$, ou seja se a taxa de juros real exceder a taxa de crescimento real do PIB. Da mesma forma, dado r e g , a dívida aumenta quando há um défice primário ($sp < 0$) e diminui com um superavit primário ($sp > 0$)¹¹. A expressão também indica, dado r e g , qual seria o nível do saldo primário que estabilizaria a dívida, ou seja, que manteria a relação Dívida/PIB constante ($\Delta d = 0$).

208. Quando a taxa de juros se torna maior que a taxa de crescimento económico, as necessidades de financiamento da dívida pública aumentam, o que requer superavits

¹¹ No caso de um défice do saldo primário (sp), o valor será negativo e o segundo termo no lado direito da equação será positivo $-(-sp) = sp$. Portanto, a dívida aumentará $\Delta d = \frac{r-g}{(1+g)} d_{t-1} + sp$

fiscais primários maiores para estabilizar a trajetória da dívida pública em relação ao PIB.

Tabela 8 : Impacto na Variação da Dívida (Dívida/PIB)

Saldo primário	sp	↑	sp	d	↑
Taxa de juros real doméstica	$(i - \pi) = r$	↑	r	d	↑
Taxa de juros real externa	$(i^* - \pi^*) = r^*$	↑	r^*	d	↑
Taxa de crescimento real do PIB	g	↑	g	d	↓
Tipo de câmbio real	tcr $= (\pi^* + \Delta e - \pi)$	↑	tcr	d	↑
Depreciação da taxa de câmbio real	Δe	↑	e	d	↑

209. Os impactos resumidos na Tabela 8 mostram que a dívida aumenta com o aumento do déficit primário, com maiores taxas de juros domésticas ou externas em termos reais e com o aumento da taxa de câmbio real (uma depreciação do metical). O que não apresenta uma relação óbvia é o impacto no aumento da taxa de câmbio nominal (Δe). Intuitivamente, se a taxa de câmbio nominal depreciasse, a dívida aumentaria. No entanto, isso dependerá do facto de a taxa de inflação doméstica exceder ou não o aumento combinado da depreciação na taxa de câmbio nominal e da taxa de inflação externa.

210. Há uma correlação entre a trajetória de endividamento público, medida pelo rácio Dívida/PIB, e as necessidades de financiamento com juros, medidas pela relação entre a taxa de juros e a taxa de crescimento do PIB. Quando o custo da dívida aumenta acima da taxa de crescimento do PIB, caso se mantenha o saldo primário constante, haverá um aumento na relação dívida/PIB. De referir que parte da dívida pública é indexada também à taxa de câmbio por meio da dívida externa e das operações do Banco Central com *swaps* cambiais.

211. A dívida é sustentável quando o valor presente esperado dos saldos primários futuros for suficiente para cobrir o *stock* das obrigações totais. Portanto, o valor presente dos superávits primários futuros deverá ser maior ao saldo da dívida presente. Esta perspectiva académica fornece uma fórmula precisa de sustentabilidade, mas envolve informações não observáveis e previsões futuras incertas.

212. Na prática, o que importa realmente é a evolução do *stock* da dívida em relação a uma medida de capacidade de pagamento. O conceito de sustentabilidade é um conceito dinâmico no tempo. Por conseguinte, não é suficiente comparar o rácio de dívida sobre PIB (ou outra medida de capacidade de pagamento como receitas ou exportações) com um limite anual. O importante é determinar se a trajetória desse rácio aumentará, permanecerá estável ou decrescerá no período de análise. A dívida é insustentável se os índices de dívida projectados tiverem uma tendência crescente e ultrapassarem os limites das instituições *Bretton Woods* para países de baixa renda ou se permanecerem altos no longo prazo.

213. Outra forma de avaliar a sustentabilidade relaciona-se com o pressuposto de que a dívida não poderá crescer mais rápido do que o crescimento das receitas. Por esse motivo, poderá dar-se o caso de a dívida estar a crescer em termos absolutos, mas a um ritmo inferior ao crescimento da economia e ser sustentável a longo prazo.

214.O cálculo da dinâmica da dívida pelo Gabinete da dívida deve ser compatível com os resultados fiscais projetados. As projeções fiscais de médio prazo dão elementos para que o Gabinete da dívida possa estimar o endividamento público a médio prazo. A análise de sustentabilidade da dívida, elaborada pelo Gabinete da Dívida, é parte integrante do QFMP e do relatório de estratégia fiscal.

Projeções de médio prazo

215.A projeção dos elementos de finanças públicas para os anos $n + 1$ e $n + 2$ é baseada no uso criterioso dos diferentes métodos de projeção mencionados na introdução. Antes de mais, é importante procurar o máximo de informação possível sobre as orientações a médio prazo da política orçamental das autoridades públicas. Que medidas estão planeadas nos próximos anos para reformar as administrações tributárias e gerenciar os gastos públicos? Em particular, será necessário saber se existe um programa plurianual de investimento público capaz de orientar o desenvolvimento das despesas do Estado nesse campo. Da mesma forma, levar em conta as várias reformas estruturais em andamento no país ajudará a projetar agregados de finanças públicas a médio prazo. Claro, o responsável pela previsão terá que levar em consideração os tempos de resposta dos agregados à mudança no ambiente macroeconômico. Mais especificamente, a adoção de certas reformas pode exigir um certo período de tempo antes de produzir efeitos visíveis no desempenho das autoridades financeiras. É importante levar isso em conta.

216.Como esses pré-requisitos são conhecidos, em termos de receita pública, as projeções podem basear-se em uma tendência de receita baseada na evolução dos índices de receita/PIB. Essa abordagem tem a vantagem de levar em conta não apenas o desenvolvimento previsível da atividade econômico, mas também para integrar os efeitos das medidas previstas para fortalecer o desempenho das administrações fiscais. A evolução dos rácios de receitas em comparação com o PIB permitirá, assim, traçar um caminho que deve ser compatível com o respeito a longo prazo de certos indicadores da supervisão multilateral.

217.Por seu turno, a projeção da despesa pública deve levar em conta a orientação da política orçamentária no campo da gestão de pessoal no serviço público, os efeitos de medidas destinadas a fortalecer a descentralização da administração pública e os efeitos esperado do desengajamento do Estado das atividades produtivas. Obviamente, devem ser previstas medidas adequadas para apoiar a orientação assim dada ao desenvolvimento de certos agregados.

Fontes e natureza dos documentos utilizados

218.Os dados do TOFE são provenientes de várias fontes: Ministério das Finanças (Departamento do Tesouro, Departamento de Orçamento, Departamento responsável pelo monitoramento da Dívida Pública, Departamento de Alfândega, Departamento Fiscal), Departamento de Planejamento, Departamento de Obras Público, BCSTP, FMI, principais operadores econômicos. Deve-se realizar um trabalho para reconciliar essas diferentes fontes, com base na consistência do TOFE com as outras contas macroeconômicas (balança de pagamentos, moeda, setor real).

219.Além disso, deve-se notar que a fonte autêntica de receita orçamentária é o Tesouro; para despesas (excluindo juros da dívida interna e externa) é o Ministério das Finanças, Orçamento ou Departamento de Planejamento; para interesse interno e externo e atrasados é o Fundo de Amortização da Dívida; para o financiamento monetário do

déficit são a BCSTP e o FMI; e para financiamento externo é o Departamento de Dívida e o FMI.

220.No entanto, o uso de documentos básicos e discussões com as autoridades competentes sobre seu método de cálculo, as premissas subjacentes às projeções feitas e o conteúdo estatístico de certos itens (por exemplo, o item de financiamento não bancário) são, entre outros, elementos para avaliar a relevância dos dados comunicados pelas autoridades públicas.

PROJEÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS

221. A elaboração do quadro da balança de pagamentos começa com a actualização do quadro de dados anterior e hipóteses de projecção, em estreita relação com o gestor real do sector.

Exportação de mercadorias

222. A projecção do nível de exportações deriva das informações, que dizem respeito tanto aos volumes como aos preços das exportações reais ou previstas, provêm das principais empresas exportadoras, sindicatos ou associações profissionais, do Banco Central (notas estatísticas), do Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook) ou das administrações públicas (serviços aduaneiros, estruturas encarregadas das minas, petróleo, etc.).

$$XQ = f(Y, pr, te) \quad \text{Eq. 25}$$

223. em que XQ significa exportações em volume, Y significa capacidade de produção interna

224. pr - preços mundiais

225. te - a taxa de câmbio.

226. Em função da disponibilidade dos dados e do seu peso nas exportações, a lista de produtos exportados a seguir no enquadramento será tão exaustiva quanto possível.

Importação de mercadorias

227. A projecção das importações de bens é feita quer por categoria de bens, quer por sector de actividade, quer por tipo de agente económico. As importações são projectadas quer globalmente através do rácio entre a propensão média e a importação, quer em detalhe rubrica por rubrica, de acordo com a desagregação utilizada. Esta subdivisão depende da disponibilidade de informação (valor unitário de exportação dos países produtores, preços de importação e taxas de câmbio).

$$MQ = f(Y, pr, te) \quad \text{Eq. 26}$$

228. em que MQ significa importações em volume, Y significa capacidade de produção interna, preços mundiais e a taxa de câmbio.

229. As importações também podem ser projectadas em termos gerais em termos de volume, em função do produto interno bruto real e dos preços relativos das importações (índice de preços de importação) aos preços internos (deflacionador do PIB) expressos na mesma moeda.

230. A repartição por sub-rubrica pode basear-se em proporções calculadas ou em tendências observadas. Esta abordagem baseada na procura exige a disponibilidade do nível de preços relativo, ou seja, o rácio entre os preços externos e internos.

231. A abordagem utilizada consiste em projetar as importações de produtos importantes antes de os agregar. Os produtos menos relevantes podem ser calculados mantendo-se a sua proporção no total das importações.

232. Os produtos petrolíferos são projectados como importações com base no seu nível do ano anterior, incorporando as alterações esperadas no preço mundial do

petróleo, na taxa de câmbio Dobras/dólar americano e na taxa de crescimento do PIB real não-petrolífero.

233. Para as outras rubricas de importação, nomeadamente consumo das famílias, consumo empresarial e bens de capital, a taxa de crescimento prevista do PIB nominal é aplicada aos valores do ano anterior.

234. As fontes de dados são geralmente os serviços aduaneiros, os serviços de comércio externo, as empresas, o Banco Central (notas de movimentação bancária), etc.

Serviços

235. O nível de desagregação da informação é função da disponibilidade dos dados para aproximar o nível dos serviços prestados ou recebidos externamente. Na ausência de qualquer informação, a abordagem através do cálculo das propensões médias no passado pode dar uma ideia do nível desta posição. Em geral, a projecção das várias rubricas de serviços deve ser estudada a fim de determinar relações estáveis com certas variáveis como o PIB nominal, as importações de bens, os investimentos de um sector de actividade, de modo a facilitar uma aproximação dos dados da balança de pagamentos na ausência de qualquer outra informação fiável.

Fretes e seguros

236. Esta rubrica inclui o crédito pela venda de serviços de transporte de mercadorias por todos os modos de transporte e seguros de mercadorias por transportadoras residentes e companhias de seguros residentes a não residentes. O nível das transacções é projectado com base na variação das exportações (livres a bordo) de mercadorias.

237. Do lado do débito, a rubrica representa as compras de serviços de transporte por todos os modos e de seguros de frete por residentes a transportadores não residentes e a companhias de seguros não residentes e é projectada com base na variação das importações de mercadorias. Em alguns casos, o débito do frete e do seguro é obtido como uma fracção do valor das importações. A este nível, há que garantir a robustez do rácio utilizado, que varia de país para país.

Serviços prestados ou recebidos pelas Administrações Públicas

238. Todas estas são transacções de Embaixadas, Consulados e Organizações Internacionais que envolvem bens e serviços com residentes da economia em que estão localizados. Inclui as despesas pessoais dos diplomatas e as taxas de estacionamento das forças estrangeiras.

239. Estes serviços são geralmente projectados a crédito, aumentando-os, em comparação com o nível do ano anterior, de acordo com a taxa de inflação dos países parceiros desenvolvidos. Do lado dos débitos, esta rubrica é igualmente projectada tendo em conta a taxa de inflação nacional, mas também a evolução dos créditos atribuídos às embaixadas (ver Lei Financeira detalhada).

Viagens

240. Abrangem os bens e serviços adquiridos pelo viajante em seu nome no local da sua estada (por um período inferior a um ano) e dos quais não é residente, ou que lhe são fornecidos a título gratuito, para sua utilização ou eliminação. Além disso, as aquisições pessoais de bens e serviços por parte de viajantes em trânsito, trabalhadores sazonais e fronteiriços, bem como as de doentes e estudantes.

241.No lado do crédito, esta rubrica regista as receitas de viagens que podem ser projectadas ligando-as à evolução dos serviços de hotelaria e restauração e à evolução dos rendimentos no estrangeiro (PIB, evolução de preços e taxas de câmbio, etc.).

242.Os pagamentos de viagens que podem estar relacionados com o número de residentes que viajam para o estrangeiro e os rendimentos do país em questão são debitados. Assim, projecta-se com base no nível observado um ano antes, e não na taxa de crescimento do PIB real.

Outros serviços para empresas

243.Nesta rubrica são referidos: *(i)* serviços de comunicação: dizem respeito a transacções entre residentes e não residentes e dizem respeito aos serviços postais e de correio rápido; *(ii)* serviços privados : dizem respeito a serviços audiovisuais, culturais, desportivos e recreativos, incluindo cursos por correspondência ministrados por professores ou médicos entre residentes e não residentes; e *(iii)* outros serviços empresariais propriamente ditos (locação operacional, serviços de representação e intermediação, serviços especializados (jurídicos, contabilísticos, de consultoria, de relações públicas, etc.) e serviços técnicos (arquitectura, agricultura, minas, construção, segurança, etc.).

244.Do lado do crédito, esta rubrica está fortemente correlacionada com o desenvolvimento de actividades não-petrolíferas. A projecção baseia-se na sua evolução e no crescimento real do PIB real. Do lado dos débitos, a projecção baseia-se na variação da FBCF privada aplicada ao valor do ano anterior.

Outros transportes e seguros

245.Esta rubrica abrange o transporte de passageiros por todos os modos de transporte, a distribuição e os serviços auxiliares prestados nos portos e aeroportos, incluindo o fretamento, por um período limitado, de veículos de transporte de passageiros com tripulação; e outros tipos de seguro directo (seguro de vida, seguro contra danos ou acidentes, seguro médico, etc.), incluindo resseguro e comissões de agentes relacionadas com operações de seguros.

246.Esta componente é frequentemente projectada acompanhando a evolução do PIB.

Receitas

247.Cobrindo as remunerações dos empregados e os rendimentos de investimento, tal como acima especificado (ver saldo dos rendimentos), as projecções são feitas da seguinte forma.

248.No que respeita às remunerações dos trabalhadores, dada a escassez de dados, a previsão de crédito incorpora a inflação do país de acolhimento para os salários pagos localmente por não-residentes e a inflação do país parceiro para os salários provenientes do estrangeiro. Os salários pagos a não-residentes estão correlacionados com os dados das empresas declarantes.

249.No que diz respeito aos rendimentos de investimento, o gerado pelo investimento directo é o que geralmente deriva do IDE, e mais particularmente dos sectores predominantes da economia. São projectadas com base nas respostas das empresas obtidas durante a recolha de dados. No caso dos países petrolíferos, esta rubrica pode ser derivada das exportações de petróleo.

250. Os rendimentos gerados pelos investimentos de carteira são marginais. Em alguns casos, as projecções podem ser feitas com base na evolução histórica, na ausência de novos elementos significativos.

251. As receitas geradas por outros investimentos referem-se principalmente aos juros da dívida pública externa, que são projectados pelo responsável pelas finanças públicas na tabela da dívida pública. Estes dados são recuperados pelo sector externo.

Transferências correntes

252. As transferências correntes são transacções em que um residente de uma economia fornece valor económico a um não residente e vice-versa sem receber qualquer contrapartida. Estas transacções alteram o nível do rendimento disponível e afectam o consumo de bens e serviços por ambas as partes.

253. Para o *sector público*, os dados de previsão são dados exógenos do sector das finanças públicas. Trata-se principalmente de subvenções para projectos, subvenções correntes, assistência técnica e outras subvenções.

254. Para *outros sectores*, as remessas de trabalhadores e os donativos às ONG podem ser projectados de acordo com as tendências históricas, a menos que se verifiquem grandes mudanças.

Conta de Capital

255. Para as *transferências de capital do sector público*, que são frequentemente o perdão ou o reescalamento da dívida, as projecções são as constantes do Quadro de Operações Financeiras do Estado (TOFE). Estes dados, que dizem respeito ao perdão da dívida e às subvenções de capital, são dados exógenos da balança de pagamentos. Para as *transferências de capital de outros sectores*, não é feita qualquer projecção tendo em conta a ausência de operação registada nesta rubrica.

256. As *aquisições e alienações de activos não produzidos não financeiros* abrangem activos corpóreos não produzidos (por exemplo, terrenos e recursos do subsolo) e activos incorpóreos não produzidos (por exemplo, patentes, direitos de autor e marcas, etc.) que podem ser transaccionados entre residentes e não residentes. As previsões podem ser feitas tendo em conta a tendência observada no passado.

Conta de Transacções Financeiras

Investimentos directos

257. O nível de investimento directo é frequentemente função do peso dos sectores predominantes da economia (petróleo, silvicultura, etc.). Em geral, as projecções têm por base os investimentos previstos nestes sectores.

Investimentos de carteira

258. Esta rubrica abrange as transacções de quaisquer títulos não incluídos no investimento directo ou activos de reserva. É normalmente residual, por falta de informação, e pode ser projectado invertendo o valor do ano anterior ou por mudanças de tendência.

Outros investimentos

259. As projecções de outros investimentos do sector público são retiradas do Quadro sobre a dívida pública externa. Trata-se de drawdowns e amortizações.

260. Para o sector bancário, os dados previstos a nível do sector monetário são recuperados.

261. No que diz respeito ao sector privado, a principal fonte utilizada é o questionário da empresa, bem como os seus programas de investimento (cf. o questionário de programação monetária). No entanto, em antecipação, outros investimentos de curto prazo são utilizados como rubrica de ajustamento da balança de pagamentos, dependendo da calibração necessária para equilibrar as contas monetárias.

Posição Erros e omissões

262. Nenhuma por antecipação, a rubrica "Erros e omissões" é utilizada como rubrica final nas estimativas da balança de pagamentos.

Financiamento do saldo global

Alteração das reservas oficiais

263. A primeira rubrica de saldo da previsão, o seu montante é recuperado pelo sector monetário (activos externos). No entanto, em caso de incoerências neste sector, em particular na evolução esperada do refinanciamento ou investimento do sector bancário gerador de moeda, são efectuados ajustamentos à rubrica "Fundos do mercado monetário".

264. "Operações de curto prazo" no quadro 5, como acima recordado.

265. Note-se que, assumindo o nível atingido pelo posto

266. Dado que as "operações a curto prazo" deixariam de proporcionar qualquer margem de ajustamento, são necessárias outras iterações baseadas em hipóteses para o sector real e outras rubricas da balança de pagamentos.

Financiamento excepcional

267. O financiamento excepcional diz principalmente respeito a operações de reestruturação da dívida externa e a operações relacionadas com pagamentos em atraso ao exterior. Resulta dos dados fornecidos sobre a dívida externa.

Fontes e natureza dos documentos utilizados

268. Os dados da balança de pagamentos provêm de uma multiplicidade de fontes, sendo as principais as estatísticas do comércio internacional, os inquéritos às empresas ou aos agregados familiares e os dados fornecidos pelos parceiros comerciais e financeiros. Assim, em geral, é importante recolher dados sobre o comércio externo junto da Direcção das Alfândegas, utilizar os resultados dos inquéritos realizados junto dos operadores económicos através de questionários à balança de pagamentos, testes de ciclo económico, etc. Os dados sobre o comércio externo são recolhidos pela Direcção das Alfândegas, que é responsável pela recolha dos dados.

Tabela 9 - BDP: Fontes e variáveis para projeção

Balança de Pagamentos		FONTES	Variáveis para projeção
<i>Fluxos do período (Milhões de Dólares)</i>			
	2017		
1. Balança corrente	-73,1450		
1.1. Balança de bens	-112,0842	INE (Direção Aduana)	PIB países importadores, PIB doméstico
Exportações de bens (f.o.b.)	15,5904		55% da pauta exportadora: observar mercado
das quais:cacau	8,6207		contratos a futuro, consumo países exportadores
Importação de bens (f.o.b.)	127,6747		correlação com o PIB doméstico
1.2. Balança de serviços	11,0512	seguro estimado % do frete	% (export + import)
crédito	76,5635	outros serviços: pesquisas	
das quais:viagens de turismo	53,8083	serviço de imigração: info turismo	
débito	65,5122		PIB e taxa de câmbio
1.3. Rendimento primário	-1,4210	Dir Div Publ: serviços da dívida	Dir Div Pública (programação)
crédito	2,6308	demais: pesquisas	
débito	4,0518		
1.4. Rendimento secundário	29,3090	pequisas, seguros estimados	
crédito	32,6149		
dos quais:donativos em bens alimentares	2,0961	Dir Aduana por meio INE	manter valor histórico
remessas de emigrantes	18,1921	Min Fin reporte mensal oper moeda estrang	
débito	3,3059		
dos quais:remessas imigrantes***	0,0000		
2. Balança de capital	29,7073	operações financeiras do governo	
3. Balança financeira	-48,2628	(doações para projetos e HIPC)	
3.1. Investimento directo	-40,7401	pesquisa grandes empresas	
Investimento directo no exterior	0,2863		
Investimento directo no país	41,0264		
dos quais:empresas petrolíferas	39,2911	pesquisa com as empresas petroleo	programação das empresas
3.2. Investimento de carteira	0,5876	pesquisa	
Activos	0,6662		
Passivos	0,0786		
3.3. Derivados Financeiros	0,0000	pesquisa	
3.4. Outros Investimentos	-5,0229	aplicações do Banco Central e pesquisa	estimativas aplicação BC
Activos	2,2270	Depto dívida pública	estimativas Depto dívida pública
Passivos	7,2499		
3.5. Activos de Reserva	-3,0874	Banco Central	variação = resultado das operações
4. Erros e Omissões líquidos	-4,8251		
<i>por memória:</i>			
Balança Corrente e de Capital	-43,4377		

PROJEÇÃO DA SITUAÇÃO MONETÁRIA

269. A projeção dos agregados monetários e o objetivo do refinanciamento são baseados em uma análise das tendências recentes dos agregados monetários e suas relações com outras variáveis econômicas relevantes (PIB, inflação, saldo orçamentário, taxas de juros, taxa de cambio etc.) .

Projeção da oferta monetária, suas componentes e contrapartes

Projeção de oferta de moeda (M3)

270. O método de projetar a oferta monetária adotada baseia-se no pressuposto de estabilidade da velocidade de circulação da moeda formulada na teoria quantitativa da moeda. A velocidade de circulação da moeda representa a frequência com que uma unidade monetária muda de titular durante um determinado período em que os agentes econômicos realizam transações.

$$\text{A velocidade de circulação da moeda (v = PIB / M3)} \quad \text{Eq. 27}$$

271. A velocidade da moeda é considerada estável se sua evolução futura for previsível. STP, sendo um país caracterizado por instabilidade macroeconômica relativamente forte, essa suposição pode parecer forte.

272. No entanto, como primeira aproximação, mantemos a hipótese de estabilidade da velocidade de circulação. Isso leva a determinar a mudança no suprimento de dinheiro da seguinte maneira:

$$\Delta M3_{t+1} = f(\Delta Y_{t+1}) = \Delta k_{t+1} + \Delta Y_{t+1} \quad \text{Eq. 28}$$

$$\text{Conhecendo } \Delta k_{t+1} = 0 \quad \text{Eq. 29}$$

Δ designando o operador da variação, M3 a oferta monetária,

k o coeficiente de liquidez igual ao inverso da velocidade de circulação e Y o PIB nominal.

Tabela 10: Situação monetária: Balanço consolidado: Banco Central e OSD

Haveres/ativos	Obrigações/ passivos	
Ativos externos líquidos Crédito interno <ul style="list-style-type: none"> • Crédito líquido ao Governo • Crédito a outros setores da economia 	<ul style="list-style-type: none"> • Moeda em circulação = M0 • Depósitos <ul style="list-style-type: none"> • à ordem • a prazo • poupança • cert. de depósito e outros títulos • depósitos de instituições não bancárias Outras rubricas líq.	M1 = M0+ Depósitos a ordem QM = Depositos a prazo e poupança M2 = M1+QM M3 = M2 + cert. depósito e outros títulos.

Projeções dos componentes da oferta monetária

273. Os componentes da oferta monetária são determinados usando a estrutura no período anterior (período t) desse agregado. Algebricamente, podemos escrever os seguintes relacionamentos:

$$\Delta M3 = \Delta M2 + \Delta QM \quad \text{Eq. 30}$$

$$\Delta M3 = \Delta M2 + \Delta QM \quad \text{Eq. 31}$$

$$\alpha = \frac{M1}{M2} \text{ et } \beta = \frac{QM}{M2} \quad \text{Eq. 32}$$

$$\Delta M1_{t+1} = \alpha \Delta M2_{t+1} \quad e \quad \Delta QM_{t+1} = \beta \Delta M2_{t+1} \quad \text{Eq. 33}$$

Projeção de contrapartes de suprimento de dinheiro

Nós sabemos isso:

$$\Delta M3 = \Delta AEL + \Delta AIL \quad \text{Eq. 34}$$

$$\Delta AIL = \Delta RLE + \Delta CE + \Delta OIL \quad \text{Eq. 35}$$

274. onde M3 denota a oferta de moeda, AEL os ativos externos líquidos, AIL os ativos internos líquidos, RLE as reivindicações líquidas do Estado, CE os créditos à economia e OIL os outros itens líquidos.

275. O objetivo de ativos estrangeiros líquidos (NEA) ser conhecido como determinado, da abordagem monetária à balança de pagamentos que permita projetar o déficit externo (ou superávit), resulta nos ativos internos pela diferença entre a oferta de moeda e os ativos externos líquidos. O que corresponde a:

$$\Delta AIL = \Delta M3 - \Delta AEL \quad \text{Eq. 36}$$

276. A estimativa dos outros itens líquidos é então realizada e o resultado dessa projeção pode ser mantido inalterado ou modificado se informações confiáveis sobre alterações no capital bancário, que constituem os principais itens desta seção, estão disponíveis.

277. A diferença entre a variação dos ativos domésticos e a variação em outros itens líquidos assim determinados fornece a variação do crédito interno.

$$\Delta CI = \Delta AIL - \Delta APN \quad \text{Eq. 37}$$

ou designa créditos interiores.

278. A distribuição do crédito interno entre reivindicações líquidas do Estado e créditos para a economia é a seguinte:

- ΔRLE definido levando em consideração o critério monetário dos programas com o FMI, o que, de acordo com as necessidades de financiamento do Tesouro, dentro dos limites legais;
- ΔCE então o item residual.

279. O conjunto de trabalhos que acabamos de descrever constitui apenas uma primeira aproximação e é óbvio que é necessário realizar várias iterações antes de obter uma coerência geral, ajustando os elementos da macro estrutura - económicas, ou seja, projeções monetárias e geralmente ambas. Na ocasião dessas iterações, também será levado em consideração o desenvolvimento previsível do fluxo de caixa dos bancos, conforme é percebido por eles mesmos.

280. Mais precisamente, nesta etapa, para reajustar a oferta de moeda, é necessário analisar cuidadosamente a tendência recente na velocidade de circulação da moeda e seus fatores de evolução.

281. No que diz respeito à distribuição da oferta monetária entre seus diferentes componentes, a situação do sistema bancário e a evolução da renda das diferentes categorias de agentes económicos (rurais ou urbanos) e as taxas de juros reais são alguns elementos a serem considerados.

282. Também é importante garantir que a variação dos créditos para a economia seja consistente com as mudanças nos setores de atividade que constituem a maior parte da demanda por crédito.

Estimando uma função da demanda de moeda

283. A suposição feita é que a demanda por moeda é estável. Para estimar, é necessário garantir que o número de observações seja suficiente. Também é necessário identificar o agregado monetário a ser considerado (M_0 , M_1 , M_2 , M_3), bem como os parâmetros a serem estimados. Estimar uma função da procura de moeda

- Procura de moeda nominal: $M_D = f(P, Y^r, i)$ Eq. 38
- Procura de moeda real: $M_D / P = f(Y^r, i)$ Eq. 39
- Se Y^r aumenta $\rightarrow M_D$ aumenta. Se i aumenta, $\rightarrow M_D$ diminui.
- Se P aumenta $\rightarrow M_D$ aumenta.

284. **Primeira etapa — escolha das variáveis para a estimação: i)** Que agregado monetário escolher (M_0 , M_1 , M_2 , M_3)? Que medida do volume de transações (PIB real, rendimento real disponível, etc.)? Que taxa de juro?

285. Um método econométrico simples para estimar a procura de moeda, baseado na procura de moeda real (M/P), em logaritmo natural, é estimada como sendo uma função linear logarítmica do rendimento real (Y/P), da taxa de juro (i , não logarítmica) e de uma variável tendencial.

- $\ln M_2/P = a \ln Y/P - b i - c TCR + \text{tendência}$ Eq. 40

TESTES DE VERIFICAÇÃO E CONSISTÊNCIA

286.O exercício de QMF termina com uma série de verificações e testes adicionais para examinar a consistência e a robustez das suposições feitas e o trabalho realizado a montante. Esse trabalho adicional permitirá garantir a relevância das inter-relações macroeconômicas, implementar os testes de consistência e validar o enquadramento realizado.

Inter-relações macroeconômicas

287.A análise das inter-relações entre as contas macroeconômicas constitui um elo essencial no exercício do QFMP. Ele desempenha um papel importante na estimativa de desenvolvimentos econômico-financeiros passados, bem como na preparação de previsões de médio prazo. É utilizado tanto para testar a robustez do quadro macroeconômico.

288.Segue uma síntese dos elementos setoriais apresentados anteriormente: setor real, finanças públicas, balança de pagamentos, moeda e crédito (uma lista de todas as tabelas do QFMP está disponível no Anexo 16). Mais especificamente, isso envolve examinar as ligações e coerências intra e intersetoriais, cujo desenvolvimento esquemático foi apresentado no Capítulo 1 deste Guia:

Tabela 11 : Resumo das inter-relações macroeconômicas

	Finança públicas	Setor externo	Setor monetário
Setor real	Cg, Ig	Xbs, Mbs, Teoria da absorção ¹²	$M^d = f(Y, \dots)$
Finanças públicas		Juros sobre dívida externa; Variação dos atrasos externos; Amortização de dívida externa; Saques externos; Doações (atual, projetos); Alívio da dívida (reprogramação, cancelamento etc.) <i>Teoria do déficits gêmeos (déficits duplos)¹³.</i>	RLE, <i>Teoria da moeda</i>
Setor monetário		Variação nas AELs do Banco Central; Variação nas AELs dos Bancos Comerciais;l <i>Teoria monetária da balança de pagamentos</i>	

289.Sabendo que: Cg é consumo público (despesa com salários e bens e serviços); Despesas de capital do setor público; Xbs exportações de bens e serviços; Mbs

¹² **Teoria da absorção:** $Y - A = C / C$ (saldo em conta corrente); $A = C + I$; $C / C = Xbsnf - Mbsnf + RFn + TRn$: qualquer déficit na conta corrente do BDP reflete um excesso de absorção (A) em comparação com a renda disponível (RNDB) ou uma insuficiência de renda disponível para um determinado nível de absorção

¹³ **Teoria dos déficits gêmeos:** $C / C = (Sg - Ig) + (Sp - Ip)$ $Sg - Ig =$ Saldo de operações governamentais não financeiras $Sp - Ip =$ Saldos de operações não financeiras do setor privado; O déficit em conta corrente reflete um déficit em operações governamentais não financeiras.

importações de bens e serviços, $Md = f(Y, \dots)$ uma função de demanda por moeda; Crédito líquido de GNV ao governo.

290. As inter-relações assim resumidas mostram que as mudanças observadas na esfera real, ou seja, os saldos de recursos em volume, valor e preço, determinados a montante pelos pressupostos da política econômica, ambiente internacional (preços de matérias-primas, taxas de câmbio etc.) e nacionais influenciam todo o quadro macroeconômico.

291. Assim, o saldo no mercado de bens deve influenciar os saldos orçamentários via receita tributária, saldos externos via balança comercial, ativos externos líquidos indiretamente via balança comercial e saldo orçamentário, a situação monetária diretamente via demanda por moeda que depende do nível de atividade e indiretamente via alterações nos ativos externos líquidos. Finanças órgãos públicos interagem com a esfera real em dois níveis. Primeiro, diretamente via gasto do Estado, seja demanda pública (investimentos, consumo intermediário) ou salários pagos a funcionários públicos. Em seguida, indiretamente, através do tipo de fechamento financeiro selecionado.

Testes de consistência

292. Esses testes possibilitam a revisão de certos itens das contas setoriais da estrutura macroeconômica para garantir sua consistência em termos de identidades contábeis e teoria econômica (equações comportamentais). Eles permitem que a robustez das estruturas macroeconômicas seja testada antes do uso.

293. As regras de fechamento macroeconômico ou as restrições do sistema permitem validar as condições de equilíbrio que devem ser satisfeitas pelo enquadramento desenvolvido. Mais concretamente, trata-se de determinar quais variáveis serão ajustadas para obter o equilíbrio ex post.

294. Essas regras de fechamento são essenciais porque determinam a maneira pela qual a economia se ajustará após qualquer choque exógeno. É comumente aceito na literatura que essas regras exercem uma grande influência nos resultados do modelo.

295. No âmbito da programação monetária, existem dois tipos de fechamento: o fechamento macroeconômico, que permite garantir a consistência na formação do PIB, e os fechamentos financeiros, que permitem consolidar ou validar os vários tipos de financiamento identificados ou busca de finanças públicas e contas externas.

296. **Fechamento macroeconômico** a retenção é a seguinte: (i) o PIB é calculado como a soma dos valores agregados setoriais (abordagem setorial do PIB); (ii) a renda nacional e o PIB agregado, por sua vez, determinam a demanda final privada, levando em consideração as indicações da demanda pública geral fornecidas pelo TOFE;

297. o equilíbrio entre usos e recursos é estabelecido no consumo privado (efeito tampão), cujo desenvolvimento é alinhado com a dinâmica interna dos preços ao consumidor, propensão marginal ao consumo e evolução em termos de salários.

298. **Fechamentos financeiros** podem ser considerados como os elementos a serem levados em consideração para garantir o financiamento do saldo orçamental, do

saldo geral da balança de pagamentos e dos saldos das contas do Banco Central e dos bancos comerciais, que podem induzir um excedente de financiamento ou uma necessidade de financiamento.

299. Em relação ao financiamento do saldo orçamental, no primeiro caso (fechamento financeiro), a opção apropriada é a utilização dos saldos da conta do Tesouro no Banco Central. No entanto, uma fração das necessidades de financiamento pode ser financiada internamente ou externamente. Nesse caso, o déficit de financiamento registrado ao nível do TOFE pode levar a:

- perda de reservas oficiais que podem limitar a capacidade da economia de importar e reduzir o crescimento económico esperado;
- um aumento do financiamento excepcional e da dívida externa, que podem reduzir o investimento privado e pesar nos futuros gastos públicos;
- uma queda nas despesas de capital do estado financiadas com recursos externos.

300. Ao examinar esses três casos e de acordo com as previsões do setor público, uma opção pode ser adotada para o tratamento dessa lacuna. Na ausência de informações adicionais, a conta do Tesouro (credor) é turbulenta até o ponto em que o gap residual possa ser preenchido por ela. Nesse caso, concorda-se em exibir essa lacuna residual na estrutura para refletir a necessidade de financiamento adicional a ser solicitado pelo Estado a doadores residentes ou não residentes.

301. No nível da balança de pagamentos, o gap residual é equivalente ao gap nas finanças públicas, o nível do item "outros investimentos privados no curto prazo" é o resíduo contábil, cujo nível é avaliado de acordo com o saldo contábil da situação monetária (abordagem monetária da balança de pagamentos).

302. No mercado monetário (fechamento das contas do Banco Central e dos bancos geradores de dinheiro), o crédito a ser concedido aos bancos pelo Banco Central, os créditos à economia e os níveis potenciais de investimento dos bancos (injeção de liquidez) são obtidas por equilíbrio e alinhadas com o quadro macroeconômico geral.

CAPÍTULO V: QFMP/QOMP/QDMP

ELABORAÇÃO DO QUADRO FISCAL DE MÉDIO PRAZO

CONCEITOS BÁSICOS RELACIONADOS COM O QUADRO FISCAL PLURIANUAL

303. O QFMP é uma previsão de agregados orçamentários não desagregados por setor ou ministério. Está associado a uma estrutura macroeconômica para construção de quadros macro-fiscais de médio prazo (QMFMP). Mostra o gasto público total, a receita pública total, o déficit e a dívida de maneira consistente com o equilíbrio macroeconômico. Na maioria das vezes, também mostra as despesas e receitas públicas em um nível limitado de desagregação, entre cinco e dez categorias de receitas e despesas por natureza.
304. O projeto de OGE é elaborado tendo por referência um QFMP que abrange um período mínimo de três anos, que contém a evolução de todas as despesas e receitas da administração pública, bem como os recursos de empréstimos públicos e contribuições de doadores internacionais.
305. Portanto, essa estrutura possibilita avaliar o nível geral de receita esperada do Estado, discriminado por categoria tributária principal, o nível de recursos para emissão de títulos públicos, discriminado, se possível, pelos credores, e o nível de recursos externos que podem ser mobilizados por doadores externos na forma de apoio orçamental e/ou empréstimos para programas, projetos, doações.
306. Também possibilita definir os limites orçamentários, discriminados pelas principais categorias de despesa, avaliar a necessidade ou capacidade de financiamento da administração pública, as fontes de financiamento e o nível geral de endividamento dessa administração.
307. Por fim, estabelece os objetivos do equilíbrio orçamental e financeiro a médio prazo.
308. O Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) é um instrumento de programação trienal que coloca a gestão orçamental em uma perspectiva plurianual. É "... um conjunto coerente de objetivos estratégicos e programas de gastos públicos que definem a estrutura dentro da qual os ministérios podem tomar decisões sobre a alocação e uso de seus recursos". (Banco Mundial, 1998).
309. O QDMP global é um instrumento de alocação setorial em linha com a elaboração de um QFMP.usos e fontes. O QDMP desagrega os gastos públicos por setor ou ministério, sem entrar em muitos detalhes sobre os gastos. O QDMP global desagrega as principais categorias de gastos públicos identificadas no QFMP por natureza e função, por setor e, quando aplicável, por ministério. Ele lida com a alocação intersetorial / interministerial de recursos e serve para supervisionar a preparação dos QDMP ministeriais.
310. O QDMP ministerial define um programa plurianual de despesas ministeriais com resultados e indicadores de monitoramento para justificar os programas de despesas, dentro dos limites alocados aos ministérios setoriais no ciclo orçamental. Os QDMP setoriais (ou os QDMP ministeriais) são estabelecidos por ministérios ou setores, com base em políticas, estratégias e alocações setoriais. Eles são detalhados por grupo de programas e subprogramas. Política setorial é o conjunto de diretrizes gerais, objetivos globais e específicos para orientar o desenvolvimento do setor.

311. Uma estratégia setorial é um conjunto de medidas, ações e mecanismos que devem permitir que objetivos predeterminados sejam alcançados. Em termos de planeamento do desenvolvimento, a estratégia busca, em princípio, determinar as formas e os meios necessários para alcançar os objetivos definidos pela política.

312. O Quadro de Operações Financeiras do Estado (TOFE) é um instrumento estatístico coerente que permite medir, de forma precisa, (i) a actividade das administrações públicas e o seu impacto nos outros sectores da economia, (ii) a interacção entre as finanças públicas e as outras contas macroeconómicas, nomeadamente, o sector real, a balança de pagamentos e a situação monetária. O TOFE também permite estabelecer uma relação clara entre as operações acima e abaixo da linha que define o saldo global, ou seja, captar as operações de financiamento e o seu impacto na dinâmica da dívida.. As receitas são todas não reembolsáveis com ou sem contrapartida de outras administrações públicas nacionais ou estrangeiras ou organizações internacionais. Podem, também, distinguir-se várias sub-rubricas, nomeadamente receitas fiscais, receitas não fiscais e receitas de capital.

Interação entre os instrumentos orçamentais plurianuais

313. O processo de elaboração do orçamento anual faz parte de um processo global e interativo do QOMP, que consiste na afectação de recursos orçamentais, de acordo com as prioridades definidas num quadro de planeamento a médio e longo prazo. O QFMP interliga diferentes instrumentos para a elaboração de orçamentos anuais e plurianuais. Estes incluem as estratégias nacionais e sectoriais, o Programa de Investimento Público, o orçamento, o QOMP, o QDMP global e os QDMP ministeriais. Este processo abrangente e iterativo inclui :

- o QFMP/QOMP, em que os pressupostos macroeconómicos determinam o nível dos recursos orçamentais previstos e, sob a limitação do objectivo do equilíbrio orçamental, o nível das despesas. Utilizando o PIP, o QOMP e o QDMP global, este processo alimenta a produção do documento narrativo do OGE;
- o QDMP, em que as despesas departamentais são atribuídas, de acordo com as prioridades da estratégia nacional ou sectorial, aos diferentes ministérios ou beneficiários. Com a ajuda dos QDMP globais e ministeriais, este processo alimenta a produção do documento narrativo do OGE para cada ministério
- a preparação do OGE baseia-se nos quadros plurianuais acima referidos. A documentação orçamental a apresentar ao Parlamento inclui o FDP e o PAP, elaborados com base nas informações contidas nos instrumentos acima referidos.

Caixa 3: – QFMP/QOMP/QDMP

O Quadro Fiscal a Médio Prazo (QFMP) é uma ferramenta que estabelece **objetivos e metas** macroeconómicas e fiscais plurianuais e garante que essas metas sejam respeitadas na preparação, aprovação e execução do orçamento. Os produtos-do QFMP são: i) projeções dos principais indicadores macroeconómicos; ii) projeções de receitas, despesas e necessidades de financiamento consistentes com os objetivos gerais da política macro-fiscal ou com as regras fiscais; iii) envelopes gerais de recursos disponíveis para-gastos governamentais a médio prazo; e iv) um caminho sustentável para o endividamento público. Metas fiscais numéricas significam metas fiscais nominais de médio prazo estabelecidas pelo governo para o déficite /superávit e a dívida. *(Abordagem de cima para baixo)*

315.A determinação dos limites de despesas por departamento ou ministério deve depender da fase do ciclo anual e dos tipos de documentos de origem a considerar. A versão inicial ou revista do QDMP global seguirá a abordagem normal, mas a versão final do QDMP global implicará alterações nas afectações da margem orçamental e novas medidas para reconduzir os limites máximos departamentais às decisões finais. Especificamente,

- O QDMP global inicial deverá ser elaborado até Junho, o mais tardar, com base nos documentos elaborados em Março (Relatórios de Revisão da Execução), Abril (TOFE (nota cadrage macroeconomique) e Maio (relatórios de várias conferências - PIP, Programação Salarial). A carta circular permitirá elaborar a carta circular com os limites máximos de despesas em anexo. Deverá incluir margens para despesas imprevistas e para negociações importantes no primeiro ano.
- O QDMP global revisto deve ser elaborado, se necessário, quando da elaboração do projecto de lei de finanças rectificativa, com base nos mesmos documentos que o QDMP global inicial. Permitirá a elaboração da carta circular com os limites máximos de despesas em anexo.
- O QDMP global final deverá ser elaborado após as conferências orçamentais ou a votação do projecto de lei de finanças, com base nos QDMP sectoriais ou nos documentos das conferências orçamentais resultantes do processo de adopção do projecto de orçamento. Deve ser igual ao orçamento da lei de finanças ou à lei de finanças e deve apresentar uma margem zero para negociações no primeiro ano.

316.De um modo geral, uma boa programação plurianual, elaborada por meio de um quadro plurianual global, exige que as projecções plurianuais tenham em conta o contexto geral de execução das políticas públicas. A fim de assegurar o alinhamento das dotações orçamentais com as políticas públicas, o QDMP global deve afectar os recursos do QOMP através de um processo iterativo e descritivo. Deve seguir rigorosamente as diferentes fases da sua elaboração. Deve ser suficientemente documentado para melhor apreender a articulação entre as políticas públicas e os agregados orçamentais. Pelo menos 6 exercícios orçamentais devem estar alinhados, incluindo dois anos históricos encerrados e o ano em curso com uma execução parcial, que permite projectar o nível provável de execução. Por conseguinte, estão previstos agregados orçamentais para os próximos três anos.

317.O limite máximo total de despesas por categorias económicas e por grandes funções do Estado é estabelecido tendo como base o QOMP. Esta repartição é feita com vistas a assegurar que a evolução económica seja respeitada e que os objectivos da estratégia nacional global sejam alcançados. Tendo em conta a instabilidade da estrutura dos ministérios, esta afectação deve ser feita por grandes funções do Estado.

318.Estes limites máximos previstos são repartidos em três componentes :

- tendências das despesas por categoria e por departamento/órgão/ministério, projectadas com base nos resultados da execução orçamental e não nas previsões orçamentais. A sua progressão pode ser feita com base no crescimento nominal do PIB.

As despesas relacionadas com medidas pontuais (por exemplo, uma cimeira, uma eleição) devem ser primeiro eliminadas para se ajustar a base histórica.

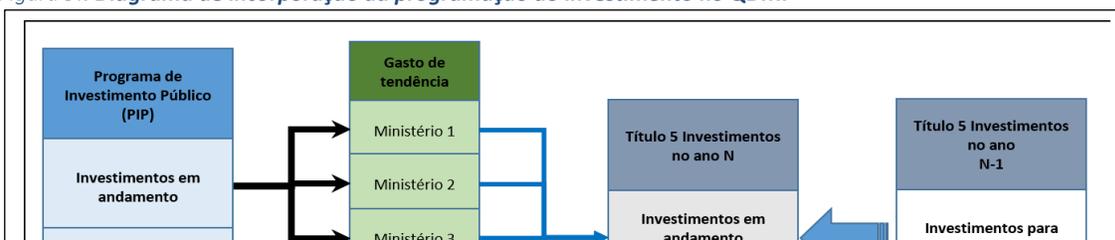
- despesas relacionadas com as medidas extraordinárias e certos anúncios (incluindo medidas de cortes fiscais) no âmbito das novas medidas. Estas medidas excepcionais correspondem a acções pontuais, tais como a organização de cimeiras ou eleições, que resultam em custos adicionais durante o ano. Os impactos orçamentais das decisões tomadas pelas autoridades e anunciadas ou os cortes eventuais no contexto da consolidação orçamental devem ser tidos em conta no período em que ocorrem.
- Espaço orçamental, como a diferença entre os limites máximos de despesas no QOMP e a soma das tendências das despesas (excluindo os cortes) e das despesas relacionadas com medidas pontuais. O espaço orçamental é repartido por categorias económicas e por funções. Dentro deste espaço, devem ser constituídas reservas para contingências e negociações no período do QDMP.. A primeira reserva (correspondente a um percentual do orçamento total ou percentagem do PIB) é mantida ao longo de todo o processo e incluída no orçamento do Estado. A segunda é distribuída durante a fase de preparação do orçamento, de acordo com as necessidades. Esta reserva de negociação por tipo e por ano será fixada de acordo com o nível do espaço orçamental. Por último, o espaço orçamental será distribuído com base nas prioridades definidas na estratégia nacional e na programação de investimento e disponibilidade de pessoal. Com base nas acções previstas na estratégia nacional, esta será distribuída por ministério em um processo iterativo. Em cada interação, é considerado o desvio em relação aos objetivos fiscais. Este processo deve reflectir a priorização das despesas e deve ter em conta a situação do país.

319. Especificamente, a programação plurianual dos investimentos é incorporada no QDMP global através da rubrica "INVESTIMENTO". Esta incorporação permitirá melhorar a projecção da evolução das despesas e a distribuição do espaço orçamental.. Como resultado, as restrições orçamentais nessas rubricas serão graduais, de acordo com os anos de programação. Serão pequenas no primeiro ano e grandes no último ano do período de programação. Esta incorporação será efectuada da seguinte forma:

320. Os projectos de investimento em execução constituem a base das despesas. A este respeito, todos os anos, os projectos de investimento encerrados constituem recursos a reservar no processo de orçamentação plurianual;

321. Os novos projectos de investimento podem ser abrangidos pelo espaço orçamental. Se houver espaço orçamental suficiente, todos esses novos projectos devem ser inscritos. No caso contrário, uma distribuição segundo critérios baseados, nomeadamente, no custo dos projectos, permitirá tomar em consideração a participação nestes projectos.

Figura 9:: *Diagrama de incorporação da programação do investimento no QDMP*



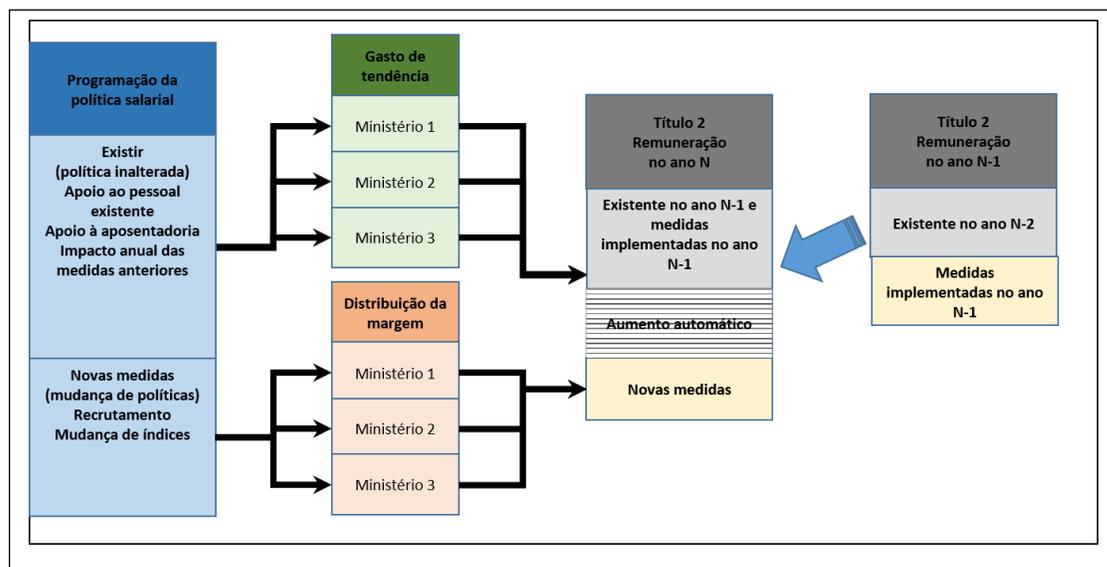
322.A projecção da tendência para os projectos de investimento deve corresponder aos custos futuros dos projectos em curso. De facto, a conclusão dos projectos no período de projecção do QDMP global proporciona espaço orçamental para novas acções de investimento. Assim, a atribuição de espaço orçamental para projectos de investimento deve basear-se numa revisão da carteira de projectos em curso do Programa de Investimento Público (PIP).

323.Do mesmo modo, a programação plurianual das despesas com pessoal pode ser incorporada no QDMP global através da rubrica "Remunerações". Esta integração permitirá melhorar a projecção da evolução das despesas e a repartição do espaço orçamental na Despesas de pessoal. Em resultado desta incorporação, os ajustamentos anuais completos das medidas tomadas no ano de base conduzirão a um aumento automático no ano seguinte. Esta incorporação procede da seguinte forma:

324.A remuneração do pessoal existente constitui a base das despesas do Título 2 - Despesas de pessoal. Esta remuneração não implica, portanto, qualquer alteração na política salarial. Nesse sentido, essas despesas aumentam naturalmente devido à mudança relacionada à velhice e ao impacto anual das medidas anteriores não implementadas.

325.As medidas governamentais que afectam as remunerações constituem uma atribuição de espaço orçamental. ao abrigo do Título 2 Despesas com pessoal. Podem incluir, nomeadamente, o recrutamento ou alterações de escalas. Se o espaço o permitir, estas novas medidas são introduzidas, sob pena de serem interrompidas.

Figura 10 : *Diagrama de incorporação da programação salarial no QDMP*



326.A projecção tendencial dos custos de pessoal no QDMP global deve ter em conta os vários parâmetros que se seguem: (i) o efeito de contratações e outras medidas tomadas durante o ano em curso; (ii) o efeito das reformas; (iii) o efeito das aposentadorias por velhice e reforma (incluindo promoções); e (iv) o efeito das melhorias do índice e outros aumentos dos prémios e salários. Por conseguinte, seria necessário um planeamento trienal do recrutamento e da reforma.

Roteiro para um guia de elaboração do QFMP

327.Para elaboração do QFMP, deve-se assegurar a consistência entre os sectores económicos, estabelecendo vínculos entre as variáveis projetadas. Em particular, o sectores fiscal e as contas nacionais projetadas devem guardar consistência com as hipóteses monetárias e do setor externo que, no caso de São Tomé e Príncipe, são calculadas em modelos próprios do BCSTP e incorporados ao QFMP. A Tabela mostra um roteiro para um guia de elaboração do QFMP, considerando os vínculos entre os setores económicos e a capacidades institucionais atuais para elaboração das projeções. Esse roteiro pode ser melhorado, à medida em que os dados do setor real forem aprimorados.

Tabela 12:– Roteiro para um guia de elaboração do QFMP*

Pasta	Conteúdo	Vinculações entre as pastas	Atualização	Projeção	Fonte
IPC	Série histórica e projeções IPC médio anual e fim de período		Atualizar índice; calcular inflação média anual	Com base em modelos de previsão do BCSTP ou previsões de mercado	BCSTP
PIB	PIB corrente e deflator implícito por setores (oferta)	Vinculado à pasta Hipótese			
PIB taxa	Taxa de crescimento nominal e real do PIB por setores (oferta)	Vinculado à pasta PIB			
Hipótese	Taxas de crescimento real e de preços dos principais setores económicos		Atualizar contas nacionais e deflator PIB, crescimento população, taxas de câmbio e taxa cresc. países exportadores	Observar evolução de setores mais relevantes, obter dados com empresas.	INE, análise de balanços de empresas, análise de conjuntura
PIB estrutura	Participação % dos setores económicos no PIB	Pasta PIB			
Fiscal	Projeções fiscais a médio prazo (formato TOFE) valores correntes e em % PIB	Imp importação: BoP; Imp consumo: contas nacionais ou PIB taxa; Donativos: BoP Despesas correntes: contas nacionais; Investimentos: contas nacionais Financiamento: BoP e contas monetárias Valores em % PIB: Pasta PIB	Realizado com base no TOFE	Modelos receita, despesa e financiamento	DNC, DT
Balança de Pagamentos (BoP)	BoP		Realizado e projeção anual.	Projectar anos seguintes considerando evolução da atividade no setor exportador e fiscal	BCSTP
SMI	Síntese monetária global	Activo externo líquido:BoP;	Valores realizados		BCSTP

* para se elaborar o guia é necessário o detalhamento dos modelos de projeção.

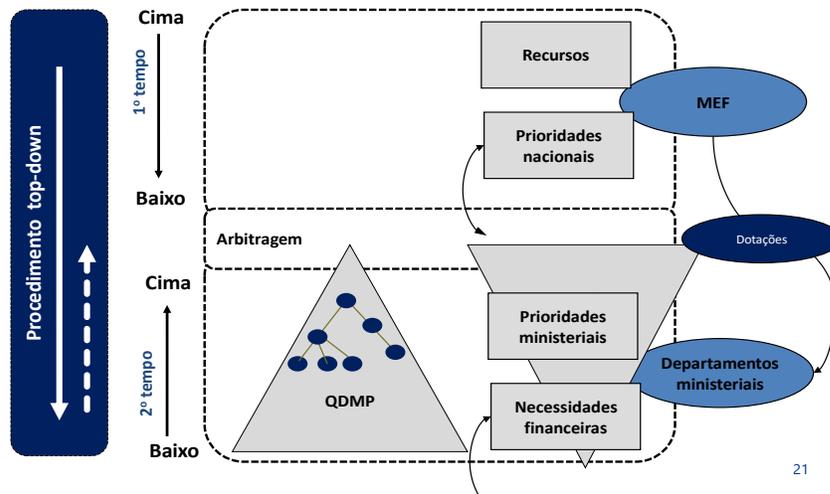
Roteiro para elaboração do QDMP

328. Para que o OGE possa ser um instrumento eficaz de execução das prioridades de governo, deve refletir a realidade macro-fiscal do País. Para tal, a peça orçamental deve conter a estimativa de agregados fiscais que espelhem o cenário macroeconómico a médio prazo e cujos envelopes de despesas sectoriais sejam compatíveis com os envelopes globais do QFMP, QOMP e QDMP.

329. O QFMP deve servir de guia para a formulação dos orçamentos a médio prazo, numa base rolante. Isso implica que, para o ano 1, o QFMP e o orçamento estejam inteiramente alinhados. O QFMP fornece os envelopes globais da despesa, a partir do

qual se definem envelopes setoriais (QOMP) a serem distribuídos aos ministerios para a elaboração de seus orçamentos (metodologia de cima para baixo). O envelope de despesa para o ano 2 tornar-se-á, então, a base para o orçamento do ano seguinte, depois de terem sido tomadas em consideração as condições e políticas económicas. Por sua vez, os Ministérios devem elaborar seus programas com base nos objetivos a medio prazo do PND. Os programas sectoriais devem ser consolidados para fins de priorização (metodologia de baixo para cima). O QOMP e os envelopes setoriais dos anos seguintes calculam o espaço fiscal para aumento ou incorporação de novos programas nos orçamentos futuros.

Figura 11:– Articulação entre o QFMP, o QOMP e o QDMP



Segue o roteiro para assegurar a coerência entre o QFMP e o orçamento anual (Tabela 13):

Tabela 13: - Roteiro para elaboração do QDMP

Etapa	Informações necessárias	Objetivos
1. Revisão dos programas e ações em execução	Execução física e financeira das atividades orçamentais.	Avaliar se as atividades realizadas atingem os resultados esperados pelo programa
2. Atualização e priorização do portfólio atual das atividades relacionadas a cada programa	Plano plurianual atualizado; informações sobre o estado de maturidade de programas; relatório de performance dos projetos.	Atualizar o portfólio dos projetos e atividades

3. Detalhar as atividades em ações e calcular o seu custo	Informações sobre o estado de maturidade de programas; relatório físico-financeiro dos projetos	Estimar o custo das atividades, ações e programas.
4. Alocação do QOMP entre os programas	QFMP, QOMP, portfólio de atividades em cada programa, reporte de execução dos projetos	Distribuir os recursos do QOMP entre os programas dos ministérios
5. Programação financeira plurianual por programa	Envelope dos programas por ministério, portfólio das atividades por programa, reporte de execução dos projetos	Propor uma distribuição a médio prazo dos recursos alocados aos programas, entre atividades/projetos e ações, especificando a natureza econômica e a fonte de financiamento
6. Consolidação e validação do QDMP	Tabelas de programação financeira para as atividades por programa; relatórios de desempenho dos programas.	QDMP elaborado

Fonte : AFRITAC Central, 2017. « Guide Méthodologique d'élaboration des CDMT au Cameroun »

Estructura da nota de estratégia fiscal do medio plazo

330.A estratégia fiscal de médio prazo é um documento explicativo do QFMP e integrante da proposta orçamental. É um dos produtos macro-fiscais a serem elaborados pela UMF.

Tabela 14: - Produtos de uma UMF

Produtos macro-fiscais		
mensal ou trimestral	semestral	anual
Reportes macroeconômicos e fiscal (receita, despesa, balanço fiscal, dívida)	Atualização da estratégia fiscal, com revisão das projeções macro fiscais	Estratégia fiscal de médio prazo, com projeções macroeconômicas e fiscais
		Relatório de riscos fiscais
		Relatório de sustentabilidade da dívida pública

331. O QFMP é elemento-chave da elaboração da estratégia fiscal e traz uma base robusta à elaboração da proposta orçamental. O documento de estratégia fiscal, por sua vez, contém a demonstração quantitativa de política fiscal, com explicação e justificativas, que conferem credibilidade e transparência às decisões de política fiscal.

Caixa 4: –Exemplo de estrutura do documento de estratégia fiscal

1. Análise da política fiscal recente
2. Comparação da política fiscal recente com o quadro fiscal projetado para o período
3. Estratégia de política fiscal
 - 3.1. Perspectivas económicas (Quadro de indicadores projetados)
 - 3.2. Meta fiscal e estimativa das variáveis fiscais para 2019-2021 (QFMP)
 - 3.3. Medidas fiscais de suporte às estimativas
 - 3.4. Prioridades de políticas públicas
4. Análise dos riscos fiscais

Análise dos riscos fiscais

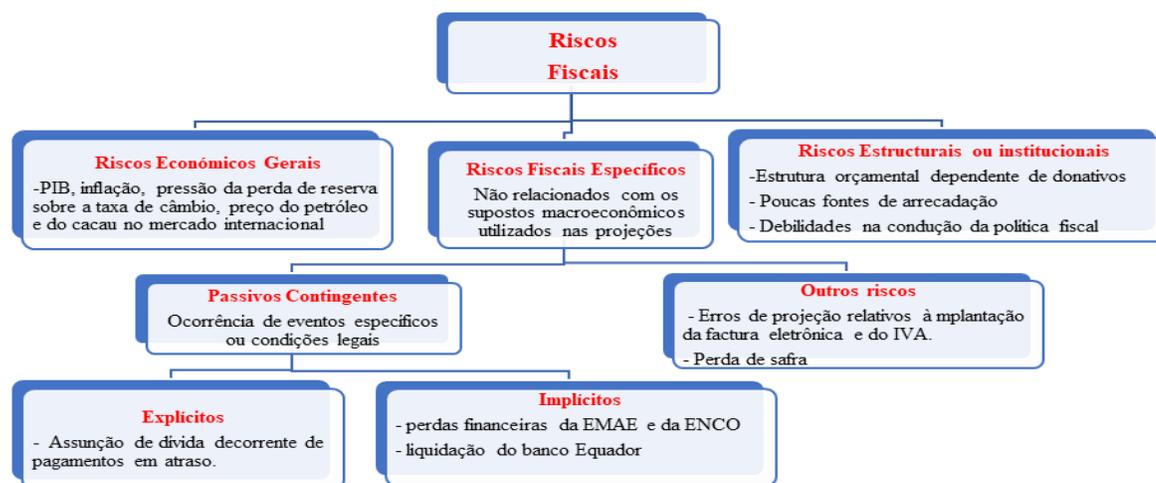
332. Os riscos fiscais referem-se à probabilidade relevante de desvios de curto ou médio prazos das variáveis fiscais (receitas, despesas, ativos, passivos) com respeito às projeções orçamentais. Os riscos fiscais derivam de diferentes fontes e podem tomar diversas formas. Usualmente, são classificados como riscos económicos gerais e riscos específicos:

- *Riscos económicos gerais* se referem à exposição das finanças públicas a possíveis desvios de variáveis económicas chave frente ao que se esperava no momento da elaboração da proposta orçamental (e.g. nível de atividade, inflação, choques de oferta);
- *Riscos fiscais específicos* resultam de fontes específicas e classificam-se em duas categorias amplas:
 - ✓ Passivos contingentes, que são obrigações de pagamento quando ocorre um evento específico ou uma condição específica futura. Podem ser explícitos ou implícitos. Os passivos contingentes explícitos surgem quando o governo tem uma obrigação legal clara e firme, ou uma política declarada, de prover apoio financeiro na ocorrência de um evento particular (e.g., execução de garantias). Os passivos contingentes implícitos surgem quando o governo é pressionado a prover o apoio financeiro na ocorrência de um evento particular (e.g, necessidade de capitalizar empresas públicas, governos locais ou entidades financeiras);
 - ✓ Outros riscos específicos possuem fonte identificada, mas têm impacto imprevisível (e.g, erro de projeção de novas políticas públicas, desastres naturais).

333. Adicionalmente, podem surgir riscos fiscais por razões estruturais e institucionais. A estrutura orçamental pode ter vulnerabilidades, como poucas fontes de arrecadação (situação comum em países que dependem de recursos naturais). Também pode conter um elevado nível de vinculação das receitas, o que limita a margem de manobra do governo para responder a choques. Do ponto de vista institucional, as dificuldades de coordenação da política fiscal entre níveis de governo também pode restringir a capacidade do governo central de alterar sua posição fiscal frente a choques. Por fim, a fraca capacidade de identificar e gerir riscos fiscais pode ser uma fonte de risco em si mesma. A falta de informação adequada limita a boa gestão fiscal.

334. Para o relatório de estratégia fiscal, a análise dos riscos fiscais consiste na identificação dos principais riscos de desvio em relação às projeções orçamentais de médio prazo e sua probabilidade de ocorrência. A UMF também pode propor medidas para mitigação de alguns desses riscos. Em particular, deve identificar os seguintes desvios : i) não realização de hipóteses macroeconômicas, em particular quanto ao preço petróleo e do cacau no mercado internacional; ii) risco de deterioração das finanças de empresas estatais, como EMAE; iii) probabilidade de assunção de passivos de bancos em liquidação; iii) atraso ou redução no valor esperado de donativos; e iv) erros no cálculo do impacto esperado de novas medidas fiscais.

Figura 12:– Os riscos fiscais de São Tomé e Príncipe



CAPÍTULO VI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO QUADRO MACRO-FISCAL

REFORÇAR A COORDENAÇÃO E VALIDAÇÃO

335. Para tornar a elaboração dos quadros macro-fiscais totalmente operacional em São Tomé e Príncipe, para além do reforço das capacidades e do fortalecimento institucional de alguns órgãos, em especial o INE e o DP, é necessário internalizar o trabalho no MPFEA, incorporando o QFMP ao calendário de elaboração do OGE. Para isso, é necessário consolidar rotinas, responsabilidades, produtos e prazos, de forma a viabilizar o trabalho da UMF.

Tabela 15:– Atribuições e rotinas de uma UMF

Atribuições		Rotinas	
Análise das projeções macroeconômicas e fiscais	Manter QFMP atualizado	Revisar modelos de projeção	
Análise da sustentabilidade da dívida	Atualizar sempre que o QFMP for atualizado	Propor medidas fiscais	Informar ao Ministro
Análise de política macro-fiscal	Acompanhamento da conjuntura econômica	Acompanhamento das variáveis fiscais e de dívida	Revisões periódicas do TOFE
Monitorar riscos fiscais	Atualizar quadro de riscos	Revisar impacto sobre o orçamento e o QFMP	

336. Para o andamento adequado da UMF na forma de comité, faz-se necessária uma secretaria de apoio às seguintes atividades: i) administrativas: solicitar documentos dos demais membros e atentar para prazos, de acordo com o plano de atividades; enviar documentos para avaliação e validação de seus membros; informar sobre as reuniões; elaborar atas; organizar a documentação recebida e enviada pelo Comité; ii) técnicas: elaborar quadros estatísticos de indicadores macroeconómicos e fiscais; apoiar a elaboração das tabelas do relatório de estratégia fiscal; consolidar informações técnicas recebidas dos demais membros do Comité; auxiliar na consolidação do relatório de estratégia fiscal e de demais documentos.

337. Por fim, é importante dar conhecimento às chefias superiores sobre o andamento dos trabalhos técnicos, como atividade de rotina, por meio de relatórios sobre o andamento dos trabalhos, para avaliação e validação.

DESENVOLVER A CAPACIDADE DA UMF

338. A UMF elaborou um plano de formação de seus membros para o período 2020-2022 (Tabela 15). O objetivo do plano de formação é nivelar o conhecimento de seus participantes com vistas a viabilizar a realização das atribuições da UMF, em particular quanto ao exame e à validação da política fiscal a médio prazo.

Tabela 16: - Plano de formação para os membros da UMF 2020 - 2022

Atribuições	Áreas de formação	Instituições responsáveis pela coordenação /realização	Beneficiários	Data	Duração	Local
Reforço de capacidade dos membros do UMF	- Formação em diagnóstico macroeconómico	DP/AT	Membros do UMF	ago/20	2 semanas	Interno
	-Visitas de estudo para troca de experiências	DP	Membros do UMF	nov/20	1 semana	Externo
	-Treinamento em análise de séries temporais e trabalho aplicado	DP, INE, BCSTP	Membros do UMF	fev/21	1 semana	Interno
	-Formação em técnicas de análise de dados de inquéritos de opinião	DP, INE	Membros do UMF	jul/21	1 semana	Interno
	- Formação na análise dos agregados macroeconómicos (contas nacionais, TOFE, balança de pagamentos, situação monetária integrada), e na elaboração do quadro de inter-relações.	DP, INE, BCSTP, DT	Membros do UMF	mar/22	1 semana	Interno
	-Formação na gestão de um modelo de previsão macroeconómica de curto prazo	(DP, INE, BCSTP)/AT	Membros do UMF	mai/22	2 semana	Interno
	Formação em estatísticas das finanças públicas	DP, DO, DT	Membros da UMF	jul/22	2 semana	interno
Formação em gestão da dívida pública	DP, DT	Membros da UMF	out/22	2 semanas	interno	

339. Para viabilização do plano de capacitação, pode-se utilizar das sinergias entre os organismos internacionais parceiros. O Plano de trabalho pode ser encaminhado a esses parceiros, com objetivo de facilitar a coordenação das atividades de assistência técnica, treinamento e financiamento de esses que prestam assistência técnica relacionada com a gestão fiscal (União Européia, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento Africano, AFRITAC).

REFORÇAR O MODELO MME-STP

340. Um esforço para se apropriar do modelo pelos principais atores é essencial. Isso envolve o envolvimento de todos os gerentes que participaram das missões de desenvolvimento inicial do modelo, na manutenção e no uso do modelo.

341. Deve-se realizar um trabalho de atualização do banco de dados, a continuação da calibragem do modelo e sua utilização para um exercício de enquadramento macroeconômico, da seguinte forma:

- Para o banco de dados, o objetivo será concluir a coleta de dados e a série retrospectiva, verificar e corrigir os dados registrados, atualizá-los regularmente e adaptar os vínculos ao modelo QMF - STP;
- Para a calibração do modelo, deve-se, com base nos dados atualizados de anos anteriores, manter os parâmetros apropriados, identificar as discrepâncias entre os dados do BDP, do TOFE e das contas nacionais, e calibrar as elasticidades e demais indicadores projetados para as receitas;
- Para a elaboração do QFMP, ter uma versão operacional do modelo para usá-lo na elaboração do cenário macroeconômico e da proposta orçamental e garantir que os seus resultados sejam utilizados no desenvolvimento do quadro orçamental de médio prazo.

BIBLIOGRAFIA

1. AFRITAC Central : Sao Tome et Principe, Reforçar do quadro orçamental de médio prazo e unidade macrofiscal, S. Kamgna, A. De Albuquerque, Report, Janeiro 2020
2. AFRITAC Central, 2019, Sao Tome et Principe, Developing MTFF, S. Kamgna, A. De Albuquerque, Report, January 2019
3. AFRITAC Central, September 2018, Sao Tome et Principe, Strengthening MacroFiscal Function, S. Kamgna, A. De Albuquerque, Report, September 2018
4. BCSTP, 2020 “Previsao Macroeconomico”. Trabalho em Progresso.
5. BCSTP, xxx “Manual do elaboracao de estatica de Setor externa”. .
6. BCSTP, xxx “Manual do elaboracao de estatica monetaria”. .
7. Christopher Iles, Ana Teresa H. de Albuquerque and Rafael Villareal “STP: Developing a medium-term fiscal framework”. FAD/IMF, November, 2015.
8. Easterly, W, 2006, “An Identity Crisis? Examining IMF Financial Programming.”, World Development Vol. 34, No. 6, pp. 964–980, 2006
9. IMF 2018, “The Macro-fiscal Function and its Organizational Arrangements” Israel Fainboim and Ian Lienert. Fiscal Affairs Department.
10. Instituto Nacional de Estatística, “Conta national: Nota Metodológica,” INE.
11. Instituto Nacional de Estatística, “Índice de Preços no Consumidor: Nota Metodológica,” INE.
12. International Monetary Fund (2014). “Government Finance Statistics Manual (GFS) 2014.”
13. International Monetary Fund 2016, “Assessing Fiscal Space: An Initial Consistent Set of Considerations”, IMF Staff Paper, International Monetary Fund, Washington (D.C.).
14. International Monetary Fund 2017, “Can They Do It All? Fiscal Space in Low-Income Countries”, IMF Working Paper, International Monetary Fund, Washington (D.C.).
15. International Monetary Fund 2017, 2009. “Balance of payments and international investment position manual”,
16. International Monetary Fund 2017, Financial Programming and Policies, Institute for Capacity Development
<http://www.imf.org/external/np/ins/english/learning.htm>.

17. International Monetary Fund 2018, “Assessing Fiscal Space: An Update and Stocktaking”, IMF Policy Paper, International Monetary Fund, Washington (D.C.).
18. International Monetary Fund ICD, 2013, Financial Programming and Policies,
19. International Monetary Fund, 2007: Manual de transparência sobre finanças públicas
20. Kyobe, Annette and Stephan Danninger, 2005, “Revenue Forecasting—How is it done? Results from a Survey of Low-Income Countries,” IMF Working Paper 05/24.
21. Ministério da Finanças., 2020 “Nota Técnica do QDMP sectorial”,
22. Republica Democrática de São Tomé e Príncipe : Plano nacional de desenvolvimento 2017-2021, Novembro 2017
23. United Kingdom Office of Budget Responsibility Briefing Papers (BP): BP No. 3: Forecasting the economy 2011, BP No. 3: Forecasting the economy 2011; BP No 5: The macroeconomic model 2013, BP No 1: Forecasting the public finances 2011 <http://obr.uk/>

ANEXO

ANEXO 1: ESTRUCTURA DO QFMP

Em 2020, o BCSTP elaborou o QFMP com dados realizados até junho de 2019, e incorporou o resultado de seus modelos internos às projeções, faltando ainda acrescentar o módulo da dívida pública. O BCSTP elabora as previsões do PIB com base nas contas monetárias, dada a dificuldade em se obter indicadores atualizados referentes às contas nacionais. O BCSTP também incluiu os resultados das projeções anuais de inflação, câmbio, balanço de pagamentos, contas monetárias e o cálculo da projeção do PIB, com base em estimativas internas. De maneira geral, as estimativas são elaboradas de forma intuitiva, não há equações envolvidas.

Há necessidade de se aprimorar os modelos de projeção para as contas fiscais e estabelecer os vínculos entre os quatro setores econômicos, de forma a assegurar a consistência do QFMP.

Projeção do PIB

A projeção do PIB leva em conta um objetivo de progressão da massa monetária M3

Usando a teoria quantitativa do dinheiro e assumindo estável a velocidade de circulação do dinheiro

$$M3 = CLG + CE + AEL + OAP + \varepsilon$$

$$PIB_{nominal} = V * M3$$

$$--- \quad PIB \text{ real} = \frac{PIB_{nominal}}{Deflator}$$

$$V = \frac{PIB_{nominal}}{M3}$$

Setor fiscal: equações

Imposto Directo (ID): $ID_{t+1} = ID_t + ID_t * (\text{Variação PIB})$

Imposto s/ Importação (ISI): $ISI_{t+1} = ISI_t + ISI_t * (\text{variação das importações de bens})$

Imposto Consumo (IC): $IC_{t+1} = IC_t + IC_t * (\text{Variação PIB})$

A previsão das outras receitas fiscais e não fiscais são baseadas em pressupostos de cálculo da média dos últimos três períodos e, em casos justificáveis, assume-se o valor observado em t-1.

- Despesas com Pessoal (DP): $DP_{t+1} = DP_t + DP_t * (\text{Variação IPC})$
- Subsídios e Transferências Correntes (STC):

$$STC_{t+1} = \text{proporção} \left(\frac{STC_t}{\text{Receitas Correntes ex petro}} \right) * \text{Receitas Correntes ex petro}_{t+1}$$

- Financiamento Externo Projecto (FEP):

$$FEP_{t+1} = \text{proporção} \left(\frac{FEP_t}{\text{Donativos p Proj}_t} \right) * \text{Donativos p Proj}_{t+1}$$

As rubricas das despesas, dos donativos e dos financiamentos consistem em pressupostos assumidos no OGE, ou seja, são dados que constam no Orçamento Geral de Estado para o período em análise.

Setor externo: pressupostos

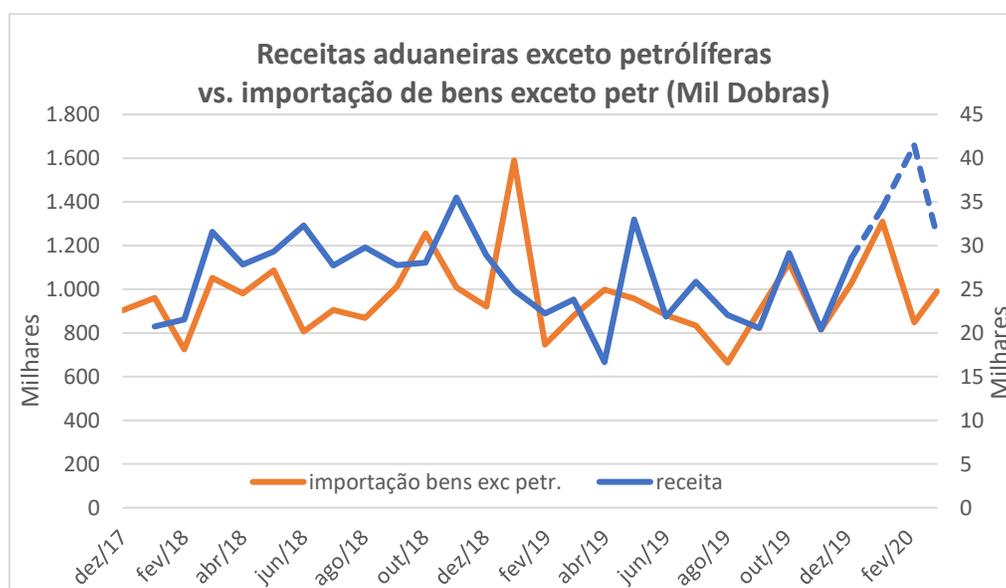
As premissas consistentes com o histórico dos principais indicadores externos, não se prevendo alterações substanciais face ao cenário habitual, com a excepção do IDE para o qual se prevê

alguma melhoria. Análise do histórico de receitas e despesas em ME em termos médios e taxa de variação.

ANEXO 2: CÁLCULO DE ELASTICIDADES

Para a definição do modelo a ser adotada nas projeções de receitas, deve-se, em primeiro lugar, observar o comportamento da receita e de suas variáveis explicativas, a preços do mesmo período. Deve-se considerar, também, a defasagem entre o fato gerador da receita e o prazo de arrecadação. Em alguns casos, a receita é recolhida com vários meses de defasagem. Após, deve-se excluir da receita, se possível, recolhimentos eventuais e outros fatos que afetaram a arrecadação de forma temporária. Outro ajuste necessário é do recolhimento referente a meses anteriores, que deve ser alocado no mês de referência.

No caso, por exemplo, da receita de direitos de importação exceto petróleo, observa-se uma correlação entre a importação de bens em Dobras, utilizando-se, como fonte de dados, a balança comercial e a taxa de câmbio divulgadas pelo BCSTP e as receitas registradas pelas Alfândegas.



Com os dados observados de jan/2018 a dez/2019, foi possível calcular as elasticidades mensais (ou fluatuabilidade) da arrecadação em relação às importações de bens, da seguinte forma:

$$Elasticidade = \frac{\Delta T^*/T^*}{\Delta M/M}$$

Onde: T* = direitos de importação exceto petróleo; M = importação de bens e serviços no mês anterior. Para a projeção dos meses de janeiro a abril de 2020, tomou-se por base a Elasticidade média do período, calculada em 0,78, e a importação de bens e serviços divulgada pelo BCSTP.

ANEXO 3: BASES METODOLÓGICAS PARA O ENQUADRAMENTO DO SECTOR REAL

Esta secção apresenta os fundamentos básicos subjacentes ao trabalho de projecções do sector real, os registos de alguns agregados das contas nacionais, a classificação dos setores e as operações do PIB pelo lado da oferta e a nomenclatura básica das contas nacionais; e (ii) uma descrição das fontes de dados.

Agregados das contas nacionais

Produto Interno Bruto

O produto interno bruto (PIB) é um fluxo, a soma de todos os bens e serviços produzidos pelos residentes de uma economia durante um determinado período de tempo, normalmente um ano. As despesas, os rendimentos e a produção estão intimamente ligados. O montante que os compradores pagam pelas suas despesas totais é igual ao rendimento dos vendedores da produção total da economia.

$$\text{Total das despesas} = \text{Total das receitas} = \text{Total da produção} \quad (1)$$

Por este motivo, o PIB pode ser medido em termos de produção, rendimento ou despesa.

Óptica do produto

Nesta perspectiva, o PIB é a soma do *valor acrescentado* dos produtores. O valor acrescentado (VA) é a diferença entre o valor da produção e o do consumo intermédio.

$$PIB = \sum (VA) \quad (2)$$

com VA = valores adicionados de sectores da economia.

$$VA = Q - CI \quad (3)$$

em que Q é a produção bruta e CI é o consumo intermédio.

A utilização de VA no cálculo do PIB evita a *duplicação*. De facto, o valor da produção de um bem intermédio é contabilizado uma vez como produto da indústria relacionada e uma segunda vez como input noutro sector. Por exemplo, a produção de aço é considerada tanto como um produto da indústria siderúrgica como um contributo para a indústria automóvel. O agregado de produção sobreavaliaria, assim, o resultado da actividade económica.

Óptica do rendimento

Deste ponto de vista, o PIB é definido como a soma da remuneração dos factores, ou seja, simbolicamente :

$$Y = W + T + P \quad (4)$$

sendo Y o PIB, W os salários et excedente (ou lucro) bruto de exploração, T os impostos indirectos líquidos de subsídios, e P os impostos indirectos líquidos de subsídios.

Óptica do despesas (em economia aberta)

Para este efeito, o PIB é definido como a soma da despesa de consumo final agregada (pública e privada) C, do investimento (público e privado) I e das exportações líquidas (X-M), ou seja :

$$Y = C + I + (X - M) \quad (5)$$

onde Y é PIB, C é consumo final, I é investimento, X é para exportação e M é para importação.

Deficiências do PIB

Embora os dados do PIB sejam amplamente utilizados para medir a produção e mesmo a prosperidade económica, o PIB é uma medida imperfeita por várias razões :

Algumas produções são difíceis de medir com precisão porque não são comercializadas no mercado. Estas incluem actividades como o trabalho doméstico, trabalho voluntário, agricultura de subsistência, habitação própria e serviços de utilidade pública. Por exemplo, normalmente assume-se que o valor dos serviços públicos é igual ao total da folha de pagamentos do serviço público. No entanto, isto pode não ser exacto e estes serviços poderiam ser avaliados de forma diferente se pudessem ser adquiridos no mercado.

Algumas actividades económicas, embora consideradas adicionais ao PIB real, utilizam efectivamente recursos para compensar outras actividades indesejáveis, como a criminalidade, as ameaças à segurança nacional e a poluição. O conceito de PIB não tem em conta estas variáveis numa base líquida.

O PIB pode não reflectir adequadamente a melhoria da qualidade dos bens. Por exemplo, o preço dos computadores pode baixar mesmo que a sua qualidade melhore, pelo que o PIB pode não reflectir o aumento real da produção de computadores. Do mesmo modo, a melhoria da qualidade dos cuidados médicos pode não se reflectir adequadamente no custo dos serviços médicos.

Rendimento Nacional

Dado que o PIB mede apenas o rendimento da produção interna, não inclui todas as fontes de rendimento da economia. Em consequência, os métodos-padrão das contas nacionais definem dois agregados de rendimento adicionais: o rendimento nacional bruto (RNB) e o rendimento nacional disponível bruto (RNDI).

O PIB mede o produto final produzido pelos residentes que trabalham na economia nacional. Ignora os rendimentos que os residentes auferem no estrangeiro. O RNB capta este rendimento estrangeiro. É igual ao PIB mais os rendimentos de factores recebidos do estrangeiro, que consistem principalmente nas seguintes rubricas :

- rendimentos de capital, tais como dividendos de investimentos estrangeiros e juros de empréstimos a não-residentes ;
- rendimentos do trabalho dos trabalhadores migrantes e sazonais ;
- rendimentos de propriedade e royalties.

É claro que, para equilibrar o quadro, se acrescentarmos estas rubricas, temos também de ter em conta os rendimentos que podem ser pagos a não-residentes por serviços prestados na nossa economia. Isto leva-nos ao conceito de **rendimento líquido** (Y_f), que é o montante ganho no estrangeiro pelos nossos residentes menos o montante pago a não residentes pelos seus serviços prestados na nossa economia durante o mesmo período. Assim :

$$GNI = Y + Y_f \quad (6)$$

em que RNB é o rendimento nacional bruto, Y é o PIB e Y_f é o rendimento do estrangeiro (líquido).

O rendimento total disponível dos residentes para consumir ou poupar é denominado rendimento disponível nacional bruto. É obtido adicionando as transferências correntes líquidas recebidas do estrangeiro (TR_f) ao rendimento nacional bruto :

$$GNDI = GNI + TR_f \quad (7)$$

em que $GNDI$ é o rendimento disponível nacional bruto, GNI é o rendimento nacional bruto e TR_f são as transferências líquidas do estrangeiro.

Poupança nacional

A poupança nacional bruta (S) é definida como a diferença entre o rendimento disponível nacional bruto e o consumo final (C). Assim :

$$S = GNDI - C \quad (8)$$

em que S é a poupança nacional bruta, $GNDI$ é o rendimento disponível nacional bruto, C é o consumo final.

Outro agregado por vezes utilizado é a poupança interna bruta, que é definida como o PIB menos o consumo.

Investimento

O investimento é definido como o valor dos bens duradouros adquiridos pelas unidades de produção para serem utilizados durante pelo menos um ano no seu processo de produção.

$$I = \text{formação bruta de capital fixo} + DSt \quad (9)$$

onde I é investimento, a $FBCF$ é formação bruta de capital fixo e DSt é variação stocks.

Valorização dos Agregados Macroeconómicos

PIB real e nominal

O PIB real, também conhecido como PIB a preços constantes, mede o valor do produto na economia em relação aos preços de um determinado ano de referência (o ano de base). É a medida de rendimento real mais amplamente utilizada. A variação do PIB real mede o crescimento real da produção.

O PIB nominal mede o valor da produção na economia a preços correntes. As variações do PIB nominal ao longo do tempo reflectem, por conseguinte, tanto as variações de preços como as variações do volume da produção. O **PIB per capita** é o PIB nominal total de um país dividido pelo número de habitantes.

O cálculo a preços constantes pode ser feito de duas formas: *deflacionando* o valor a preços correntes por um índice de preços apropriado ou multiplicando o valor corrente do ano-base por um índice de volume¹⁴.

Para captar apenas a variação no volume da produção, que dá uma imagem mais precisa da produção, os economistas *deflacionam* o PIB nominal por um índice geral de preços, o deflator do PIB. O resultado é um PIB real.

O PIB nominal, o PIB real e o deflator do PIB estão ligados pelas seguintes relações

A equação (10) expressa como uma taxa de variação dá

$$(1 + y) = (1 + ry)(1 + rr) \quad (11)$$

em que y representa a taxa de variação do PIB nominal; ry a taxa de variação do PIB real; e a taxa de inflação, medida pela variação do deflator do PIB¹⁵.

Valor a preços de mercado, a custo de factores

O PIB é normalmente avaliado a preços de mercado, ou seja, a preços no consumidor. No entanto, se estamos interessados na remuneração dos vários agentes produtivos, é mais significativo considerar os preços no produtor, também conhecidos como valores ao custo dos factores.

Stocks e fluxos

No estudo de qualquer economia, os conceitos de stocks e fluxos devem ser considerados, a fim de se obter uma visão completa da economia.

¹⁴ Exemplo: se o PIB aumentou 21% a preços correntes e o índice de preços (deflator) 10%, o aumento do volume do PIB (em termos reais) é obtido dividindo 121 (índice 100 no período de base mais 21) por 110 (100 mais 10) e multiplicando o quociente (1,1) por 100 para exprimir o resultado como um índice. O resultado é um índice de volume de 110, indicando um crescimento de volume do PIB de 10% (100 mais 10).

¹⁵ O **deflator do PIB** é um índice que mede o nível médio de preços do produto de uma economia em relação ao ano-base. O índice tem normalmente um valor anual de base de 100. Assim, a variação percentual do deflator do PIB mede a taxa média de crescimento dos preços de todos os bens e serviços de uma economia.

Os fluxos representam transacções que se realizam num determinado período de tempo, enquanto que um stock é uma quantidade que existe num determinado momento.

Classificação dos agentes

O Sistema de Contas Nacionais classifica os agentes económicos de acordo com dois critérios complementares: o critério funcional e o critério institucional.

Classificação funcional: agentes económicos como produtores

Esta classificação serve de enquadramento para o estudo das operações económicas relacionadas com a produção. Os agentes são classificados por indústrias mercantis e não mercantis. O critério de distinção entre estes dois tipos de actividade é a produção e venda no mercado de bens e serviços mercantis, ou seja, bens e serviços vendidos a um preço fixado de forma a cobrir os custos de produção.

As indústrias do SCN estão agrupadas em oito grandes sectores:

- 1- Agricultura, caça, silvicultura e pesca
- 2- Indústrias
- 3- Electricidade, gás e água
- 4- Edifícios e obras públicas
- 5- Comércio, restaurantes e hotéis
- 6- Transporte e comunicações
- 7- Bancos, seguros e imobiliária
- 8- Serviços.

Classificação institucional: sectores institucionais

Esta classificação serve de enquadramento para o estudo dos agentes, que são considerados centros de decisão para as receitas e despesas correntes e de capital. Com efeito, são as unidades institucionais que recolhem e gastam os rendimentos, possuem e gerem todas as formas de propriedade.

Existem cinco (5) sectores institucionais, aos quais se pode acrescentar um sexto fictício, o resto do mundo:

- sociedades não financeiras e quase-sociedades ;
- instituições financeiras ;
- administrações públicas ;
- instituições sem fins lucrativos (INP) ao serviço das famílias ;
- famílias e empresários individuais.

Classificação das operações

O SCN regista as transacções em quatro contas principais :

- a conta de produção, que regista as operações relativas ao PIB e às suas utilizações ;
- a conta de consumo, que regista as transacções relativas ao rendimento disponível (ou seja, o rendimento nacional após impostos) e a sua afectação ;
- a conta de acumulação, que regista as operações relacionadas com o

- financiamento da acumulação de capital ;
- a conta do resto do mundo, que regista as transacções correntes e de capital com o mundo exterior.

Quadro de Recursos e Emprego (RESE)

Este é o novo nome da tabela de entradas-saídas (IOT), de acordo com a versão de 1993 do SNA. Descreve a seguinte equação contabilística básica numa base produto por produto :

$$Y + M + \text{Margens} + T = CI + CFm + CFnm + FBCF + X + DSt \quad (12)$$

onde *Y* é produção, *M* é importação, *T* é imposto líquido sobre os produtos, *CI* é consumo intermédio, *CFm* é consumo final de mercado, *CFnm* é consumo final não mercantil, *FBCF* é formação bruta de capital fixo, *X* é exportação e *DSt* é variação de stocks.

De acordo com o SCN, a produção é definida pela actividade da unidade produtora. Assim, "As indústrias de mercado são constituídas por estabelecimentos cujos principais recursos provêm da venda de bens ou serviços num mercado; as indústrias não mercantis prestam serviços colectivos que não vendem.

Consumo intermédio são todos os bens incorporados ou serviços que entram no processo de produção (matérias-primas, fornecimentos, transportes, manutenção, serviços de contabilidade, serviços informáticos, etc.).

O consumo final das administrações públicas abrange todas as despesas correntes, excluindo juros, transferências e subsídios.

O consumo final das famílias diz respeito a todas as aquisições de bens e serviços pelas famílias, excepto para a construção, que é classificada como formação bruta de capital fixo. A isto há que acrescentar o autoconsumo.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) é a soma do investimento líquido e das amortizações. Que :

$$\text{Formação bruta de capital fixo} = Em + A \quad (13)$$

onde *FBCF* representa a formação bruta de capital fixo, *Em* investimento líquido e *A* depreciação.

$$I = FBCF + DSt \quad (14)$$

Onde *I* é investimento, a *FBCF* é formação bruta de capital fixo e *DSt* é variação de existências.

A alteração de inventário é a diferença entre o inventário no final do ano e o inventário no início do ano.

Os impostos sobre os produtos são impostos sobre o valor acrescentado, impostos sobre o volume de negócios, impostos sobre serviços e direitos e impostos de importação, aos quais são deduzidos os subsídios às necessidades básicas¹⁶.

¹⁶ Na prática, e para simplificar a apresentação das suas contas, alguns países valorizam a produção incluindo todos os impostos, de modo a que apenas os direitos e impostos sobre as importações sejam considerados como impostos sobre os produtos.

ANEXO 4: QUADRO CONCEPTUAL DA BALANÇA DE PAGAMENTOS

Definições e convenções

A balança de pagamentos é um balanço estatístico que resume sistematicamente, para um determinado período, as transacções de uma economia com o resto do mundo. Estas transacções são as que envolvem bens, serviços e rendimentos; as que dão origem a créditos financeiros ou passivos financeiros para o resto do mundo; e as consideradas como transferências não correspondidas.

Uma transacção é definida como um fluxo resultante da criação, transformação, troca, transferência ou extinção de valor económico que envolva a transferência de propriedade de bens ou activos financeiros, a prestação de serviços ou o fornecimento de mão-de-obra e capital.

O conceito de residência: a residência é determinada pelo centro de interesse económico das unidades e não pela sua nacionalidade. Os principais casos a considerar são os seguintes:

As empresas são consideradas residentes no país em que exercem as suas actividades, desde que tenham pelo menos um estabelecimento no território desse país e tencionem explorá-lo por um período indeterminado. Consequentemente, as filiais de empresas estrangeiras são consideradas como residentes no país em que exercem as suas actividades.

Os indivíduos que vivem num país são considerados residentes desse país, a menos que a duração da sua estadia seja inferior a um ano. Entre os não residentes contam-se visitantes (turistas, tripulações de navios ou aviões, trabalhadores sazonais, etc.), trabalhadores fronteiriços (que são considerados residentes do país em que vivem), bem como diplomatas, oficiais consulares, membros das forças armadas e estudantes estrangeiros, independentemente da duração da sua estadia no país em questão.

As administrações públicas, tais como embaixadas, consulados e estabelecimentos militares no estrangeiro, bem como todos os órgãos da administração central, regional e local do país que elabora a sua balança de pagamentos, são considerados como residentes no país de origem.

Princípios contabilísticos: a convenção de base aplicada para o estabelecimento da balança de pagamentos é a do registo de partidas dobradas, segundo a qual cada operação deve dar origem a duas entradas de montantes iguais, uma do lado do crédito (receitas) e outra do lado do débito (despesas). Existe, no entanto, uma categoria de transacções que corresponde a apenas um fluxo: trata-se de transferências não correspondidas recebidas do estrangeiro ou efectuadas no estrangeiro pelo país. Em geral, todas as transferências não correspondidas darão origem a uma entrada simétrica, quer em transferências correntes, quer em transferências de capital.

As transacções são classificadas em duas grandes categorias, nomeadamente transacções reais (envolvendo bens, serviços, rendimentos e transferências correntes) e transacções financeiras (variações no nível de activos e passivos financeiros). As operações reais são registadas na conta corrente da balança de pagamentos e as operações financeiras são registadas na conta de capital e na conta financeira.

Período e calendário de registo: A compilação de dados da balança de pagamentos anual é prática corrente. As transacções são registadas na data da transferência legal de propriedade, com base na periodização dos rendimentos, ou seja, na data em que o pagamento é devido e não na data em que o pagamento é efectuado.

Avaliação: As transacções devem ser avaliadas ao preço de mercado, que é o preço de uma troca específica entre um comprador e um vendedor dispostos a isso, independentes um do outro.

Apresentação geral da balança de pagamentos

As transacções na balança de pagamentos são ordenadas de acordo com uma estrutura contabilística consistente: esta é a apresentação padrão na qual todas as quantias de débito e crédito são quantias brutas. A apresentação analítica, por outro lado, é um resumo da versão completa da balança de pagamentos padrão e destina-se a destacar os saldos relevantes em termos de política.

Apresentação standard: a conta corrente (conta corrente) abrange as transacções de bens, serviços, rendimentos e transferências correntes. As transacções de mercadorias referem-se à circulação de mercadorias (exportações e importações) que estão sujeitas a uma transferência de propriedade. Serviços agrupar várias categorias, tais como seguros, transportes, viagens, etc. O rendimento é o relacionado com a remuneração do

trabalho ou dos activos e passivos financeiros externos. As transferências correntes incluem as transferências públicas e privadas não correspondidas em dinheiro e em espécie, excluindo as transferências de capital.

A conta de capital e financeira tem duas componentes, nomeadamente a conta de capital e a conta financeira.

A conta de capital consiste em transferências de capital que envolvem a transferência de propriedade de um activo fixo e aquisições e alienações de activos não financeiros não produzidos relacionados com activos intangíveis, tais como patentes, marcas registadas ou terrenos e edifícios.

A conta financeira, por seu lado, compreende quatro rubricas principais, a saber :

Investimentos directos: são investimentos que uma entidade não residente faz para adquirir uma participação duradoura numa empresa residente e vice-versa. Incluem não só a transacção inicial (capital social), mas também todas as transacções subsequentes entre empresas associadas (lucros reinvestidos, contracção e concessão de empréstimos). O conceito de interesse duradouro implica que existe uma relação de longo prazo entre o investidor e a empresa e que o investidor tem uma influência na gestão da empresa. O critério utilizado a este respeito é que o investidor directo deve deter pelo menos 10% das acções ou dos direitos de voto na empresa em que investe;

Investimento de carteira: inclui acções e títulos de dívida, subdividindo-se estes últimos em obrigações e outros instrumentos de dívida, instrumentos do mercado monetário e derivados. O investidor em carteira deve deter menos de 10% do capital social da empresa em que investe ;

outros investimentos: incluem créditos comerciais, empréstimos a curto e longo prazo (incluindo a utilização de créditos e empréstimos do FMI) , numerário e depósitos e outros activos e passivos;

por último, os activos de reserva: cobrem activos que estão imediatamente à disposição e sob o controlo das Autoridades Monetárias e que lhes permitem satisfazer as necessidades de financiamento da balança de pagamentos (activos em divisas, ouro monetário e posição de reserva no FMI).

Note-se que a balança de pagamentos regista alterações nos activos de reserva que são atribuíveis a transacções, mas não as devidas à taxa de câmbio e ao preço. As alterações devidas a movimentos de preços e taxas de câmbio são tidas em conta na Posição de Investimento Internacional.

Apresentação analítica: baseia-se na apresentação padrão. A sua principal vantagem é que apresenta equilíbrios significativos, que são particularmente úteis para a análise económica. A balança de pagamentos pode apresentar um excedente ou um défice quando se distinguem dois subgrupos de operações externas e se traça uma linha imaginária (saldo) entre estes dois subgrupos.

Um dos principais objectivos da balança de pagamentos consiste em evidenciar um desequilíbrio externo que tem de ser corrigido. Os saldos mais relevantes são os da balança comercial, do saldo da balança corrente e do saldo global. O saldo global é um indicador importante: em caso de défice, é geralmente financiado por uma diminuição dos activos externos líquidos, excepto no caso de financiamento excepcional.

O financiamento excepcional pode assumir várias formas:

reescalamento das obrigações da dívida externa: trata-se de substituir um contrato existente por outro contrato que atrasa o vencimento dos pagamentos do serviço da dívida ;

perdão da dívida: é a anulação voluntária, por um credor, da totalidade ou de parte de uma dívida ou do serviço da dívida;

Conversões da dívida em capital: trata-se de transacções em que o investidor não residente troca, normalmente com desconto, os créditos sobre um país por acções nas empresas desse país ;

pagamentos em atraso do serviço da dívida: representam o não pagamento de juros e/ou capital em dívida e não pagos.

Na apresentação analítica, há um item especial logo acima do balancete, o item para erros e omissões (líquido). As contas da balança de pagamentos nunca são perfeitamente equilibradas, quer porque os dados provêm de fontes diferentes e por vezes incoerentes, quer porque a cobertura do saldo é incompleta ou imprecisa. Assim, a rubrica "erros e omissões" reflecte erros que possam ter sido cometidos na estimativa das transacções ou por omissão de transacções que deveriam ter sido registadas. Uma vez que os erros em sentido contrário se podem compensar mutuamente, uma pequena rubrica de erros e omissões não é necessariamente

um bom indicador da exactidão da balança de pagamentos. Por outro lado, uma grande discrepância dificulta a análise da balança de pagamentos de um país.

Contas da balança de pagamentos

Conta corrente

O saldo da balança corrente é um dos indicadores utilizados para avaliar a posição externa de uma economia. Mostra o resultado de todas as operações externas não financeiras (acima do saldo corrente) e a sua contrapartida financeira (abaixo do saldo corrente). Este saldo é igual à diferença entre os montantes creditados e debitados das rubricas de bens, serviços, rendimentos e transferências correntes.

A balança comercial :

é a diferença entre exportações e importações de bens em valor fob. Os bens abrangem a maior parte dos bens móveis que os residentes exportam ou importam de não residentes e que, com algumas excepções, estão sujeitos a uma transferência de propriedade. Incluem-se as mercadorias adquiridas por transportadoras em portos e aeroportos, as mercadorias importadas ou exportadas para transformação, as reparações de mercadorias e o ouro não monetário. As variações no valor das exportações e importações devem-se quer a variações de preço quer a variações de volume. Um conceito fundamental na análise das variações da balança comercial são os termos de troca, definidos como o rácio entre os preços de exportação e os preços de importação e geralmente expressos como um índice :

$$\text{Termos de troca} = P_x/P_m \text{ (15)}$$

em que P_x é o índice de preços para todas as exportações e P_m é o índice de preços para todas as importações, expresso na mesma moeda que os preços no índice de preços de exportação.

Os termos de troca²⁰ são um indicador do poder de compra das exportações, que, por sua vez, influencia a produção e o rendimento interno. Outro indicador - a taxa de câmbio efectiva real (ver Anexo 8) - que está mais orientado para medir a competitividade das economias, é também calculado pelos Serviços Bancários.

A balança de serviços:

as transacções de serviços formam um grupo heterogéneo composto por onze categorias diferentes (de acordo com o Quinto Manual), sendo as principais os serviços de transporte, viagens e outros serviços empresariais, bem como os serviços de seguros.

O saldo dos rendimentos

inclui tanto os rendimentos do trabalho como os rendimentos do investimento. Para um país, os rendimentos do trabalho a débito são os salários pagos aos trabalhadores não residentes pelos residentes e, do lado do crédito, os salários recebidos pelos seus residentes que trabalham para não-residentes. Os rendimentos de investimento incluem as receitas da detenção de activos financeiros externos e os pagamentos efectuados a título de passivos financeiros externos. Os elementos importantes do lado do crédito são os juros ganhos em reservas cambiais e os juros recebidos sobre empréstimos, e do lado do débito os juros e dividendos pagos a investidores não-residentes. Para os países endividados, os pagamentos de juros da dívida externa são também uma importante rubrica de débito do lado do rendimento.

O saldo das transferências correntes

subdivide-se em transferências das administrações públicas, que são decididas pelos países doadores, e transferências do sector privado, que consistem principalmente em remessas de trabalhadores.

$$C/C = Xbs - Mbs + RFn + TRn \quad (16)$$

em que C/C representa o saldo da balança corrente, Xbs as exportações de mercadorias e serviços; Mbs importações de bens e serviços; RFn rendimento líquido dos factores da conta de rendimentos e TRn transferências correntes líquidas da conta de transferências correntes.

Conta e Reservas de Capital e Transacções Financeiras

O défice da balança corrente pode ser financiado por um aumento dos passivos externos ou por uma diminuição dos activos externos, ou por uma combinação de ambos. Estes fluxos financeiros são registados na conta de capital e financeira da balança de pagamentos. Esta conta regista, por um lado, o financiamento não monetário, que é igual à soma das operações de capital, do investimento directo estrangeiro e das necessidades líquidas de financiamento externo; e, por outro lado, o financiamento monetário, que é constituído pelas variações das reservas. A sua soma é igual ao saldo da conta corrente. Como resultado, a balança corrente é sempre contrabalançada por uma variação dos activos líquidos sobre o resto do mundo, ou seja, a variação dos activos externos líquidos das entidades não bancárias (financiamento não monetário) e a variação dos activos externos líquidos do sistema bancário (financiamento monetário).

ANEXO 5: QUADRO CONCEPTUAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Devido ao importante papel do governo na maioria das economias e à natureza especial das suas actividades, a análise das estatísticas das finanças públicas desempenha um papel importante no desenvolvimento do quadro macroeconómico. As estatísticas das finanças públicas são utilizadas na análise dos seguintes aspectos :

- a dimensão do sector público e a sua contribuição para a procura agregada, o investimento e a poupança;
- o impacto da política fiscal e orçamental sobre (i) a situação económica, em especial sobre a utilização dos recursos, as condições monetárias e a dívida nacional; (ii) a taxa de imposto (carga fiscal) e a protecção pautal; e (iii) o sistema de protecção social;
- a avaliação da eficácia das despesas de combate à pobreza, da sustentabilidade das políticas orçamentais, da situação da dívida, do património líquido dos activos das administrações públicas e do montante dos créditos contingentes do Estado, incluindo as responsabilidades com pensões da segurança social.

Distinguem-se de dois outros sistemas de dados, nomeadamente a Contabilidade Pública (mantida pelos agentes executivos das administrações públicas para efeitos de controlo e responsabilidade financeira) e a Contabilidade Nacional (análise integrada da economia como um todo), mas continuam a ser interdependentes.

O sector das administrações públicas acompanha as actividades das administrações públicas e a sua influência sobre a economia no seu conjunto ou sobre sectores específicos.

Em termos gerais, o quadro coerente para a análise da política financeira das administrações públicas é o Quadro de Operações Financeiras do Estado (TOFE). O presente documento traça as receitas e despesas públicas, bem como os meios de financiamento do défice orçamental. Permite medir a influência das finanças públicas sobre os sectores real, monetário e externo e, conseqüentemente, identificar as medidas susceptíveis de orientar a evolução económica.

Após a definição de alguns conceitos-chave das finanças públicas, será feita uma descrição pormenorizada do enquadramento das finanças públicas na programação monetária, antes de se discutir as técnicas de estimativa e projecção das principais rubricas da TOFE.

Recordar os principais conceitos de finanças públicas

Âmbito de actividade das administrações públicas

Definição das unidades institucionais das administrações públicas

Trata-se de unidades institucionais que desempenham funções de administração pública como sua principal actividade. Isto significa que exercem poder legislativo, judicial ou executivo sobre outras unidades institucionais num determinado território, assumem a responsabilidade de fornecer bens e serviços não mercantis à comunidade ou às famílias, redistribuem rendimentos e riqueza através de transferências e financiam as suas actividades, directa ou indirectamente, principalmente através de impostos e outras imposições obrigatórias de outros sectores. Todas as unidades das administrações públicas fazem parte do sector das administrações públicas.

Actividades das UFAs e outras unidades institucionais

É importante fazer uma distinção clara entre o sector das administrações públicas e os outros sectores, uma vez que estes sectores desempenham um papel fundamental na área da política orçamental. O Caixaxxx resume estas diferenças.

Caixa 5: Distinção entre as administrações públicas e outras unidades institucionais

Outras unidades institucionais	Administração Pública
Empresas públicas não financeiras	Todas as actividades industriais ou comerciais das administrações públicas, excepto as exercidas por unidades não constituídas em sociedade e destinadas a outras unidades das administrações públicas, ou de pequena escala, são classificadas no sector das empresas públicas não financeiras e não no sector das administrações públicas.
Instituições Financeiras	As funções específicas do sector das instituições financeiras não são exercidas no sector das administrações públicas. Todas as funções das Autoridades Monetárias, bem como todas as actividades do subsector dos bancos criadores de moeda, são consideradas como não pertencentes ao sector das administrações públicas. Em contrapartida, os regimes de segurança social são classificados no sector das administrações públicas.
Instituições privadas sem fins lucrativos	A definição destas instituições baseia-se essencialmente no seu modo de financiamento e de controlo. O financiamento público pode assumir a forma de transferências ou medidas que permitam a estas organizações cobrar taxas de adesão e cobrar pelos seus serviços um preço que não cubra integralmente os custos operacionais, enquanto o controlo governamental pode ser exercido através da definição de políticas, programas e actividades, bem como das regras de funcionamento das organizações (hospitais, universidades e organizações de assistência social).

Composição do sector das administrações públicas

Em resumo, pode dizer-se que, dependendo da natureza das operações que efectuam, as administrações públicas são constituídas pelas seguintes unidades :

- os ramos não mercantis das suas diferentes secções, departamentos ou organismos de execução ;
- regimes de segurança social que dizem respeito a uma parte significativa da comunidade e que são impostos, controlados ou financiados pelas administrações públicas ;
- os fundos de pensões dos funcionários públicos e das pessoas equiparadas cujas reservas são inteiramente investidas na administração empregadora ;
- uma gama limitada de actividades industriais ou comerciais, realizadas por unidades não constituídas em sociedade, incluindo funções acessórias para satisfazer as necessidades das administrações públicas ou as funções de unidades que vendem apenas em pequena escala ao público ;
- um conjunto limitado de organismos financeiros que incluem instituições de crédito que recebem todos os seus fundos das administrações públicas e instituições de poupança cujos recursos são automaticamente cobrados pelas administrações públicas ;
- outras instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias ou das empresas industriais e comerciais, total ou principalmente financiadas e controladas pelas autoridades públicas, ou cuja principal função seja a prestação de serviços às administrações públicas ;
- as operações internas de todas as autoridades supranacionais com poderes para cobrar impostos no território de mais do que um país.

Além disso, o sector das administrações públicas está dividido em vários sub- sectores que são :

- o núcleo da administração pública ;
- os Estados de uma federação, de governos provinciais ou regionais;
- governos locais ;
- qualquer autoridade supranacional que possa cobrar impostos e realizar despesas públicas no território nacional.

Sector público e sector público não financeiro

Sector Público

Inclui o sector das administrações públicas mais as unidades sob o seu controlo que desenvolvem principalmente actividades de carácter comercial; estas unidades são geralmente referidas como empresas públicas ou empresas comerciais públicas. Existem quatro grupos principais de empresas públicas:

Sociedades públicas não financeiras: todas as empresas não financeiras residentes controladas pelo Estado.

Sociedades financeiras não monetárias das administrações públicas: todas as sociedades financeiras residentes controladas pelas administrações públicas, excepto o banco central e outras instituições públicas de recepção de depósitos.

Sociedades monetárias das administrações públicas que não o banco central: todas as instituições residentes que recebem depósitos, excepto o banco central, controladas por unidades das administrações públicas.

Banco central: inclui o banco **central** propriamente dito e a instituição emissora ou autoridade monetária autónoma que emite moeda nacional totalmente coberta por reservas cambiais, bem como outros organismos sob supervisão administrativa que formam unidades institucionais distintas e que realizam principalmente operações do banco central.

Sector público não financeiro

Inclui todas as administrações públicas e empresas públicas não financeiras e quase-sociedades. Este conceito não se baseia em critérios de finalidade ou função, mas na distinção entre propriedade privada e pública e/ou controlo, uma vez que a influência das autoridades públicas na economia é também exercida através das empresas que possuem e/ou controlam e que podem utilizar como instrumento para a execução das políticas governamentais.

Orçamento de Estado: definições e conceitos-chave

Definição do conceito de orçamento de Estado

O "orçamento do Estado" é o conjunto de contas que descreve a afectação de todos os recursos e utilizações permanentes do Estado durante um período de tempo definido, geralmente um ano". O orçamento do Estado determina assim, de acordo com a "lei de finanças" aprovada, a natureza, o montante e as diversas dotações, numa preocupação permanente de equilíbrio financeiro e económico, de todas as despesas e receitas de uma nação.

Lei das Finanças (PLF) - Lei das Finanças Iniciais (LFI)

A lei das finanças é um acto jurídico e político. É aprovada pelo Parlamento antes do início de cada ano e prevê as despesas e receitas do Estado durante um ano.

A lei de finanças (PLF) apresentada ao Parlamento inclui um conjunto de contas: o orçamento geral, os orçamentos suplementares e as contas especiais.

A lei de finanças inicial (LFI) é a lei que prevê e autoriza, para cada ano civil, a totalidade dos recursos e encargos do Estado.

Lei de finanças rectificativa (LFR)

É a lei que permite alterar as disposições da lei de finanças inicial (LFI) durante o ano, nomeadamente no que diz respeito aos limites máximos das despesas do orçamento do Estado e aos dados gerais sobre o equilíbrio orçamental. É apresentado total ou parcialmente na mesma forma que a Lei das Finanças para o exercício e torna obrigatória a apresentação ao Parlamento, para ratificação, de todas as dotações efectuadas por decreto de adiantamento que, em caso de urgência, autoriza a superação do montante das dotações restritivas previstas no AIE. Devem ser anexados documentos que justifiquem ou pormenorizem as disposições contidas na AIE (por exemplo, um relatório que apresente as alterações da situação económica e orçamental).

Lei da Liquidação

A lei de liquidação é uma lei do tipo Lei das Finanças que, no final de cada exercício orçamental, estabelece o montante final das despesas e receitas do Estado, ratifica as operações regulamentares que afectaram a execução do orçamento, fixa o resultado orçamental e descreve as operações de tesouraria. Pode incluir disposições em matéria de informação e controlo das finanças públicas, contabilidade e responsabilidade do pessoal.

Princípios orçamentais

A apresentação do orçamento do Estado deve respeitar cinco grandes princípios do direito orçamental clássico:

- *O princípio da anualidade* significa que o orçamento do Estado deve ser votado anualmente (anualidade da votação do orçamento e da autorização de cobrança de impostos).
- *O princípio da unicidade*, que exige, por um lado, que o orçamento do Estado seja estabelecido num único documento, a lei do orçamento (regra da unicidade); por outro lado, que a lei do orçamento deve prever e autorizar todas as receitas e despesas do Estado (regra da exaustividade).
- *O princípio da universalidade*, segundo o qual todas as receitas cobrem todas as despesas. Está dividida em duas regras: a regra de não compensação, que proíbe a compensação de despesas e receitas; e a regra de não afectação, que proíbe a afectação de receitas a uma rubrica específica de despesas.
- *O princípio da especialidade* torna necessário indicar com precisão o montante e a natureza das operações previstas na Lei das Finanças, o que implica uma nomenclatura orçamental adequada.
- *O princípio da equidade* implica que as informações financeiras fornecidas pelo Estado sejam completas, coerentes e exactas.

Processo de execução orçamental

O processo orçamental consiste em quatro fases principais: preparação, revisão e votação do orçamento, execução orçamental, controlo orçamental e auditoria.

- O procedimento de execução orçamental é realizado em quatro fases: autorização, validação, autorização e pagamento.
- O compromisso é o acto pelo qual o Estado se obriga perante um fornecedor a pagar-lhe por bens e serviços. Esta fase materializa-se através da emissão de uma ordem de compra e do bloqueio do crédito.
- A liquidação é a fase de determinação do montante exacto da factura após a certificação do serviço prestado.
- A autorização é o acto pelo qual, após ter liquidado os créditos de um credor, o controlador dá instruções ao tesoureiro para pagar a partir da caixa registadora. Esta fase é também chamada fase de atribuição.
- O pagamento é a fase em que o dinheiro é efectivamente emitido após o contabilista ter verificado a regularidade das operações (atribuição correcta do orçamento).

Contabilização dos dados relativos às finanças públicas

O princípio geral das estatísticas das finanças públicas é que as receitas e pagamentos não mercantis e não reembolsáveis são expressos em termos brutos. As principais excepções a este princípio são :

- transacções relacionadas com actividades de mercado com custos identificáveis ;
- sobrepagamentos fiscais e sobrepagamentos por parte das administrações públicas ;
- operações reembolsáveis.

Este princípio permite uma apresentação mais clara e transparente dos dados. As operações devem ser registadas no período em que são realizadas, e não no exercício em que são autorizadas.

As transacções são registadas numa base de caixa ou de passivo: até recentemente, as estatísticas sobre as receitas e despesas das administrações públicas tinham de ser compiladas numa base de caixa, dado que esta base permite uma melhor medição do impacto global das administrações públicas sobre as contas monetárias e sobre o resto da economia. Recentemente, contudo, tem-se verificado uma tendência para a revisão deste princípio e recomenda-se que os dados sejam registados com base no princípio da especialização dos exercícios. Tal deve-se ao facto de os dados baseados na caixa não permitirem a indicação dos pagamentos em atraso.

Apenas as receitas efectivamente recebidas são registadas nas contas.

Quadro para a análise das finanças públicas

As administrações públicas e as empresas públicas efectuam um grande número de transacções. A fim de facilitar a avaliação do seu impacto na economia, estas operações devem ser estabelecidas num quadro que permita a sua síntese e análise. Os agregados das finanças públicas e os saldos contabilísticos calculados são instrumentos quantitativos importantes, uma vez que fornecem uma medida sumária de certos fluxos e stocks registados no sistema das finanças públicas.

A natureza da operação é o principal critério utilizado para agrupar as actividades das administrações públicas, a fim de estabelecer agregados significativos.

Os critérios utilizados para determinar os grandes agregados em que serão classificadas todas as operações governamentais baseiam-se na natureza dessas operações. Estes são :

- *Receitas e desembolsos*: refere-se ao facto de as transacções resultarem em entradas ou saídas de caixa para as administrações públicas. Todas as operações são tratadas numa base bruta ;
- *operações não amortizáveis e reembolsáveis*: uma entrada ou saída de caixa é reembolsável quando é compensada por um compromisso contratual com um prazo fixo. As operações reembolsáveis criam ou extinguem um direito de reembolso;
- *Operações com e sem contraparte*: uma operação de entrada ou saída não reembolsável é uma operação com uma contraparte quando existe um fluxo correspondente de bens ou serviços no sentido oposto. Caso contrário, fica sem contraparte ;
- *transacções correntes e de capital*: as transacções de capital não reembolsável são aquelas para as quais são efectuados ou recebidos pagamentos para a aquisição, construção ou venda de activos não financeiros destinados a serem utilizados durante mais de um ano no processo de produção; as outras transacções são transacções correntes ;
- *activos e passivos financeiros*: entre as transacções reembolsáveis em créditos, é feita uma distinção entre as que correspondem a responsabilidades para com as administrações públicas e as que representam responsabilidades das administrações públicas para com terceiros. Na gestão das suas responsabilidades, as administrações públicas são motivadas por razões de gestão de liquidez, uma vez que podem ter acesso directo ao crédito do Banco Central. Por outro lado, na gestão dos seus activos, são frequentemente motivados por objectivos de política geral e não pela necessidade de tornar os seus activos rentáveis para cobrir os seus passivos ;
- *variação nos saldos de caixa*: as variações nos saldos de caixa e depósitos detidos pelas administrações públicas devem ser incluídas em qualquer quadro analítico que capte plenamente a relação entre entradas e saídas de caixa. A alteração nos saldos de caixa entre o

início e o fim de um período, desde que não resulte de revalorizações, é igual à soma algébrica de todas as entradas e saídas de caixa durante o período. Esta variação é, na realidade, uma das fontes de financiamento do saldo orçamental;

- *operações acima/abaixo da linha*: esta classificação corresponde à distinção feita entre as operações que determinam o saldo (excedente ou défice) e as que financiam o saldo. As operações que determinam o saldo são todas operações não reembolsáveis (receitas, subvenções e despesas) e empréstimos líquidos. As operações que financiam o saldo são todas operações reembolsáveis, excepto os empréstimos líquidos (financiamento interno e externo).

Estrutura da TOFE

Princípios contabilísticos

A TOFE regista: (i) as receitas efectivamente recebidas¹⁷; (ii) todas as despesas efectuadas durante um ano, quer se relacionem ou não com o ano em curso (princípio de gestão). As despesas são contabilizadas quer na fase de autorização quer na fase de pagamento (caso do Gabão). Este princípio de registo resulta na definição dos conceitos de pagamentos em atraso e de despesas extra-orçamentais.

Os pagamentos em atraso ocorrem quando uma despesa incorrida ou autorizada não foi paga durante o ano fiscal.

As despesas extra-orçamentais são definidas como despesas para as quais não existe a provisão orçamental correspondente e que, por conseguinte, não seguiram o procedimento normal de execução orçamental¹⁸. A comparação, no final do exercício, das declarações do Tesouro e da Direcção de Autorização permite identificar as despesas que seguiram o procedimento de execução regular e as que foram objecto de pagamentos antecipados e, portanto, isolar as despesas extra-orçamentais.

Tópicos TOFE

O TOFE está subdividido em três partes principais: receitas e subsídios, despesas e empréstimos líquidos, e financiamento.

As receitas e os subsídios são receitas não reembolsáveis, não correspondendo a receitas de imposições obrigatórias (tais como impostos) e não reembolsáveis, correspondendo a receitas (tais como rendimentos de propriedade e activos, direitos diversos e royalties) não recebidas de outras administrações públicas, nacionais ou estrangeiras, ou de organizações internacionais. São classificadas de acordo com a natureza da sua base tributável (receitas fiscais), a natureza das receitas que representam (receitas não fiscais) e o tipo de bens de equipamento vendidos (receitas de capital).

As subvenções incluem todas as receitas não reembolsáveis e não reembolsadas de pagamentos não obrigatórios de outros governos.

As despesas e empréstimos líquidos são definitivos, ou seja, não reembolsáveis¹⁹. São repartidos em despesas correntes e de capital e em empréstimos líquidos.

As despesas correntes incluem salários e vencimentos, outras despesas operacionais (materiais e outras), subsídios e transferências e juros devidos sobre a dívida externa e interna.

As despesas de capital ou de investimento são pagamentos efectuados para a aquisição de activos de capital fixo, existências estratégicas ou de emergência, terrenos ou activos incorpóreos, ou pagamentos que não sejam em numerário, para permitir aos beneficiários adquirir activos de capital, para os compensar por

¹⁷ Os erros são frequentemente cometidos a este nível. Deve assegurar-se que as receitas são registadas na fase de recepção efectiva e não na fase de emissão, que é simplesmente a notificação de um crédito a favor do Estado.

¹⁸ Devem ser distinguidas das despesas que foram objecto de pagamentos antecipados e que são suites regularizadas.

¹⁹ Os pagamentos que afetam o valor dos ativos financeiros do Estado são, portanto, excluídos das despesas.

perdas ou danos nos seus activos de capital, ou para aumentar o seu capital financeiro²⁰. São classificados em função da sua fonte de financiamento (recursos próprios ou recursos externos).

Empréstimos líquidos (empréstimos menos recuperações) designam desembolsos reais das administrações públicas que dão origem a reivindicações financeiras de terceiros ou a investimentos de capital em empresas e instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, BAD, etc.), menos recuperações em empréstimos, vendas de ações e reembolsos de contribuições de capital.

Operações de financiamento são classificados de acordo com a fonte dos fundos obtidos para cobrir o déficit global (externo / interno, bancário / não bancário). Mostra as outras operações reembolsáveis das administrações públicas, pelas quais eles contratam compromissos com terceiros ou adquirem créditos sobre eles para gerenciar sua liquidez, a liquidação dessas obrigações ou a liquidação dessas reivindicações e, finalmente, a variação líquida dos ativos que essas administrações detêm na forma de dinheiro ou depósitos.

Definição de saldos

Saldos TOFE

O saldo indica se as cobranças durante o período considerado permitem ao Estado alcançar seus objetivos de política econômica ou em que medida deve recorrer aos ativos líquidos que acumulou no passado ou emitir títulos que terá que pagar no futuro. O saldo das finanças públicas também fornece uma primeira medida do impacto das operações estatais no resto da economia. É feita uma distinção entre operações que determinam o saldo (operações não reembolsáveis e empréstimos líquidos) e operações que financiam o saldo (operações reembolsáveis).

O saldo geral (base de compromisso) : representa a diferença entre a receita total e a despesa total. Em caso de déficit, expressa a parcela da despesa do Estado que excede suas receitas e que deve ser financiada pelo acúmulo de atrasados ou pelo recurso a empréstimos externos e / ou internos. Esse saldo é calculado com doações incluídas e excluindo doações.

O saldo geral (caixa ou caixa) : representa o saldo global (base de comprometimento) aumentado por reembolsos em atraso (variação negativa) ou reduzido pela quantidade de novos atrasados acumulados (variação positiva) durante o exercício.

Além disso, na análise macroeconômica, existem dois componentes do balanço público: o componente estrutural (denominado balanço estrutural) e o componente cíclico. O saldo cíclico é tradicionalmente calculado a partir das sensibilidades médias de gastos e receitas públicas para a posição da economia no ciclo econômico (hiato do produto ou hiato do produto). O saldo estrutural é então obtido subtraindo do saldo público o saldo cíclico assim construído.

Saldos gerenciais:

Economia no orçamento : representa o equilíbrio entre a receita própria do Estado (excluindo doações) e suas despesas correntes (excluindo juros sobre a dívida). Esse saldo permite avaliar a capacidade do Estado de cobrir suas despesas operacionais e, portanto, gerar um excedente para financiar suas despesas de investimento e o peso da dívida.

O saldo primário : representa o superávit ou déficit da receita própria do Estado sobre suas despesas correntes (excluindo juros sobre a dívida) e suas despesas de investimento sobre financiamento próprio. Expressa, portanto, a capacidade do Estado de cobrir todas as suas despesas e, portanto, gerar um excedente para pagar juros sobre a dívida.

O saldo orçamental básico : distinguimos cada vez mais a noção de saldo orçamentário básico que representa o superávit ou o déficit das próprias receitas do Estado sobre suas despesas correntes (incluindo juros sobre a dívida) e suas despesas de investimento em financiamento limpo \ limpo. Expressa, portanto, a capacidade do Estado de cobrir todas as suas despesas incompressíveis e, portanto, gerar um excedente para financiar investimentos e, portanto, desenvolvimento.

A necessidade total de financiamento : representa o déficit do total de recebimentos comparado ao total de despesas aumentadas pela amortização da dívida. Esse saldo expressa o volume de liquidez que o Estado precisa para evitar o acúmulo de atrasados. Ao expandir esse conceito para levar em consideração o

²⁰ Os custos de reestruturação são incluídos nos custos de capital quando não são realizados com vistas à privatização (no último caso, aparecem abaixo da linha).

reembolso planejado de atrasados internos e externos e todos os outros fluxos financeiros negativos (financiamento negativo), obtemos a quantidade bruta de liquidez necessária ao Estado.

A necessidade de financiamento residual : representa o déficit do total de recursos brutos (receita orçamentária e financiamento positivo identificado) nas despesas orçamentárias, aumentado pelo reembolso planejado de atrasados internos e externos, bem como financiamento negativo. É um saldo calculado quando um está previsto. Claramente, o requisito de financiamento residual é igual à diferença entre o requisito total de financiamento e o financiamento positivo claramente identificado.

ANEXO 6: QUADRO CONCEPTUAL DAS AGREGADOS MONETÁRIOS

Principais agregados monetários

Agregados monetários são indicadores estatísticos que representam os meios de pagamento mantidos pelos agentes econômicos no território nacional.

Estoque de dinheiro

Por oferta de moeda, entendemos todos os meios de pagamento ou disponibilidade de caixa (MF) e investimentos financeiros líquidos ou quase-moeda (QM) mantidos por agentes econômicos não financeiros residentes. No BCSTP, esse conjunto é chamado de M2 ou situação monetária no sentido amplo.

$$M2 = MF + QM \quad (37)$$

Disponibilidade monetária incluem moeda fiduciária (MF), também conhecida como moeda manual ou em dinheiro (notas e moedas mantidas pelo setor privado não financeiro), bem como depósitos à vista em bancos geradores de dinheiro (BGM) ou moeda bancária, servindo como instrumentos de pagamento por cheques, cartões bancários ou avisos de débito direto.

Quase dinheiro significa, por sua vez, investimentos financeiros líquidos, ou seja, rápida e facilmente convertíveis em meios de pagamento sem risco significativo de perda de capital (contas de poupança, contas a prazo, etc.).

Contraparte da oferta monetária

As contrapartes da oferta de moeda podem ser definidas como as operações que são a fonte de criação de moeda para o benefício de setores não financeiros.

Existem três categorias: ativos externos líquidos, reivindicações líquidas do Estado e créditos para a economia.

A *contraparte "externa"* mede o impacto das transações correntes e de capital entre agentes não financeiros residentes e não residentes no estoque de dinheiro.

A *contraparte "reclamações líquidas sobre o Estado"* rastreia a dívida líquida do Estado em relação ao sistema bancário como um todo.

A *contrapartida "crédito à economia"* descreve o financiamento concedido pelo setor bancário aos agentes econômicos.

Créditos líquidos sobre o Estado e créditos à economia formar crédito interno.

GLOSSÁRIO
